

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Luan Rodrigo Pires Fischer

Governo Lula (2003-2010): uma breve ilusão de desenvolvimento

Florianópolis

2021

Luan Rodrigo Pires Fischer

Governo Lula (2003-2010): uma breve ilusão de desenvolvimento

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof., Dr. Fábio Pádua dos Santos.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fischer, Luan Rodrigo Pires

Governo Lula (2003-2010): uma breve ilusão de desenvolvimento / Luan
Rodrigo Pires Fischer; orientador, Fábio Pádua dos Santos, 2021.

129 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Sistemas-Mundo. 3. Desenvolvimento. 4.
Governo Lula. I. Pádua dos Santos, Fábio. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Luan Rodrigo Pires Fischer
Governo Lula (2003-2010): uma breve ilusão de desenvolvimento

Florianópolis, 05 de março de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Pedro A. Vieira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a), Dra. Clarissa Franzoi Dri
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente

Fabio Padua dos Santos

Data: 15/03/2021 12:24:15-0300

CPF: 054.361.009-88

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos
Orientador

Florianópolis, 2021.

AGRADECIMENTOS

Se posso estar aqui terminando meu trabalho de conclusão de curso, é porque estive acompanhado durante toda minha vida por pessoas que me inspiraram e me deram forças. Não posso começar os agradecimentos sem lembrar primeiro da minha família, que além de me darem a base de tudo que sou e estou construindo, ainda confiam nas minhas escolhas. São pessoas que me ajudam a não perder o chão, me ensinam a lidar bem quando a vida está uma desgraça. Por todo trabalho, por todas as brigas, por todas as conquistas que minha família me proporcionou, sou grato, foi extremamente importante para eu estar aqui.

Aos meus amigos, que acompanharam o parto deste trabalho, obrigado por cada momento que emprestaram sua atenção e sua paciência, sei que por vezes estive entusiasmado e posso ter sido bem chato. Mas não faz mal, as vezes vocês são chatos também e eu aguento, sabem que podem contar comigo sempre. Esse é o recado para aqueles que vão entender realmente essa dedicatória, sou muito grato por cada troca, sempre é um novo aprendizado cada momento que a gente tem junto, vocês me ajudaram muito, obrigado.

Quero agradecer do fundo do coração a todas as pessoas que, de alguma forma, me motivaram a seguir firme nas minhas escolhas. As breves conversas com o Professor Marcelo, as aulas do Professor Pablo, tiveram muita importância pra mim, obrigado.

Preciso dedicar esse espaço pra tentar expressar o tamanho de minha gratidão ao Professor Helton, Professor Pedro e Professor Fábio. Vocês deram um direcionamento que tanto precisava, conhecer vocês foi um divisor de águas na minha vida. Não só pelo Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo, mas por toda a atenção dada a mim e aos meus colegas.

Sempre vou recordar de um abraço entre Fabinho e Pedrinho numa aula. O respeito e o carinho de vocês me inspiram. Fico muito feliz em estar por perto, vocês são seres humanos que admiro, o fato de serem professor é só um detalhe. Ter vocês por perto me faz elevar o nível profissional, sem jamais perder de vista coisas muito importantes: a simplicidade de levar a vida e a tolerância para quem está querendo aprender.

Quero terminar por agradecer ao Fabinho por toda a dedicação, paciência, cuidado, disponibilidade e tudo mais que ele fez por mim neste trabalho. Obrigado por acreditar em mim, mesmo quando te apresentei coisas totalmente cruas. Seja qual for a avaliação da banca, eu admiro muito o que você conseguiu extrair. Você é um baita de um professor e tenho admirado cada vez mais a tua pessoa. Seja como for, sou eternamente grato. Obrigado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar se as políticas econômica e externa adotadas pelo Governo Lula proporcionaram ao Brasil ascender na hierarquia da riqueza mundial. Seguindo as orientações teórico-metodológicas da perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), a economia-mundo capitalista foi a unidade de análise privilegiada, sendo o Brasil um espaço geográfico em que ela se reproduz. Portanto, a compreensão da posição histórica do Brasil à economia-mundo capitalista passa pelo entendimento dos padrões de acumulação de riqueza e poder que resultam das disputas interestatal e intercapitalista, as quais se alteram ao longo do tempo, alterando as determinantes da relação centro-periferia assim como a capacidade que cada Estado possui de se posicionar na hierarquia da riqueza global. Assim, ao fazer um resgate histórico da posição do Brasil na economia-mundo capitalista desde sua concepção como colônia até o início do século XXI, proponho que o Brasil permaneceu por 400 anos como membro da periferia da economia-mundo capitalista, ascendeu a semiperiferia no início do século XX, posição que vem sendo questionada desde o final do mesmo e que o Governo Lula, diante das determinantes da relação centro-periferia em vigor no século XXI, não implementou políticas econômicas capazes de possibilitar uma ascensão ao Brasil na hierarquia da riqueza global

Palavras-chave: Sistemas-Mundo 1. Desenvolvimento 2. Governo Lula 3.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze whether the economic and foreign policies adopted by the Lula government have allowed Brazil to rise in the hierarchy of world wealth. Following the theoretical-methodological orientations from the perspective of the Political Economy of the World-System (PEWS), the capitalist world-economy was the privileged unit of analysis, with Brazil being a geographical space in which it reproduces. Therefore, understanding the historical position of Brazil in the capitalist world-economy involves understanding the patterns of accumulation of wealth and power that result from interstate and intercapitalist disputes, which change over time, changing the determinants of the center-periphery relationship, as well as the capacity that each State has to position itself in the hierarchy of global wealth. Thus, by making a historical rescue of Brazil's position in the capitalist world-economy from its conception as a colony until the beginning of the XXI century, I propose that Brazil remained for 400 years as a member of the periphery of the capitalist world-economy, it rose to a semi-periphery in the early XX century, position that has been questioned since the end of it and that the Lula Government, in view of the determinants of the center-periphery relationship in force in the XXI century, did not implement economic policies capable of enabling an ascension to Brazil in the hierarchy of global wealth.

Keywords: World-Systems 1. Development 2. Lula Government 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dispendio em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao PIB por setor (200-2017).....	95
Figura 2 - Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB de países selecionados (2000-2017).....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média salário mínimo real anual (R\$) 2003-2010.....	97
Gráfico 2 - Taxa de desemprego (2003-2010)	97
Gráfico 3 - Índice de Gini (2003-2009).....	98
Gráfico 4 - Reservas internacionais (US\$ milhões) 2003-2010.....	99
Gráfico 5 – Todos os índices de preços das commodities (2016=100), 1998-2018	107
Gráfico 6 - Saldo da balança comercial (US\$ bilhão) 1997-2019	107
Gráfico 7 - Taxa de câmbio comercial, média anual R\$/US\$ (2003-2019).....	109
Gráfico 8 - IDE (US\$ milhões) 2003-2019	109
Gráfico 9 - Trajetória da média anual meta Selic e IPCA (2003-2019).....	110
Gráfico 10 - Trajetória do PIB (2003-2019)	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais operações do BNDES entre 2005-2010 (os "campeões nacionais" do BNDES).....	127
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores econômicos Governo Lula.....	96
Tabela 2 - Participação (%) das regiões nas exportações do Brasil (2003-2010)	104
Tabela 3 - Participação (%) das regiões nas importações do Brasil (2003-2010)....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CSA	Ciclo Sistêmico de Acumulação
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPSM	Economia Política dos Sistemas-Mundo
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GM	General Motors
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JID	Junta Interamericana de Defesa
JK	Juscelino Kubitschek
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
NASDAQ	National Association of Securities Dealers Automated Quotations
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto

PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PNB	Produto Nacional Bruto
PSI	Projeto de Substituição de Importação
PT	Partido dos Trabalhadores
SECEX	Secretaria do Comércio Exterior
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.2	OBJETIVOS.....	22
1.2.1	Objetivo geral.....	22
1.2.2	Objetivos específicos.....	22
1.3	METODOLOGIA.....	23
1.4	APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	27
2	REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1	TEORIA ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO	31
2.2	CEPAL	37
2.3	ESCOLA DE CAMPINAS.....	40
2.4	ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO (EPSM)	47
3	O BRASIL NA HIERARQUIA DA RIQUEZA MUNDIAL	59
3.1	O BRASIL NA PERIFERIA DO SISTEMA-MUNDO.....	59
3.1.1	O ciclo do açúcar.....	59
3.1.2	O ciclo do ouro.....	66
3.1.3	O ciclo do café	67
3.2	O BRASIL NA SEMIPERIFERIA DO SISTEMA-MUNDO	71
3.2.1	O ciclo industrial.....	71
4	AS POLÍTICAS ECONÔMICA E EXTERNA DO GOVERNO LULA	85
4.1	A “FASE B” DO CICLO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO.....	85
4.2	O EIXO SINO-AMERICANO	87
4.3	A ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA	89
4.4	A NOVA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL	99
4.5	UMA BREVE ILUSÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	122

ANEXO A – Campeões nacionais do BNDES	127
--	------------

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou um período de grande euforia no início dos anos 2000: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que veio no bojo do avanço de governantes identificados com pautas progressistas por toda a América Latina nesse período. Esse movimento, marcou a insatisfação da população com os resultados econômicos, políticos e sociais provocados pela adoção do ideário neoliberal na região desde o início dos anos 1990. Tal mudança verificada na passagem do século é comumente denominada de “onda rosa” (BALESTRO; MONTEIRO, 2019, p. 45).

No caso brasileiro, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder causou incertezas quanto à forma como se daria a condução do Estado. A identificação do partido com a esfera ideológica da esquerda colocava o PT como opositor e crítico ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil desde as reformas liberais dos anos 1990. Tendo na figura de Lula sua principal liderança, o partido criticava as metas de superávit primário estabelecido pelo FMI e acatadas pelo governo brasileiro, assim como era favorável a um plebiscito sobre a dívida pública e defensor da implementação de políticas públicas sociais inclusivas (GIAMBIAGI et al., p. 197-198).

Assim que tomou posse, no entanto, Lula compôs uma equipe econômica que agradava a comunidade financeira internacional, também montou um plano de governo cujas metas macroeconômicas davam continuidade à lógica da forma de condução dos governos que anteriormente criticava, estabelecendo um governo comprometido com as metas de superávit fiscal, elevação da taxa de juros básica (Selic) para controle de inflação, assim como medidas de austeridade fiscal que afirmavam seu compromisso de estabilidade macroeconômica, dando continuidade à mesma linha dos governos anteriores (GIAMBIAGI et al., p. 206-207).

Sob a presidência de Lula, o Estado brasileiro aumentou a alocação em gastos sociais, movimento inclusive reconhecido pelo Banco Mundial, como é o caso do Bolsa Família e do Programa Fome Zero, iniciativas que visavam ao menos amenizar os problemas de distribuição desigual de renda do Brasil. Além disso, já nos anos de 2003 e 2004 os gastos do orçamento do Estado direcionados a políticas sociais de Habitação e Saneamento e de Organização Agrária aumentaram. No referido período, foi observado um aumento superior a 10% nos gastos com Assistência Social (ERBER, 2011, p. 38; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 163).

O compromisso com a manutenção da estabilidade macroeconômica trazido desde as reformas neoliberais, juntamente com o aumento da destinação de recursos do Estado para

políticas sociais, fez de Lula um presidente amplamente bem avaliado pela sociedade. Sua gestão foi encerrada com 80% de aprovação (ANDERSON, 2001), apresentando resultados positivos em relação às variáveis econômicas comumente utilizadas para avaliar governos associadas às melhoras nos indicadores sociais, como o índice de Gini e IDH (GIAMBIAGI et al., p. 230).

A euforia que a sociedade brasileira viveu durante o Governo Lula foi reforçada pela crescente avaliação positiva do Brasil no cenário internacional. Fatores como a descoberta do Pré-Sal, o potencial de exploração de etanol e a boa desenvoltura da economia brasileira frente à crise financeira de 2008, aumentaram a potencialidade do Brasil em afirmar sua posição de país emergente de grande importância no sistema internacional. Ademais, a escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, além da participação brasileira como um dos países membros do “G-20”, podem ser entendidos como expressões da avaliação internacional positiva do país (GIAMBIAGI et al., p. 225-228).

O período que compreende o Governo Lula é marcado por um resgate do otimismo em relação ao futuro do Brasil, o que gerou uma nova perspectiva quanto às possibilidades de desenvolvimento sustentável com resoluções de problemas sociais que, historicamente, assolavam a sociedade brasileira e que mantinham o Brasil preso à eterna condição de país do futuro.

O papel que o país exerce no mundo também adquire nova perspectiva em razão do robusto desempenho interno dos indicadores econômicos e sociais e da potencialidade de respostas que pode dar frente às mudanças que se apresentam no cenário internacional. Porém, a avaliação sobre o papel que o Brasil exerce no mundo deve passar por uma discussão que envolva não somente fatores internos e acontecimentos que compreendam um breve período, como é o caso do Governo Lula.

Limitar essa avaliação a um curto período, utilizando indicadores econômicos e sociais que mensuram o desempenho de um país em relação a ele mesmo, pode gerar ilusões acerca do futuro, além de esperanças que se transformam em frustrações em toda uma sociedade. Necessário, então, que se leve em conta a avaliação do mundo em que o Brasil se insere, buscando capturar o que é importante para as determinações de riqueza e transformações sociais que esse contexto apresenta.

A investigação sobre as transformações sociais que ocorrem no mundo é objeto de pesquisa de diversas correntes teóricas que buscam entender, sob determinados pontos de vista,

padrões de funcionamento desse mundo em que o capitalismo promove mudanças, sempre visando continuar seu fim último: a acumulação incessante de capital.

A busca por riqueza e a subordinação das sociedades para esse fim passam por transformações históricas no padrão de funcionamento do capitalismo que atingem todo o mundo, sendo necessário o entendimento desse processo para compreender de maneira mais ampla como essas mudanças atuam na estrutura econômica, social e política do Brasil e qual é o papel do país no mundo, de acordo com essa dinâmica.

Ditado pelos desdobramentos do capitalismo, o mundo em que vivemos passou por grandes transformações nos anos 1970, tema de abundante discussão teórica e que é objeto de importantes trabalhos sobre tais mudanças e as possíveis consequências que se apresentam ao Brasil, como é o caso de Furtado (1992), que alegando estar o poder da hegemonia dos EUA em decadência juntamente com o fim da Guerra Fria, tenta vislumbrar as possibilidades que se apresentam ao Brasil na conformação dessas mudanças que atingem o mundo todo.

O autor destaca o processo de transnacionalização das empresas norte-americanas e a revolução tecnológica nesse período, a qual passou a ditar os rumos da acumulação capitalista. Assim, busca perceber como essas mudanças no sistema mundial atingem o Brasil. Para Furtado, o Brasil é um país que historicamente desenvolveu seu processo interno de acumulação sob uma estrutura econômica heterogênea, com uma base social marcadamente desigual, inserindo-se no sistema capitalista mundial numa relação de dependência com países ricos, o que resulta em uma condição de subdesenvolvimento.

De acordo com Furtado, os esforços promovidos pelo Brasil desde o início dos anos 1930 até o final dos anos 1970, no sentido de aprofundar o processo de industrialização para que a dinâmica de acumulação capitalista fosse endogenamente determinada e o rompimento da relação de dependência fosse possível, estavam sendo comprometidos. As transformações que estavam em curso na ordem internacional tendiam a desarticular a integração do sistema econômico nacional, caracterizando o que o autor chamou de “a construção interrompida” da dinâmica econômica brasileira (FURTADO, 1992, p. 32-33).

As modificações pelas quais o sistema mundial estava passando instigaram o autor a olhar para o passado e para o presente e fazer um balanço de possibilidades futuras em relação ao desenvolvimento brasileiro. Furtado observou o que o país apresentava como fatores positivos frente ao cenário que se construía, como a abundância em recursos naturais, e então formulou reflexões teóricas que ajudassem a pensar “que lugar caberá ao Brasil no mundo que está emergindo desses autênticos movimentos tectônicos que se manifestam nas esferas

política, social e econômica neste final surpreendente do século XX?” (FURTADO, 1992, p. 81).

As reflexões trazidas por Furtado abrem o horizonte de análise e contribuem para o desprendimento de uma avaliação de curto prazo e que só leva em consideração o desempenho do próprio país para traçar possíveis cenários futuros. Colabora, nesse sentido, para a compreensão, também, das transformações na divisão internacional do trabalho, as quais se reconfiguram com as transformações descritas e que sustentam um sistema internacional intrinsecamente desigual, moldado historicamente pela relação centro-periferia, tradição cepalina de análise da qual Furtado compartilha.

Pensar num mundo que se estrutura economicamente a partir de uma divisão internacional do trabalho e cuja dinâmica é estabelecida pela relação entre países que compõem o centro e outros que compõem a periferia, significa pensar que modificações no sistema internacional tais como descritas por Furtado, alteram a forma da relação centro-periferia ao longo do tempo. Desta forma, o padrão de acumulação capitalista passa por transformações qualitativas que são capazes de serem melhor capturadas por alguns países em detrimento de outros, a depender da forma de sua estrutura econômica interna (ARRIGHI, 1996).

A avaliação que Maria da Conceição Tavares faz do Brasil durante o período do Governo Lula, mostra uma perspectiva otimista em relação às possibilidades que o país possui diante das transformações provocadas no sistema internacional pela ascensão da China como grande demandante de produtos primários no mundo e a conseqüente reorganização da divisão internacional do trabalho. Segundo Tavares, a relação centro-periferia descrita pelo pensamento cepalino e da qual teve grande influência em sua formação intelectual, não mais servia para avaliar a dinâmica das relações entre países. No lugar de países periféricos, a denominação que se apresenta é a de países em desenvolvimento (ANTUNES, 2010, p. B7).

Para Tavares, diante dessas modificações, o Brasil se inseria no mundo de maneira muito promissora, pois a matriz produtiva brasileira havia se modificado de forma tão expressiva que apresentava maiores possibilidades de participação no comércio mundial, ainda que, se comparada a países desenvolvidos, apresentasse desvantagens.

A posição favorável do Brasil na divisão internacional do trabalho também se justifica pela capacidade brasileira de exportar matérias primas para o mundo, especialmente para as demandas da China e Ásia como um todo. Fator este que contribui, na visão de Tavares, para as possibilidades de desenvolvimento brasileiro (ANTUNES, 2010, p. B7).

De acordo com a interpretação de Tavares, o Brasil se coloca no mundo como um importante país na divisão internacional do trabalho e que depende em grande parte dele próprio para levar a cabo seu processo de desenvolvimento. Isso passa por algumas questões históricas a serem resolvidas, tais como a redução das disparidades sociais, eliminação da vulnerabilidade interna e construção de infraestrutura (TAVARES et al., 2006, p. 73).

Cabe aqui dois questionamentos: *a dinâmica centro-periferia realmente está superada como alegado pela autora? O Brasil sustentou, ao longo do tempo, as condições que lhes eram favoráveis na nova divisão internacional do trabalho reconfigurada pelo crescimento chinês?*

No mesmo período do Governo Lula, outro importante autor do pensamento desenvolvimentista brasileiro também realiza esforços para compreender as mudanças que ocorrem no mundo e que configuram a divisão internacional do trabalho. Luiz Carlos Bresser-Pereira revisita as teses originais da teoria estruturalista latino-americana com o objetivo de atualizá-las à nova realidade histórica do mundo em que vivemos e, assim, desenvolver o que ele denominou de “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, base de sua defesa de um projeto nacional pautado pelo novo desenvolvimentismo (BRESSER; GALA, 2010, p. 665).

Para Bresser-Pereira, alguns países da América Latina, inclusive o Brasil, já superaram algumas condições que eram tipicamente periféricas, como a necessidade de proteção da indústria infante, inflação industrial e a restrição externa. Além disso, são países classificados como de renda média, dispõem de uma estrutura econômica capaz de fornecer bens manufaturados que utilizam tecnologia avançada e que são capazes de serem competitivos no sistema internacional (BRESSER; GALA, 2010, p. 664).

Diante desse cenário internacional, a variável chave para o desenvolvimento econômico, segundo Bresser-Pereira, é a taxa de câmbio, que deve ser administrada com vistas a promover o “equilíbrio industrial”. Isto torna o país mais competitivo no mercado internacional, pois abre uma imensa demanda externa que será atendida por aquelas empresas localizadas no Brasil que usam tecnologia no estado da arte mundial (BRESSER; GALA, 2010, p. 669-670). *Cabe aqui questionar se o desenvolvimento econômico e o consequente catching up de países classificados por Bresser-Pereira como de renda média, dependem tão exclusivamente da adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento.*

A compreensão sobre o momento histórico do mundo e as possibilidades de desenvolvimento que se apresentam para o Brasil no início do século XXI são vislumbradas por Tavares e Bresser-Pereira como promissores. A partir de suas respectivas interpretações teóricas, verifica-se que, diante das transformações da divisão internacional do trabalho que se

configura e da conseqüente mudança de relações entre os países, o Brasil apresenta grandes vantagens e depende, em grande parte, dele mesmo para ascender na hierarquia da riqueza global, o que passa pela resolução de problemas internos e pela adoção de políticas macroeconômicas na direção correta.

A percepção de uma maior liberdade do Brasil em relação às condicionantes do desenvolvimento provocadas pela dinâmica da relação centro-periferia não é compartilhada por Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Embora esteja presenciando o momento de euforia que passa o Brasil durante o período do Governo Lula, o autor assume uma posição teórica em que a relação centro-periferia ainda estabelece a dinâmica entre os países do mundo e na qual o Brasil ainda permanece numa situação subordinada e dependente em relação aos países ricos.

O autor segue Furtado na leitura da redefinição da divisão internacional do trabalho que ocorre a partir dos anos 1970 e que resulta para o Brasil no processo de “construção interrompida”. Diante da questão levantada por Furtado sobre o papel do Brasil no mundo em mudança no fim do século XX, Plínio Jr. responde, já no início do século XXI, que a posição brasileira na nova ordem mundial que se estabelece é ainda mais rebaixada na divisão internacional do trabalho. Devido ao aprofundamento de sua especialização econômica em produtos primários, juntamente com o processo de desindustrialização, aprofundado desde o início dos anos 1990, o autor vislumbra para o Brasil um “processo de reversão neocolonial” (PLÍNIO JR, 2007, p. 145-149).

Reforçando a existência da relação centro-periferia em sua análise, Plínio Jr. traça um cenário mundial em que o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho de maneira a impossibilitar qualquer esperança presente e futura de ascensão na hierarquia da riqueza mundial. Antes, o que se desenha para o país é o reforço de sua posição periférica e subordinada. Diante das conclusões de Plínio Jr, cabe a investigação sobre a fragilidade brasileira no cenário internacional. *Será que o Estado brasileiro se insere de forma tão débil na divisão internacional do trabalho?*

A discussão que esses autores trazem instigam a reflexão sobre a reconfiguração da divisão internacional do trabalho em um mundo que está mudando. Isso significa que as relações entre os países também mudam, assim como a dinâmica centro-periferia, usada para expressar a relação desigual entre países ricos e pobres.

Embora ocorram mudanças no cenário internacional, ainda se observa uma hierarquia da riqueza mundial e um esforço teórico para orientar políticas econômicas que possibilitem

aos países ascenderem nessa hierarquia, como fazem esses autores em sua busca de perceber o papel do Brasil no mundo.

Dada a importância que o assunto em tela possui para entender a realidade política, econômica e social brasileira, essa pesquisa tem como *objetivo* discutir como algumas correntes teóricas percebem a constituição da divisão internacional do trabalho e contribuem para o nosso entendimento de como se estrutura a hierarquia da riqueza mundial. O esforço para esse entendimento serve para responder a seguinte pergunta: *o Governo Lula promoveu políticas econômicas e externas que possibilitaram a ascensão do Brasil na hierarquia da riqueza global?*

A discussão sobre a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho é o que orienta a investigação dessa pesquisa. O período histórico que compreende o Governo Lula foi escolhido como foco dessa investigação porque representou um momento de muita discussão sobre possibilidades de desenvolvimento que se apresentavam ao Brasil juntamente com o aumento da atuação do país no cenário internacional, tendo um protagonismo crescente nas decisões políticas internacionais.

A necessidade de compreender como se organiza a divisão internacional do trabalho e a hierarquia da riqueza mundial que se estrutura a partir desta divisão é muito importante para avaliar as possibilidades econômicas e políticas concretas que se apresentam no presente e no futuro de um país. Tal compreensão auxilia a escapar de ilusões que, seguidamente, são vendidas à sociedade, que acaba tendo que arcar com as consequências dessa ilusão.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho tem por objetivo analisar a efetividade das políticas econômica e externa do Governo Lula na promoção do Brasil à uma melhor posição na hierarquia da riqueza mundial.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar algumas contribuições teóricas que julgamos serem úteis para o nosso entendimento sobre a relação centro-periferia, que procurem apresentar as

causas do desenvolvimento econômico desigual entre os países, além de possibilidades de melhora em suas posições na divisão internacional do trabalho;

b) Descrever a posição que o Brasil ocupa na hierarquia da riqueza mundial a partir de sua concepção como colônia até os dias atuais;

c) Mostrar a estratégia que levou o Brasil a ascender na hierarquia da riqueza mundial assim como as condições internacionais que possibilitaram tal movimento;

d) Analisar como se configura a divisão internacional do trabalho no início do século XXI e as possibilidades de ascensão na hierarquia da riqueza mundial que se apresentam ao Brasil.

1.3 METODOLOGIA

Buscando identificar os determinantes sistêmicos da mudança social no Brasil e, assim, tentando escapar da polêmica interno-externo presente no debate desenvolvimentista, a orientação deste trabalho segue os esforços de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Charles Tilly de construir uma ciência social historicamente fundamentada, que rompa com os pressupostos teóricos-metodológicos da ciência social estabelecidos desde o século XIX e que influenciaram fortemente o pensamento de cientistas sociais no século XX, assim como no século XXI (TILLY, 1984).

Para tanto, pretendemos fazer um resgate histórico da posição do Brasil na hierarquia da riqueza mundial, em um espaço temporal que abrange desde a sua concepção como colônia portuguesa até o início do século XXI, período no qual deteremos maior atenção, já que é nele que Luiz Inácio Lula da Silva exerceu seus dois mandatos (2003-2010). Para tanto, seguiremos os princípios teóricos-metodológicos utilizados pelos autores da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), que apesar de não pretender ser uma teoria, apresenta princípios metodológicos que visam oferecer uma perspectiva histórico-mundial.

A EPSM adota como unidade de análise o sistema-mundo moderno, portanto, a compreensão da realidade social passa pelo entendimento da formação e do funcionamento da economia-mundo capitalista enquanto sistema social histórico em que vivemos, cuja origem se deu na Europa no século XVI e que ao longo do tempo foi se expandindo para todo o globo. Essa expansão do capitalismo histórico é provocada pelas características da estreita relação que

deu origem a esse sistema social e a qual lhe é particular, a acumulação de poder daqueles que controlam o Estado e da acumulação de riqueza daqueles que controlam o capital.

Assim, a disputa pelo monopólio do poder constituiu um sistema interestatal, formalmente estabelecido no século XVII, em que o Estado soberano passou a buscar legitimidade interna e perante seus pares, incentivando, para esse fim, a acumulação de capital sob sua jurisdição de modo a obter recursos para sustentar seu poder, ao mesmo tempo em que os capitalistas, aqueles cujo objetivo é o alcance do lucro máximo, precisavam do poder do Estado, cuja atuação garantia a formação de monopólio ou quase monopólio em atividades que proporcionavam lucros extraordinários, portanto, proporcionavam melhores posições na disputa intercapitalista (WALLERSTEIN, 2006, p. 40).

De acordo com a conceituação de Wallerstein (2006, p. 40), uma economia-mundo se configura como “uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão do trabalho e, portanto, um intercâmbio significativo de bens básicos ou essenciais, assim como um fluxo de capital e trabalho¹”, e só pode ser considerada capitalista, como é o sistema social histórico em que vivemos, quando todos os indivíduos e empresas acumulam capital tendo por objetivo último a acumulação incessante de capital.

A estreita relação entre capitalistas e formadores do Estado estabeleceram o surgimento da economia-mundo capitalista, formando assim dois subsistemas que condicionam as transformações por todo o sistema: o interestatal e o econômico.

O que mantém a unidade do sistema é a divisão internacional do trabalho, estruturada por cadeias de mercadorias que ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais. Cada Estado procurará ter sob seu domínio os elos das cadeias produtivas cujas atividades são mais lucrativas, obtendo maiores vantagens na divisão internacional do trabalho, daí a importância da coalizão com capitalistas capazes de desenvolver essas atividades.

Dado que no sistema interestatal todos procurarão fazer o mesmo, a fim de legitimar sua soberania doméstica e entre os outros Estados, a capacidade de um Estado de capturar as atividades mais lucrativas é limitada pela capacidade que o outro possui nessa disputa, aqueles Estados que foram capazes de estimular o desenvolvimento das atividades mais lucrativas, essencialmente monopólicas e, portanto, estimularam o surgimento de capitalistas nacionais, obtiveram maiores vantagens frente a seus pares.

Podemos perceber que as disputas pela acumulação de poder no sistema interestatal e das disputas pela acumulação de riqueza no sistema intercapitalista resultam ser a economia-

¹ Tradução nossa.

mundo capitalista um sistema social histórico intrinsicamente desigual, polarizador e que conseqüentemente se estrutura numa hierarquia global do poder e riqueza, já que essa unidade geográfica estruturada pela divisão internacional do trabalho é fragmentada por Estados que disputam por poder, resultando em ganhadores e perdedores, ao mesmo tempo em que a competição capitalista por lucros extraordinários promove inovações que alteram ciclicamente as atividades mais lucrativas, definidas como atividades centrais.

Os ganhadores e perdedores, portanto, são definidos em termos do nível de captura do excedente produzido na divisão internacional do trabalho, aqueles Estados que conseguem reter sob sua jurisdição atividades mais lucrativas nos elos das cadeias mercantis globais, são considerados Estados centrais, enquanto que Estados periféricos conseguem reter sob seus domínios atividades periféricas, configurando uma divisão internacional de trabalho em que as trocas de produtos são intrinsicamente desiguais e é em decorrência da natureza destas trocas que se estabelece a relação centro-periferia (WALLERSTEIN, 2006, p. 46).

As atividades centrais e periféricas não são definidas a priori, visto que a competição intercapitalista em busca de monopólio promovem inovações constantes. Essa disputa também se estende ao sistema interestatal, no qual os Estados competem constantemente pela captura de atividades centrais e, na busca de tal objetivo, os Estados centrais procuram transferir a pressão competitiva para outras localidades.

O conceito de semiperiferia é crucial para o entendimento da operacionalidade da economia-mundo capitalista. Por apresentarem, sob suas jurisdições, uma combinação mais ou menos igual de atividades centrais e periféricas, os Estados semiperiféricos se constituem como uma zona de absorção das pressões polarizadoras e acabam por legitimar a estruturação tripartite da economia-mundo capitalista conformada em um estrato central, periférico e semiperiférico, onde a mobilidade de um Estado individual é possível, mas não de um estrato como um todo (WALLERSTEIN, 2006, p. 46)².

É dentro desta lógica de operação sistêmica que pretendemos analisar a posição do Brasil ao longo de sua história na hierarquia da riqueza e do poder mundial. Dado que o Brasil é um espaço geográfico onde a economia-mundo capitalista se reproduz, interessa-nos investigar como esse espaço reproduziu as estruturas desse sistema social histórico à luz da relação centro-periferia, que expressa as transformações qualitativas da economia-mundo

² Os conceitos até aqui apresentados serão retomados com maior profundidade nas discussões promovidas no capítulo 2 deste trabalho.

capitalista ao longo do tempo, fruto da competição intercapitalista por riqueza e da competição interestatal por poder.

Para tanto, seguiremos o método de comparação histórico-social proposto por Tilly (1984), já que faremos uso da perspectiva de análise adotada pela EPSM, em que o sistema-mundo é a unidade de análise privilegiada para a compreensão das mudanças sociais.

O nível de análise que desenvolveremos este trabalho será o sistêmico-mundial, pois nosso esforço será pautado em compreender conexões e variações essenciais dentro de um amplo conjunto de estruturas sociais fortemente interdependentes que variam ao longo do tempo, como se configura a economia-mundo capitalista (TILLY, 1984, p. 61).

Como pretendemos entender os desdobramentos da economia-mundo capitalista no espaço territorial do Brasil, nossa estratégia de comparação se limitará a aplicação da comparação do Brasil frente aos desdobramentos sistêmicos da economia-mundo capitalista. Utilizaremos, portanto, a *comparação individualizadora* quando analisarmos os processos que ocorreram no Brasil, ou seja, seu posicionamento específico frente as determinantes da relação centro-periferia ao longo do tempo, as peculiaridades que lhes fazem ser único. Para tanto, iremos descrever os ciclos econômicos que ocorreram ao longo da história do Brasil, na tentativa de compreender as principais atividades econômicas que o integraram ao sistema-mundo e de como tais atividades conformaram a organização da sociedade brasileira.

Também faremos uso da *comparação abrangente* (encopassing comparisson) limitado ao Brasil, já que este se integra a economia-mundo capitalista e, portanto, as características que lhes são únicas também são determinadas em função de suas relações variáveis com o sistema como um todo (TILLY, 1984, p. 81-83). Utilizaremos esta estratégia de comparação quando descrevermos as principais mudanças no padrão de acumulação de riqueza e poder na economia-mundo capitalista, ou seja, quando analisarmos a economia-mundo capitalista em si, destacando como o Brasil reagiu a tais desdobramentos.

Seguindo as recomendações do uso de comparações de grandes estruturas e amplos processos para construir uma ciência social historicamente fundamentada, que sirva para o entendimento dos processos de mudanças sociais, disporemos de um mapa mental antes de iniciarmos as comparações propriamente ditas.

Tal mapa deve nos orientar a respeito do funcionamento do sistema como um todo, nos oferecendo as bases teóricas desse funcionamento, sendo que nem o mapa nem a teoria necessitam ser corretas no começo, contando que as colocações provisórias que caracterizam as unidades e a operação do sistema se ajustem (TILLY, 1984, p. 125). O mapa mental que

guiará esta pesquisa foi exposto anteriormente na descrição que fizemos da operação da economia-mundo capitalista trazida pela EPSM.

Cabe salientar, ainda, que este trabalho possui uma abordagem descritiva e qualitativa, que se apoiará em pesquisa bibliográfica que ofereça leituras a respeito do tema, contribuindo, assim, mais amplamente para nossa compreensão (GIL, 2002, p. 42-43). Também faremos uso de dados quantitativos que permitam verificar em números e estatísticas as conclusões que pretendemos alcançar ao fim deste trabalho. Para esse fim, serão consultadas as bases de dados fornecidas pelo FMI, Banco Mundial, Banco Central do Brasil, Secretaria de Comércio Exterior, Ministério da Economia, BNDES, IBGE, IPEADATA.

1.4 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para desenvolver as questões apresentadas em nossa introdução, o capítulo 2 deste trabalho indicará o referencial teórico utilizado como base para a elaboração de nossa pesquisa. Serão apresentados os conceitos utilizados por diferentes correntes teóricas que julgamos ter importância na construção do pensamento sobre as causas do desenvolvimento econômico desigual, de possíveis superações do atraso econômico relativo, da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, da estruturação da hierarquia da riqueza mundial.

Os trabalhos dos autores escolhidos se identificam com a teoria econômica do desenvolvimento, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com a Escola de Campinas e, finalmente, com a perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM).

Além de apresentar os conceitos, propomos uma discussão, a fim de apresentar os aspectos que indicam convergências e divergências na visão teórica de cada um, marcando, assim, as contribuições que trouxeram para o nosso entendimento a respeito dos determinantes do desenvolvimento econômico e das relações entre países na divisão internacional do trabalho, estando subjacente a estas visões a forma como entendem o funcionamento do sistema capitalista.

Tal discussão tem por objetivo justificar nossa escolha pelas ferramentas teóricas adotadas pela EPSM no entendimento e explicação da conformação de uma estrutura da hierarquia da riqueza global promovida pelo desenvolvimento do capitalismo histórico, que será o marco teórico utilizado em nossa avaliação sobre o período do Governo Lula (2003-2010).

No capítulo 3 buscaremos apresentar as evidências das posições do Brasil na hierarquia da riqueza global, a partir da conceituação de Arrighi (1997), desde a incorporação do país ao sistema-mundo na condição de colônia até os dias atuais, na tentativa de entender o que o levou a ocupar determinadas posições. Além disso, pretendemos compreender o que possibilitou o deslocamento do Brasil da condição da periferia para a semiperiferia, e a manutenção dessa posição na estrutura tripartite da economia-mundo capitalista.

No capítulo 4 procuraremos descrever os desdobramentos apresentados pelo sistema-mundo no início do século XXI, com o objetivo de perceber se as estratégias adotadas pelo Governo Lula tanto no âmbito de política externa, quanto na condução de políticas econômicas, foram em direção de promover a ascensão do Brasil na hierarquia da riqueza global diante de um mundo em transformação.

O capítulo 5 apresenta nossas considerações finais e a conclusão deste trabalho, onde procuramos fazer um resgate geral do trabalho mostrando as principais ideias de cada capítulo e, assim, apresentar as contribuições que esta pesquisa proporcionou ao buscar responder as questões que envolvem o alcance dos objetivos aqui propostos. Este capítulo também dará base a formulação de questões úteis para trabalhos futuros, visto que esta pesquisa é uma aproximação dos temas aqui propostos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O pensamento econômico passa a apresentar, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma influência cada vez mais crescente de autores que dedicam seus trabalhos a apresentar teorias que tratam do atraso econômico entre as nações e buscam construir soluções econômicas para superar tal atraso relativo.

A preocupação intelectual em apresentar razões e saídas teóricas para a superação do subdesenvolvimento tiveram forte influência do aparato keynesiano na orientação de políticas econômicas. Como uma de suas marcas, temos a forte atuação do Estado na resolução de problemas econômicos, pois até o lançamento da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda em 1936, o pensamento econômico reinante considerava que os mecanismos de mercado deveriam ditar as políticas econômicas das nações.

O fracasso das estratégias liberais já se tornava evidente no período entre as duas guerras mundiais e foi ainda mais acentuado com a Grande Crise de 1929. Os mecanismos de mercado não se mostraram eficientes no mundo real. A defesa do livre funcionamento de preços baseada num modelo teórico de livre concorrência não impediu o surgimento de guerras mundiais, não apresentou soluções de políticas econômicas práticas para a superação da Grande Depressão e não promoveu o desenvolvimento a todas as nações (BOYER, 1999, p. 11).

A intervenção do Estado para resolver o problema do desemprego teve um papel fundamental no New Deal, um amplo programa de políticas implementadas por Franklin D. Roosevelt durante seu governo (1933-1945). Esse programa, que ampliava o planejamento e gestão estatal e garantia mais direitos sociais, além de mais garantias aos trabalhadores, foi implementado para superar os grandes problemas econômicos e sociais trazidos pela Grande Depressão pós 1929 (VAROUFAKIS, 2016, p. 7).

A afirmação dos Estados Unidos como poder hegemônico a partir da Segunda Guerra Mundial promoveu muitas transformações na ordem econômica internacional, que serão melhor exploradas ao longo deste trabalho. Por ora, serão feitas algumas considerações relevantes para o entendimento desse momento histórico na formação do pensamento econômico desenvolvimentista, pois suas concepções teóricas sobre o tema contribuirão para a discussão dos propósitos apresentados aqui.

O poder hegemônico americano teve como principal contraponto a União Soviética, cuja participação decisiva na Segunda Guerra Mundial possibilitou o aumento do poder

geopolítico soviético. Essa disputa da União Soviética por esferas de influência no mundo, a partir de uma base política e econômica planejada, com amplo controle estatal e uma proposta de organização de valores e organização social oposta aos dos Estados Unidos, resultou no início da Guerra Fria em 1947 (MAGNOLI, 2004, p. 87).

O poder econômico que os Estados Unidos acumularam durante as duas grandes guerras possibilitaram a esse país tomar algumas frentes na reconstrução econômica de um mundo que se encontrava devastado após os conflitos mundiais. Além disso, essas frentes serviam aos próprios interesses norte-americanos pela expansão de seu poder econômico e político no plano internacional.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em abril de 1945, teve o propósito de reformar o mundo sob a liderança dos Estados Unidos, organização que propunha uma cooperação intergovernamental capaz de assegurar que conflitos como as duas grandes guerras mundiais não voltassem a se repetir, formulando as diretrizes do direito internacional e garantias de direitos humanos (MAGNOLI, 2004, p. 132).

O Plano Marshall, apresentado em junho de 1947, marcou o início da Guerra Fria no Ocidente, visava fornecer financiamento para a reconstrução da Europa através de recursos norte-americanos e serviu também como o principal instrumento para os objetivos da Doutrina Truman frente à disputa com Moscou na busca pela expansão do poder geopolítico mundial. De acordo com Varoufakis (2016, p. 105), “em dezembro de 1951, quando o Plano Marshall chegou ao fim, US\$ 12,5 bilhões tinham sido empenhados” nessa tarefa.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) foi o órgão criado dentro da ONU para discutir e apresentar soluções econômicas no plano internacional. Os Estados Unidos não estavam dispostos a operar um “Plano Marshall” para outras regiões do mundo, mas suas pretensões de liderar ações que legitimassem sua hegemonia frente à União Soviética abriram espaço para o surgimento de novas propostas teóricas para o desenvolvimento econômico.

Foi nesse contexto que um conjunto de autores desenvolveu teorias que contribuíssem para o entendimento e a superação do atraso econômico relativo entre as nações. Partindo de uma crítica ao receituário liberal de políticas econômicas a favor do *laissez-faire*, que já não se mostravam eficazes empiricamente na promoção do progresso, o pensamento desenvolvimentista tinha como base o receituário keynesiano que defendia a necessidade de intervenção estatal na dinâmica econômica para alcançar resultados socialmente desejáveis e a

ideia schumpeteriana do progresso técnico como motor dinâmico do desenvolvimento capitalista (CARDOSO, 2018, p. 17-18).

Apresentar alguns aspectos importantes do pensamento desenvolvimentista servirá ao nosso trabalho pela contribuição que os teóricos interessados no assunto oferecem em seus esforços na busca pela compreensão das disparidades da produção e distribuição da riqueza mundial e da dinâmica capitalista. Além disso, colabora com orientações de políticas econômicas que possibilitem a superação do subdesenvolvimento, utilizando para isso conceitos que irão contribuir para a discussão que o referencial teórico utilizado neste trabalho traz para compreender os processos que estruturam a hierarquia mundial da riqueza e do poder.

2.1 TEORIA ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO

Ao olhar para a realidade econômica e social das nações e constatar uma enorme disparidade, a investigação de autores ligados ao pensamento desenvolvimentista buscava entender por que existiam países que não conseguiam se inserir numa trajetória de crescimento autossustentado e, a partir dessa investigação, buscar soluções que pudessem promover o desenvolvimento desses países (BASTOS; SILVA, 2001, p. 171).

As políticas econômicas e a experiência histórica dos países ricos serviram como parâmetro na construção de teorias e se transformaram em um modelo a ser seguido pelos países pobres. Dessa forma, o subdesenvolvimento ocorria em função das barreiras que impediam a melhor utilização de recursos naturais, força de trabalho e capital produtivo, elementos que determinavam o produto potencial de um país e o impediam de romper com o atraso em relação aos países ricos.

É a partir dessa perspectiva que Paul Rosenstein-Rodan discute as condições que estabelecem o subdesenvolvimento de países pobres e propõe estratégias de políticas econômicas para a superação dessa condição. Seu artigo *A Economia do Subdesenvolvimento* de 1943 dá atenção a países europeus que se encontravam atrasados na construção da riqueza nacional frente a países desenvolvidos do mesmo continente. O trabalho aponta que isso se dava em razão da insuficiência de investimentos nas regiões deprimidas e a solução passava pela mobilização de recursos, domésticos ou externos, que fossem capazes de promover o impulso inicial para uma trajetória autossustentada de crescimento econômico (BASTOS; SILVA, 2001, p. 171-172).

O autor defendia que o hiato de desigualdade entre as nações não seria diminuído pelo livre funcionamento dos mecanismos de mercado no comércio internacional. Logo, além de não promover a convergência de renda entre as nações, a teoria das vantagens comparativas ricardianas, na prática, resultou em níveis de riqueza desiguais.

A adoção de políticas pautadas pelo livre funcionamento do mercado somente aprofundaria as disparidades das riquezas entre as nações, de tal modo que, para a superação do desenvolvimento, torna-se necessária a efetivação de políticas econômicas pautadas pelo planejamento estatal (CARDOSO, 2018, p. 29-30).

O esforço do planejamento estatal deveria ser direcionado para a realização da industrialização no país, já que o setor se apresentava como o mais dinâmico de uma economia capitalista, incorporando maiores níveis de tecnologia em suas atividades e promovendo aumentos de produtividade no trabalho. Além disso, apresentava retornos crescentes de escala e maior propagação de economias externas quando comparada a atividades relacionadas à agricultura (CARDOSO, 2018, p. 26).

Nas nações subdesenvolvidas foi possível verificar que a industrialização não resultaria de um progresso técnico prévio na agricultura, embora a melhoria das técnicas produtivas nesse setor fosse fundamental para superar o subdesenvolvimento. Para além disso, era necessária a construção de um programa de investimentos simultâneos em áreas complementares. O Estado seria o promotor desse grande impulso inicial, com vistas a estabelecer a industrialização e, desta forma, o país subdesenvolvido apresentaria uma trajetória de crescimento equilibrado, capaz de possibilitar a superação do atraso relativo (BASTOS; SILVA, 2001, p. 172).

Rosenstein-Rodan admite duas estratégias de industrialização para países subdesenvolvidos. Uma, denominada de “modelo russo”, na qual o capital necessário para um projeto de industrialização seria obtido internamente, sem recorrer ao capital internacional, o que levaria a um impacto no padrão de vida e de consumo da população, objetivando a criação de uma autossuficiência produtiva separada da divisão internacional do trabalho. A outra estratégia se daria por meio de uma maior integração das economias subdesenvolvidas na economia mundial, utilizando capital externo para a promoção do grande impulso industrial.

A partir disso, os países pobres tirariam maior proveito dos benefícios da divisão internacional do trabalho. Mesmo que o autor critique a teoria das vantagens comparativas, sua crítica se pauta em construir melhores oportunidades para os países pobres através da cooperação internacional na oferta de crédito e na construção de uma estrutura produtiva na direção da industrialização guiada pelo Estado (CARDOSO, 2018, p. 26-27).

Ragnar Nurkse foi outro importante teórico que direcionou seus estudos na busca por encontrar as causas do subdesenvolvimento de países e propor alternativas para a superação dessa condição. Em seus trabalhos, apontou que países desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentavam dotações de capital de maneira desigual, resultando em dinâmicas econômicas distintas.

Nos países com maior dotação relativa de capital, a dinâmica econômica proporcionava riqueza e desenvolvimento autossustentado. Tal processo não ocorria em países pobres, que deveriam concentrar esforços para a construção de formação de capital se desejassem romper com o subdesenvolvimento.

O foco de sua investigação eram as regiões mais pobres do mundo. Nurkse procurou, nessas economias deprimidas, elementos que se apresentassem como obstáculos ao progresso e que se destinassem à persistência do subdesenvolvimento. Ele afirmava que nos países subdesenvolvidos era possível verificar um círculo vicioso da pobreza. Uma dinâmica circular que retroalimentava a razão e o destino de um país ser pobre, justamente porque é pobre (CARDOSO, 2018, p. 48-49).

O círculo vicioso da pobreza expressava a dinâmica problemática em que estavam envolvidos os países subdesenvolvidos na formação de capital nacional. Esses países apresentavam dificuldades tanto pelo lado da demanda de capital, que era deprimida em função das poucas oportunidades de investimento; quanto pelo lado da oferta de capital, pois o baixo índice de renda resultava numa baixa capacidade de poupança.

A baixa renda real apresentada nos países pobres se dá em função dos baixos índices de produtividade. Esses índices, por sua vez, expressam em grande parte o problema da falta de capital empregado nessas economias. Para completar o círculo vicioso, a falta de capital se dá em razão da pouca capacidade de poupança que esses países apresentam (BRUE, 2006, p. 472).

Compartilhando da mesma crença que Rosenstein-Rodan, que acreditava que a superação do subdesenvolvimento passava pelo grande impulso dado através da industrialização em bloco, Nurkse argumentava que a industrialização era o caminho para romper com o círculo vicioso e construir uma dinâmica que possibilitasse a construção de mecanismos de propagação do progresso. Tal processo, no entanto, não se daria de forma automática, pois o funcionamento do círculo vicioso ia na direção contrária, sendo necessário um planejamento liderado pelo Estado e compartilhado com uma ampla parcela da sociedade (BRUE, 2006, p. 473).

A tarefa do Estado na construção de uma coalizão nacional para o desenvolvimento seria a de conduzir planos de investimento e políticas que possibilitassem a captação dos recursos necessários para a realização dos investimentos, além de garantir um ambiente institucional capaz de promover a combinação da ação privada e governamental sobre a poupança e o investimento (CARDOSO, 2018, p. 57).

Na visão de Nurkse, o esforço da coalizão nacional teria que ser direcionado para o estabelecimento de um programa de industrialização baseado na ideia de crescimento equilibrado, porque o estabelecimento de indústrias em vários setores ampliaria o mercado interno e incentivaria os investimentos, o que incrementaria a produtividade e consequentemente o poder de compra real.

O resultado seria a transformação da pauta produtiva da economia nacional, que conseguiria romper com o círculo vicioso da pobreza e superar o subdesenvolvimento se, além dessas medidas, o Estado adotasse políticas que combatessem o efeito demonstração no padrão de consumo gerado por maiores níveis de renda (CARDOSO, 2018, p. 50-54).

Podemos verificar alguns aspectos da razão de haver países subdesenvolvidos que se apresentam tanto em Rosenstein-Rodan quanto em Nurkse, como o problema da extensão retraída do mercado, a pouca disponibilidade de capital, a baixa produtividade da mão de obra e, consequentemente, os baixos índices de renda além da especialização produtiva em atividades agrícolas primárias.

Os dois autores advogam em favor da industrialização em bloco para a superação do subdesenvolvimento em que o Estado teria papel fundamental na adoção de políticas que promovessem o crescimento equilibrado, com todas as implicações já discutidas aqui.

Os trabalhos desses dois autores foram alvos de crítica de Abert Hirschman, que também dedicou esforços intelectuais na direção de apresentar propostas para a superação do subdesenvolvimento dos países pobres. Em sua visão, se os países subdesenvolvidos tivessem capacidade de promover a industrialização em bloco, como advogavam os defensores da teoria do crescimento equilibrado, não seriam definidos como subdesenvolvidos preliminarmente, já que teriam recursos suficientes para superar o subdesenvolvimento (HIRSCHMAN, 1958, 53-54).

Hirschman criticava estratégias de desenvolvimento que fossem construídas a priori, pois assim que um projeto de desenvolvimento fosse posto em prática surgiriam problemas imprevisíveis que teriam de ser resolvidos. Essa era a tônica de sua defesa do crescimento desequilibrado. Uma estratégia de desenvolvimento que direcionasse recursos para pontos

estratégicos de uma economia, aqueles setores que possuíssem maiores capacidades produtivas prévias e que fossem capazes de gerar externalidades aptas para serem aproveitadas por outros setores (CARDOSO, 2018, p. 79).

A estratégia de crescimento desequilibrado desenvolveria a habilidade de investimento dos empresários e revelaria recursos e aptidões não aproveitados nos países subdesenvolvidos. Não era a falta de recursos a causa da pobreza, mas a incapacidade de revelar essas reservas ocultas de recursos. Isso devido à forma como essas economias funcionavam, pautadas principalmente por atividades agrícolas que não ofereciam possibilidades de economias externas capazes de propagar efeitos positivos sobre os investimentos (BONENTE, 2016, p. 140).

O caminho da industrialização seria imprescindível para romper com o subdesenvolvimento, já que as atividades ligadas à indústria são capazes de promover um maior efeito de complementaridade de investimento. Produtos fabricados para atender a demanda final necessitam de insumos que poderão ser supridos pela oferta de produtos domésticos. Já na fabricação de bens semimanufaturados, poderão ser utilizados os mesmos insumos que para a fabricação de bens finais, o que gera um efeito de encadeamento de investimento para frente e para trás (CARDOSO, 2018, p. 80).

Na estratégia de crescimento desequilibrado, o Estado tem um papel mais limitado na busca pela superação do subdesenvolvimento. Suas ações deveriam ser direcionadas a pontos estratégicos capazes de gerar um efeito dinâmico de investimentos. Tal efeito direcionaria as decisões individuais e desenvolveria habilidades junto aos investidores, revelando recursos ocultos necessários às atividades que promovam o desenvolvimento nos países pobres. Essa transformação em sua matriz produtiva proporcionaria uma melhor colocação na divisão internacional do trabalho.

Em seus trabalhos, Gunnar Myrdal também se dedicou à superação do subdesenvolvimento. Sua contribuição teórica promove uma crítica às teorias econômicas ortodoxas, que advogam a favor de políticas econômicas orientadas para livre funcionamento do mercado de acordo com os princípios do *laissez-faire*.

Tais teorias defendem que o livre intercâmbio e os benefícios promovidos pelo comércio internacional, pautado na lei das vantagens comparativas, promoveriam o desenvolvimento das nações. Além disso, esse autor defende que a utilização de modelos equilibristas baseados somente em fatores econômicos não é suficiente para avaliar a realidade social de um país (CARDOSO, 2018, p. 93).

Sua contribuição teórica adiciona a importância de se levar em conta os fatores não econômicos para a explicação do subdesenvolvimento de um país. Exemplos desses fatores são a baixa escolaridade, a falta de saneamento básico e a subnutrição. Estes importantes elementos na abordagem de Myrdal sobre os aspectos de reprodução de determinado sistema social sustentam o que ele denominou de “causação circular cumulativa”, processo social que pode oferecer uma dinâmica virtuosa como no caso dos países desenvolvidos, ou viciosa como nos países subdesenvolvidos.

Embora a causação circular cumulativa se aproxime de Nurkse com sua noção de círculo vicioso da pobreza nas determinações das causas do subdesenvolvimento, Myrdal critica esse autor quanto a sua percepção da economia como uma imagem circular, tendo como consequência um equilíbrio estável e, através disso, justificativa sobre a razão de um país ser pobre porque é pobre.

O conceito de causação circular cumulativa traz consigo uma noção de economia com uma dinâmica em espiral para cima ou para baixo e que a mudança de um dos fatores dessa espiral poderia modificar toda a dinâmica e que há, portanto, tendências de os países tornarem-se ricos assim como tendências à pobreza (BONENTE, 2016, p. 136).

Para que um país possa superar a condição de subdesenvolvido, é necessária a identificação dos diversos fatores econômicos e não econômicos que se inter-relacionam em seu sistema social. Esses fatores resultam em um processo cumulativo e geram desigualdades crescentes que se retroalimentam, apresentando efeitos propulsores fracos que não são capazes de mudar essa dinâmica. As razões pelas quais um país é subdesenvolvido são definidas por Myrdal (1957, p. 61 apud CARDOSO, 2018, p. 90) em função de “os poucos impulsos que estão sendo definidos não resultaram em aumento substancial e contínuo da demanda, renda, investimento e produção” (CARDOSO, 2018, p. 89-90).

A desigualdade regional se apresenta como um obstáculo ao progresso de um país. O processo de causação circular cumulativa tende a acentuar essas desigualdades e impedir a integração nacional, perpetuando a dinâmica do subdesenvolvimento. Essa dinâmica também está ligada à integração do país no comércio internacional, pois o comércio entre as nações não promove igualdade. Pelo contrário, a verificação de Myrdal é que a desigualdade internacional tende a acentuar-se e reforça a dinâmica das desigualdades internas dos países subdesenvolvidos (CARDOSO, 2018, p. 89-90).

Portanto, o estudo dos fatores econômicos e não econômicos que resultam na dinâmica da causação circular cumulativa deve ser o primeiro passo na construção de um plano de

desenvolvimento econômico. O planejamento e a coordenação desse plano seriam liderados pelo Estado, que também direcionaria seus esforços para uma modificação da estrutura produtiva, com o objetivo de promover efeitos propulsores positivos iniciais que se propaguem ao longo do tempo, impulsionando o desenvolvimento. Uma ideia que se aproxima com os efeitos de encadeamento e crescimento desequilibrado de Hirschman (BONENTE, 2016, p. 138).

2.2 CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) teve sua origem em 1948, dentro do contexto do pós-guerra e do início da Guerra Fria e foi criada com o objetivo de apresentar razões para as dificuldades econômicas que a região apresentava e que impediam a superação de seu atraso relativo frente aos países desenvolvidos.

Os esforços intelectuais dentro da perspectiva cepalina vinham na esteira do pensamento das teorias econômicas do desenvolvimento e suas contribuições teóricas, pensadas a partir de países da América Latina, acabaram influenciando o pensamento desenvolvimentista em todo o mundo.

Os fundamentos do estruturalismo latino-americano foram pautados pelo pensamento pioneiro de Raúl Prebisch que lançou o Manifesto Latino-Americano, em 1949. O estudo se tornou uma crítica à teoria das vantagens comparativas ricardianas, a partir da verificação empírica de que os frutos do progresso técnico não eram distribuídos de forma igualitária entre as nações que participavam da divisão internacional do trabalho. Pelo contrário, em razão da deterioração dos termos de troca entre produtos primários e bens manufaturados, os benefícios do comércio internacional se concentrariam nos países especializados nos bens manufaturados (CARDOSO, 2018, p. 109).

A deterioração dos termos de troca é um dos importantes elementos trazidos pelo pensamento cepalino e compõe um arcabouço teórico mais amplo, que forma o estruturalismo latino-americano. Os teóricos que compactuam com essa corrente do pensamento econômico desenvolveram seus estudos a partir do entendimento de que o subdesenvolvimento ocorre de maneira específica em certas economias nacionais e, portanto, os esforços teóricos deveriam ser direcionados a essas especificidades (RODRÍGUEZ, 2006, p. 53).

A compreensão sobre o processo de desenvolvimento econômico que o estruturalismo latino-americano aborda em seu conteúdo teórico carrega traços comuns com as teorias

clássicas e keynesianas. Segundo Rodríguez (2006, p. 54) “el desarrollo económico se expresa en el aumento del bienestar material, normalmente reflejado en el alza del ingreso real por habitante, y condicionado por el incremento de la productividad del trabajo”.

Portanto, o pensamento cepalino admite que o processo de desenvolvimento econômico se dá em função do aumento da produtividade do trabalho. Isso acontece mediante a implementação de métodos de produção que sejam capazes de aumentar a divisão técnica do trabalho que é possível, por sua vez, pela implementação cada vez maior de capital por trabalhador ocupado. O aumento da densidade de capital em uma economia se verifica na medida em que o avanço tecnológico impulsiona a acumulação e garante margens de lucro necessárias para continuidade desse processo (RODRÍGUEZ, 2006, p. 54).

Embora compartilhe a noção de desenvolvimento econômico com teorias do crescimento de longo prazo e com alguns autores já apresentados nesse trabalho, o estruturalismo latino-americano traz uma diferença metodológica que contribuirá com a discussão aqui proposta.

Essa perspectiva teórica não busca avaliar o processo de acumulação e o avanço técnico a partir de um modelo econômico a ser alcançado por nações subdesenvolvidas isoladamente. Seus esforços teóricos são direcionados para a compreensão de como o processo de propagação das técnicas de produção capitalistas atingem os países que compõem o sistema econômico mundial, este constituído por centros e periferias (RODRÍGUEZ, 2006, p. 54).

O centro é caracterizado por economias em que as técnicas capitalistas de produção penetram primeiro e se difundem em seu interior em um lapso de tempo relativamente breve, ou seja, estão organizados de tal forma que o progresso técnico se difunde por toda a estrutura produtiva. Já a periferia apresenta comportamento inverso, configura-se como uma estrutura produtiva relativamente atrasada em relação à tecnologia e organização comparada ao centro.

A configuração do sistema econômico mundial entre esses dois polos traz uma ideia de desenvolvimento originário desigual. Além disso, tal configuração é constituída historicamente na medida em que o progresso técnico se propaga na economia mundial (RODRÍGUEZ, 2006, p. 54-55).

Os conceitos de centro e periferia são definidos em relação à estrutura do comércio mundial em que esses dois polos assumem diferentes funções no padrão de troca comercial. O centro se configura como uma estrutura produtiva diversificada e de tecnologia homogênea, que se especializa em produtos manufaturados. A periferia apresenta uma estrutura produtiva especializada e tecnologia heterogênea. Em função disso, caracteriza-se pela especialização em

produtos primários voltados à exportação, direcionando o avanço tecnológico para essa atividade, razão de sua heterogeneidade estrutural (RODRÍGUEZ, 2006, p. 57).

Verifica-se, então, que os conceitos de centro e periferia se referem a estruturas produtivas distintas e, além disso, expressam um caráter dinâmico e desigual do desenvolvimento do sistema percebido em conjunto. A relação entre os dois polos ao longo do tempo retroalimenta essa desigualdade na medida em que acontecem as trocas dos produtos no comércio internacional.

A diferenciação das rendas médias entre os dois polos também é reforçada por essa dinâmica. A especialização na oferta de produtos dada sua estrutura produtiva no comércio mundial não faz com que haja uma convergência de renda. Pelo contrário, acentua as desigualdades estruturais e a diferenciação de renda entre os dois polos (RODRÍGUEZ, 2006, p. 57-58).

Diante do diagnóstico das estruturas do centro e da periferia e da dinâmica que retroalimenta a configuração do sistema de comércio internacional, os países que compõem a periferia deveriam adotar um novo padrão de desenvolvimento em que a industrialização fosse o objetivo a ser perseguido.

As atividades ligadas à indústria exigem uma maior utilização de capital e tecnologia comparada a atividades primárias, de modo que, sua implementação possibilitaria o aumento do progresso técnico necessário para transformar a estrutura produtiva periférica e romper com a relação orgânica desigual com o centro (CARDOSO, 2018, p. 114-115).

A estratégia cepalina para a industrialização da periferia era expressa no processo substitutivo de importação (PSI) e do planejamento estratégico estabelecido e conduzido pelo Estado, tendo como objetivo a diminuição do coeficiente de importação.

O Estado tem papel fundamental nesse processo porque dele viria o estabelecimento de uma administração adequada da pauta de importações, a condução de políticas econômicas que garantissem proteção à indústria nascente e, além disso, a adoção de políticas de investimentos que tivesse o desenvolvimento como o objetivo maior, aproximando o investimento privado a esse interesse (CARDOSO, 2018, p. 121-123).

Desta forma, o processo de industrialização traria consigo a tecnologia utilizada no centro. No entanto, sua propagação encontraria barreiras em virtude da heterogeneidade estrutural da periferia, marcada pela concentração de capital, renda e propriedade da terra e pela escassez de capital frente à abundância de mão de obra não qualificada. Tais fatores impediam

o aumento da produtividade, características que se desenvolveram historicamente em função da forma como a periferia se inseriu no comércio internacional (CARDOSO, 2018, p. 123).

O progressivo aumento da renda per capita que a industrialização promoveria nos países periféricos teria que ser acompanhado de uma profunda mudança em sua estrutura social, pois a concentração de renda estimularia a demanda interna por bens de luxo, levando a uma persistência da tendência ao déficit na balança comercial.

O Estado deveria promover políticas econômicas que corrigissem essa tendência. A adoção de programas de desenvolvimento teria que ser pautada primordialmente pela correção da distribuição de renda. Assim, o consumo beneficiaria a acumulação interna e os países periféricos poderiam reter os frutos de seu progresso técnico, rompendo com o círculo vicioso da dinâmica da deterioração dos termos de troca (CARDOSO, 2018, p. 125-126).

Em suma, o pensamento estruturalista contribuiu para a compreensão da estrutura e da dinâmica do sistema capitalista, que se conforma historicamente em dois polos. O centro, que apresenta estrutura social baseada em uma economia diversificada e tecnologia homogênea, capaz de promover aumentos de produtividade e de renda per capita; e a periferia, cuja estrutura social se dá em função de uma economia especializada em produtos primários e tecnologia heterogênea, incapaz de promover o aumento da renda per capita, dada a sua concentração de renda, inserindo-se na divisão internacional do trabalho de forma subordinada ao dinamismo do centro (D'AGUIAR, 2013, p. 77-78).

2.3 ESCOLA DE CAMPINAS

A Escola de Campinas foi composta por um grupo de intelectuais que desenvolveram seu pensamento a partir da crítica da CEPAL à forma como o desenvolvimento do capitalismo se dava na América Latina. No entanto, os pensadores ligados à Escola de Campinas avançaram na crítica, utilizando referencial teórico que pudesse fornecer uma leitura do capitalismo, apresentando as razões pelas quais a orientação de políticas econômicas engendradas pela CEPAL não logrou êxito. Analisando o caso particular do Brasil, a busca pela modernização iniciada com o PSI teve prosseguimento através do Golpe Militar de 1964, utilizando para isso, uma via conservadora e excludente de superação do subdesenvolvimento (SANTOS, 2017, p. 125).

O pensamento cepalino advogava que a industrialização tinha papel essencial para a superação da condição do subdesenvolvimento e da dependência da periferia, a qual se

configurava nessa posição justamente por não dispor de uma estrutura econômica capaz de produzir manufaturas com um alto componente tecnológico.

A leitura da condição e da superação do subdesenvolvimento periférico é redefinida pela Escola de Campinas a partir da obra de João Manuel Cardoso de Mello, intitulada “*O capitalismo tardio*”, em que o autor busca identificar historicamente os padrões de formação do capitalismo (SANTOS, 2017, p. 126).

A busca pela identificação das características do capitalismo em distintos tempos históricos tem o objetivo de entender o papel do Estado, da configuração das empresas e do padrão monetário internacional, que estabelecem os padrões de valorização do valor. Significa dizer que, em cada momento histórico, o capitalismo apresenta diferentes definições de modelos endógenos de acumulação, que mudam em função da introdução do progresso técnico (SANTOS, 2017, p. 126).

São identificados três padrões de formação capitalista, descritos como:

- a) originário: identifica-se com o padrão como a Inglaterra desenvolveu seu capitalismo, a partir da acumulação primitiva de capital, e foi sustentado pela violência extra econômica do Estado;
- b) avançado: divide-se em dois grupos. No primeiro, a industrialização se estendeu a outros países na etapa concorrencial do mercado mundial, em que o capitalismo inglês era dominante. No segundo, a industrialização se deu na transição à etapa monopólica;
- c) capitalismo tardio: a industrialização se deu em sociedades com passado colonial e no momento em que vigorava a etapa monopólica do capitalismo (SANTOS, 2017, p. 126-127).

A identificação dos padrões históricos do capitalismo possibilita esclarecer como esses padrões se comportam em diferentes economias nacionais, já que elas se integram à economia capitalista mundial com distintas capacidades de diversificação da estrutura produtiva.

Tendo em vista que o papel desempenhado pelo Estado e o padrão monetário internacional se modificam e influenciam a autodeterminação do capital, torna-se insuficiente a concepção de um sistema capitalista estruturado pela dinâmica centro-periferia, em que o centro é definido por deter atividades promotoras do progresso técnico e a periferia, por se especializar em produtos primários.

A análise do capitalismo presente no pensamento da Escola de Campinas está pautada no desenvolvimento do sistema capitalista mundial que teve origem na Europa do século XVI, estabelecendo-se a partir da relação conflituosa entre capital e Estado. A busca por maiores taxas de lucratividade caracteriza as atividades capitalistas e leva a uma competição do capital

que busca sempre se valorizar, gerando padrões de concorrência e, conseqüentemente, modelos de negócios e de empresas dominantes em diferentes períodos históricos (SANTOS, 2017, p. 127).

A competição por poder entre os Estados tem papel fundamental na dinâmica do sistema capitalista mundial. Essa competição origina o sistema interestatal, que será organizado a partir de um poder hegemônico em cada período da história do sistema. A função de hegemonia possibilita estabelecer a maneira legitimada de acumulação do poder político, além de institucionalizar os mecanismos de regulação da forma dominante de acumulação capitalista (SANTOS, 2017, p. 127).

Os regimes monetários internacionais expressam a articulação do poder econômico e do poder político, pois cada padrão estabelecido para o sistema, a partir do regime monetário adotado, transformará a estrutura dos sistemas financeiros nacionais. Isso significa que, as “regras do jogo” ditadas por cada regime monetário estabelecem distintas formas de articulação entre economias nacionais e o padrão estabelecido. Além disso, os ciclos de liquidez internacional se dão em função do regime monetário internacional. A forma como se configura a estrutura tecnológica e financeira de cada país definirá a possibilidade de cada Estado acessar essa liquidez (SANTOS, 2017, p. 127-128).

Para a Escola de Campinas a compreensão do regime monetário internacional tem papel crucial para a análise do capitalismo e, conseqüentemente, para a determinação de como se dá a estruturação de centro e da periferia.

O regime monetário internacional passa por transformações ditadas por um poder hegemônico, que estabelece o padrão de funcionamento do sistema capitalista em cada etapa histórica de sua existência. Esse padrão pode tanto beneficiar quanto reduzir as possibilidades de atuação dos Estados periféricos quanto à política monetária e fiscal e, conseqüentemente, quanto ao acesso de liquidez internacional. Assim, os projetos de superação do subdesenvolvimento são estimulados ou restringidos pelo padrão de funcionamento do sistema inerente ao regime monetário internacional.

A leitura que se faz da evolução dos regimes monetários internacionais está ligada às diferentes etapas do capitalismo. A etapa concorrencial tinha como Estado hegemônico a Inglaterra, que estabeleceu o padrão-ouro. As transformações ocorridas nessa etapa levaram à crise desse padrão, ao encerramento da etapa concorrencial do capitalismo e ao surgimento dos Estados Unidos como poder hegemônico. A partir daí, o país liderou a instituição do Sistema de Bretton Woods e o estabelecimento do padrão ouro-dólar, que se mostrou capaz de controlar

as finanças através de restrições à mobilidade de capital e do estabelecimento do sistema de câmbio fixo, marcando, também, a consolidação da etapa monopolista do capitalismo (SANTOS, 2017, p. 128).

O fim da Segunda Guerra Mundial marca o contexto histórico em que a hegemonia americana instaura o padrão monetário internacional, estabelecido pelo regime de Bretton Woods. A configuração desse regime contribui para que as ideias de superação do subdesenvolvimento através da industrialização ganhem força política, proposta que se faz presente na problemática de desenvolvimento nacional descrita pela CEPAL.

Isso porque o sistema de Bretton Woods expressava o interesse dos Estados Unidos em liderar o estímulo do comércio mundial e assegurar o nível de liquidez necessário à expansão sem que a balança de pagamentos dos países se deteriorasse (SANTOS, 2017, p. 128).

O padrão monetário internacional nessa fase monopolista do capitalismo trazia regras de operação que contribuíam para que os países subdesenvolvidos construíssem projetos nacionais que visassem superar sua condição de atraso. As regras que davam base a políticas monetárias e fiscais foram articuladas para promover o crescimento econômico, a elevação do emprego e salário real.

As finanças e toda a estrutura que articulava suas atividades tinham um alto grau de regulação em função do estabelecimento de um sistema de crédito bancário, no qual os Bancos Centrais podiam atuar com maior flexibilidade no direcionamento de liquidez aos bancos privados, ou seja, o sistema financeiro estava sujeito ao interesse nacional (SANTOS, 2017, p. 128).

A intensificação da competição intercapitalista e o conflito distributivo entre capitalistas e trabalhadores foram acontecimentos decorrentes do padrão de funcionamento estabelecidos no regime de Bretton Woods. A década de 1960 foi marcada pelo aumento da inflação e pela queda nas taxas de lucro na economia mundial.

A solução que o capital encontrou para continuar seu processo de valorização se deu na utilização de inovações financeiras que pudessem minimizar o risco da volatilidade dos preços dos ativos. A criação do euromercado, do mercado offshore e de hedge são exemplos dessas inovações criadas para desviar os ativos da regulação do sistema e, são também, os fatores que anunciam o fim do sistema financeiro regulado (SANTOS, 2017, p. 129).

O fim do regime de Bretton Woods trouxe muitas transformações ao sistema. Ainda sob a hegemonia americana e a manutenção do dólar como moeda reserva internacional, o padrão dólar flexível estabeleceu as regras de funcionamento do sistema na fase do capitalismo

monopolista, em que a dominância financeira pautava as decisões dos agentes privados, cuja maximização se dava através de ganho patrimonial. Esse padrão ainda alterou a estratégia de governança das empresas não financeiras, que passaram a se orientar na direção da sobrevalorização acionária (SANTOS, 2017, p. 129).

Todas essas transformações trazidas pelo novo padrão monetário internacional estabelecem uma nova racionalidade ao sistema e reorientam a configuração dos sistemas financeiros nacionais e a forma como se estrutura a organização da produção. Enquanto Bretton Woods marcou uma etapa do capitalismo que pode ser caracterizado por um “keynesianismo-fordista”, o capitalismo guiado pela ótica financeira apresentou uma tendência à desverticalização produtiva, em que as empresas se especializam em atividades de núcleo estratégico, sendo que tais atividades apresentam alta densidade tecnológica e maiores lucros, subcontratando atividades que não atendem a esse critério (SANTOS, 2017, p. 129-130).

A forma de acesso ao crédito também é alterada. A dominância financeira se impõe à organização do crédito bancário e estabelece a expansão das captações via mercado, o que aumenta a importância da participação de empresas financeiras, bancos e investidores institucionais no processo de valorização do capital. Estes são agentes que controlam uma grande massa de liquidez e selecionam o acesso ao crédito tendo papel fundamental na concentração e centralização do capital diante desse padrão de funcionamento do capitalismo (SANTOS, 2017, p. 130).

A proposta da Escola de Campinas de analisar o capitalismo a partir das transformações históricas em que o padrão monetário internacional expressa a relação entre o poder da riqueza do capital e o poder político do Estado, e de que esse padrão altera as formas de valorização do capital ao longo do tempo, permite analisar as possibilidades de desenvolvimento, dadas as características do funcionamento do sistema econômico mundial. Assim, a relação centro-periferia não se estabelece de maneira fixa e as condições para a superação do subdesenvolvimento também se transformam.

A crise do sistema de Bretton Woods fez emergir um padrão monetário internacional em que a dominância financeira imprimiu a lógica de funcionamento de todo o sistema. As transformações na organização produtiva alteraram a configuração da divisão internacional do trabalho. Nesse novo padrão, as empresas que são capazes de se especializar nas atividades mais lucrativas ligadas à revolução tecnológica trazida pela microeletrônica, organizam o sistema produtivo, estabelecendo redes de empresas espalhadas pelo mundo, cujas atividades estão sujeitas à lógica financeira (SANTOS, 2017, p. 130).

A descrição do padrão de funcionamento do capitalismo monopolista com predominância da lógica financeira feita pela Escola de Campinas implica na modificação dos determinantes da relação centro-periferia. Nesse período histórico, as transformações em todo o sistema permitiram o surgimento de uma periferia produtora de artigos manufaturados baratos e importadora de matérias primas, marcadamente na região do Leste Asiático, características de região periférica que não condizem com as teses cepalinas (SANTOS, 2017, p. 130).

A complexificação do arsenal teórico utilizado pela Escola de Campinas traz elementos analíticos que nos ajuda a perceber que a relação centro-periferia se altera conforme as modificações trazidas pelos padrões de funcionamento do capitalismo em cada etapa histórica. Diante das transformações ocorridas a partir de 1960, Mello (1997, p. 159) diz:

[...] se poderia definir o Centro capitalista por três tipos de controle: o primeiro deles se exerceria sobre o processo de inovação tecnológica, o que supõe formas de organização capitalistas nas quais estaria encarnado o poder financeiro; o segundo concerne à moeda e à finança internacionalizada, o que por sua vez pressupõe o poder industrial; o terceiro diz respeito ao poder político-militar, em última instância, o controle das armas.

Diferente da conceituação de periferia apresentada pela CEPAL, que a descreveu sob as características do capitalismo em que a Inglaterra impunha o padrão de divisão internacional do trabalho, na qual a periferia era marcada por se especializar em produtos primários, a Escola de Campinas entende que a periferia subdesenvolvida se encontra nessa posição por três elementos, os quais Mello (1997, p. 160) descreve como “a natureza dinamicamente dependente do sistema produtivo; a fragilidade monetária e financeira externa; a subordinação político-militar”.

A partir dos determinantes da relação centro-periferia da Escola de Campinas, a superação do subdesenvolvimento passa pela adoção de um projeto nacional de desenvolvimento que busque romper com a dependência dinâmica do setor produtivo, promover políticas capazes de atenuar a fragilidade financeira externa que atinge a estabilidade de sua moeda e fortalecer sua posição político-militar no sistema interestatal.

A implementação de um projeto nacional de desenvolvimento que direcione políticas nesses pontos envolve grupos que estão interessados na manutenção do status quo, sendo que o Estado tem papel decisivo na operação de um projeto nacional que vise subordinar o processo de valorização da riqueza ao interesse da sociedade (SANTOS, 2017, p. 132).

As teorias expostas até aqui buscam apresentar as causas do subdesenvolvimento e propor orientações de políticas econômicas capazes de oferecer a superação dessa condição e

da pobreza decorrente dela. Embora o subdesenvolvimento seja o objeto de investigação comum, as abordagens teóricas apresentadas se diferenciam muito umas das outras e, dessa forma, proporcionam uma ampla discussão sobre a desigualdade da riqueza mundial, que não se limita às ideias apresentadas nesse trabalho até o momento.

Mesmo que apresentem teorias de cunho crítico àquelas pautadas nos ideais de livre mercado à teoria da modernização, os autores que foram classificados dentro da teoria econômica do desenvolvimento, apresentam estratégias de desenvolvimento nas quais os países ricos fornecem um modelo a ser seguido pelos países pobres.

Isto carrega intrinsecamente a ideia de que cada nação subdesenvolvida tem espaço suficiente para manobras que forneçam a superação de sua condição, ou seja, é uma maneira de perceber o capitalismo e a disposição de cada Estado no sistema mundial de uma forma atomista, marcadamente nos escritos de Rosenstein-Rodan e Nurkse.

O pensamento cepalino apresenta algumas razões para o subdesenvolvimento que convergem com os autores da teoria do desenvolvimento, tais como a baixa disponibilidade de capital e a abundância de mão de obra, que resultam em produtividade do trabalho e renda média relativamente menor do que nos países ricos. Porém, as causas do subdesenvolvimento e suas possibilidades de superação se dão em função de um sistema mundial de trocas, que se conforma em dois polos descritos como centro e periferia. Assim é estabelecida uma dinâmica intrinsecamente desigual, perpetuada pelas livres forças do mercado, uma visão que rompe com as possibilidades atomistas de superação do subdesenvolvimento.

A Escola de Campinas visa qualificar o conceito de centro e periferia. Os autores ligados a essa tradição convergem com cepalinos quanto ao caráter intrinsecamente desigual do capitalismo, mas buscam apresentar padrões de funcionamento estabelecidos por sistemas monetários internacionais em diferentes etapas históricas que alteram as regras do jogo do funcionamento do capitalismo.

Consequentemente, a relação centro-periferia se altera ao longo do tempo e as possibilidades de superação do subdesenvolvimento são dadas de acordo com as condições que cada país tem de aproveitar as alterações do sistema.

As teorias e os autores descritos apresentam propostas que mostram uma convergência em relação à ideia de superação do subdesenvolvimento. Os autores da teoria do desenvolvimento tomam os países como unidade de análise suficiente para propor projetos de desenvolvimento. Já os autores cepalinos e da Escola de Campinas percebem que a condição de país subdesenvolvido e os projetos de desenvolvimento são dados em função do capitalismo

enquanto sistema que configura as estruturas da hierarquia da riqueza mundial. Em ambos os casos, os projetos de desenvolvimento passam pela forte atuação do Estado para serem bem-sucedidos.

2.4 ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO (EPSM)

A partir da discussão apontada neste trabalho, podemos verificar que existem na literatura econômica, estudos voltados ao problema da desigualdade e tentativas teóricas que direcionam esforços intelectuais para apresentar soluções para esse problema.

Tais tentativas são feitas a partir da percepção de que a distribuição da riqueza mundial ocorre de maneira desigual. De um lado, existem países ou regiões desenvolvidas em virtude de suas economias avançadas, e outro, países e regiões subdesenvolvidos por apresentarem uma economia relativamente atrasada e que deve direcionar políticas econômicas e sociais que visem a uma conversão de riqueza com as primeiras.

Immanuel Wallerstein inaugura no seu livro de 1974 intitulado “*The Modern World-System*”, o estudo abrangente sobre o moderno sistema mundial, que visa caracterizar o sistema social histórico em que vivemos. Um dos seus pressupostos fundamentais é a utilização do capitalismo histórico como unidade de análise, a fim de promover a compreensão sobre os desdobramentos sistêmicos causados ao longo do tempo pela luta interestatal, em busca de acumulação de poder, e pela luta intercapitalista, em busca de acumulação de riqueza (WALLERSTEIN, 2001, p. 18).

A verificação de que, já nos anos 1970, a economia-mundo apresentava características da divisão mundial da riqueza que não correspondiam à estruturação de países ou regiões entre dois polos, um rico e outro pobre, e de que as tentativas de projetos de desenvolvimento sugeridas pela teoria da modernização e pela teoria da dependência não promoveram a convergência da riqueza mundial, fortaleceram a teorização de Wallerstein a respeito de Estados que se encontravam em posições intermediárias na economia mundial e que essa característica possuía um papel estrutural importante para a manutenção do sistema. Esses Estados configuravam o estrato semiperiférico da economia-mundo (OURIQUES; VIEIRA, 2017, p. 203).

Para desenvolver o conceito de semiperiferia, Wallerstein segue os teóricos da dependência que percebem a economia mundial estruturadas nas relações centro-periferia. Porém, a forma como se dão essas relações são diferentes entre as linhas teóricas. Para

Wallerstein, as relações centro-periferia se desenvolvem através de atividades estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais. Posição contrária dos teóricos da dependência, que pautam a relação entre os dois polos a partir da ligação de economias nacionais ou regionais (ARRIGHI, 1997, p. 140).

As atividades que se estruturam nas cadeias de mercadorias possuem duas características distintas. As atividades definidas como pertinentes ao núcleo orgânico são aquelas que conseguem controlar grande parte do excedente total produzido dentro das cadeias de mercadorias. Já as atividades periféricas conseguem capturar pouco ou quase nada desse excedente.

Os Estados possuem em seus territórios atividades dos dois tipos, porém, aqueles países que apresentam predominantemente atividades do núcleo orgânico, são considerados países do núcleo orgânico, enquanto os países periféricos são caracterizados por apresentarem predominantemente atividades periféricas. Isso resulta num sistema em que os primeiros tendem a ser o lócus de acumulação e poder mundiais, enquanto que os segundos resultam ser o lócus de exploração e impotência (ARRIGHI, 1997, p. 140).

A configuração desse sistema altamente desigual e polarizador é legitimada pela existência de países semiperiféricos, os quais possuem dentro de suas fronteiras uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas. É justamente essa característica que permite que esses Estados possam resistir a um processo de periferização. No entanto, eles não apresentam poder suficiente para superar sua condição completamente e tornarem-se países do núcleo orgânico.

Importante pontuar que esses pressupostos são válidos para grupos de Estados e não para Estados individualmente. Tais grupos configuram a economia mundial numa estrutura triádica, que é capaz de promover a legitimidade e estabilidade do sistema (ARRIGHI, 1997, p. 140-141).

A colocação do conceito de semiperiferia de Wallerstein é central para a sua verificação de uma economia-mundo capitalista que apresenta estabilidade de longa duração quanto a sua configuração estrutural de três estratos: o núcleo orgânico, a semiperiferia e a periferia.

A existência de um estrato semiperiférico que serve como uma espécie de “colchão amortecedor” entre as tensões da relação centro-periferia e que proporciona a estabilidade do sistema, fornece um ferramental analítico que não estava presente nas teorias apresentadas até aqui. Porém, a maneira como se define o estrato semiperiférico não apresentou clareza metodológica o que tornou o conceito difícil de ser operacionalizado.

Dada a importância teórica do conceito de semiperiferia e sua dificuldade operacional, Giovanni Arrighi apresenta em seu livro “*A ilusão do desenvolvimento*” um conjunto de artigos que, entre vários temas, visa reapresentar a elaboração do conceito e estabelecer critérios operacionais para a identificação dos três estratos da economia-mundo, além de discutir as implicações teóricas sobre as descobertas que obteve em seu trabalho (ARRIGHI, 1997, p. 143).

Arrighi descreve uma ambiguidade que dificulta a utilização do conceito de periferia quanto a sua definição, que pode assumir um caráter econômico e outro político. Na definição econômica, a semiperiferia se localiza no espaço e contempla as regiões em que a soma dos excedentes que entram e saem em torno do ponto zero, o que caracteriza uma posição intermediária da hierarquia da economia mundial, que é resultado de um equilíbrio negativo com países do núcleo orgânico e positivo em relação a países periféricos.

A definição política do conceito se refere à ação voluntária dos Estados semiperiféricos na busca por melhores posições relativas de seus países através de políticas de equiparação, mesmo que aceitem a competição do sistema (ARRIGHI, 1997, p. 144).

Para dar prosseguimento em seu trabalho, Arrighi estabelece a utilização do conceito de semiperiferia, referindo-se exclusivamente em relação à posição de um país ou região na divisão internacional do trabalho e não as suas posições no sistema interestatal. Mesmo que reconheça que o comando das arenas econômica e política se relacionam estreitamente, a separação dos dois tipos de comando se apresenta como uma característica peculiar da economia-mundo capitalista, o que não se verifica na análise de impérios-mundo. Além disso, tal separação serve como ferramenta metodológica utilizada pela EPSM para analisar a economia-mundo capitalista (ARRIGHI, 1997, p. 144).

A dicotomia núcleo orgânico-periferia é utilizada pela EPSM para descrever a dinâmica polarizadora da economia-mundo capitalista, que gera uma distribuição desigual de recompensas entre as diversas atividades que configuram a divisão mundial do trabalho. Tal configuração é estruturada por cadeias de mercadorias que são definidas de acordo com Hopkins & Wallerstein (1977, p. 128 apud ARRIGHI, 1997, p. 145):

Toma-se um item de consumo final e remonte-se à origem do conjunto de insumos que culminou no item – as transformações anteriores, as matérias primas, os mecanismos de transporte, o insumo de mão de obra em cada um dos processos materiais, os insumos de alimentação de mão de obra. A esse conjunto interligado de processos chamamos de uma cadeia de mercadorias.

Portanto, a divisão internacional do trabalho é estruturada por cadeias de mercadorias que se organizam em elos, contendo diversas atividades econômicas com combinações diferentes de fatores de produção. A distribuição do produto total ocorre de acordo com os

fatores de produção presentes nos elos das cadeias de mercadorias e não entre fatores de produção de uma forma geral, conforme a descrição dos autores ligados à economia clássica (ARRIGHI, 1997, p. 145).

Analisando as atividades econômicas dispostas nos elos das cadeias de mercadorias e a pressão competitiva que o funcionamento do capitalismo exerce sobre elas, observa-se uma tendência à polarização entre duas posições. Uma em que é possível transferir as pressões da competição para outro lugar e outra para a qual essa pressão se transferiu.

A primeira se caracteriza por apresentar atividades típicas do núcleo orgânico, em que suas recompensas agregadas tenderão a incorporar a maioria dos benefícios da divisão mundial do trabalho. Na segunda, há predominância de atividades periféricas, apresentando resultado oposto à primeira em suas recompensas agregadas (ARRIGHI, 1997, p. 146).

Nesse ponto há uma crítica às ideias cepalinas em suas concepções sobre a relação centro-periferia. A EPSM não considera que atividades específicas possam ser inerentemente típicas do núcleo orgânico ou da periferia, pois as pressões competitivas podem tornar certas atividades típicas de uma ou de outra posição por um determinado período de tempo. Diferente da visão cepalina, em que o centro e periferia são definidos em função da especialização dos produtos que ofertam no mercado mundial (ARRIGHI, 1997, p. 147).

A razão de não estabelecer atividades a priori inerentes a centro e periferia se dá em função do caráter do capitalismo descrito por Schumpeter, que aponta serem as inovações orientadas para o lucro o impulso fundamental que gera e sustenta as pressões competitivas numa economia capitalista. Logo, os atores econômicos tipicamente capitalistas direcionam suas atividades para obter o maior lucro possível, o que resulta num sistema que estabelece incessantemente novas funções de produções e que tem o processo de “destruição criativa” como sua essência dinâmica, que na visão da EPSM, estabelece, alarga, aprofunda e reestrutura as cadeias de mercadorias (ARRIGHI, 1997, p. 148).

Esse processo reestrutura ciclicamente as disposições das atividades dentro das cadeias de mercadorias. As alterações nas funções de produção causadas pelas inovações em busca da maior lucratividade tornam obsoletas as combinações produtivas preexistentes. Os agentes capitalistas que conseguem capturar as atividades inovadoras são capazes de refrear a competição durante o tempo em que elas terão poder de monopólio e de, assim, se valer de uma maior lucratividade.

As atividades que se tornaram obsoletas frente às novas tecnologias são assumidas por agentes capitalistas que não conseguem capturar atividades inovadoras. Com isto, suas

possibilidades de acumulação limitam-se a atividades com maior grau de competição, dinâmica que deflagra um contínuo repasse de pressão competitiva entre um polo capaz de repassar essa pressão e outro que recebe, retroalimentando ao mesmo tempo em que sustenta a dinâmica do sistema (ARRIGHI, 1997, p. 149).

Enquanto Schumpeter descreve a dinâmica da destruição criativa para demonstrar alterações cíclicas no sistema ao longo do tempo, Arrighi a utiliza para sua descrição da relação núcleo orgânico-periferia, localizando essas transformações no espaço. Às empresas que tendem a se agrupar por conseguirem capturar as atividades do núcleo orgânico, Arrighi denominou de “capital do núcleo orgânico”, enquanto que “capital periférico” é a denominação ao grupo de empresas cujo domínio de atividades é transferido a pressão competitiva (ARRIGHI, 1997, p. 151).

Se para continuar sua explicação sobre a relação núcleo orgânico-periferia, Arrighi analisasse somente os fatores econômicos envolvidos nas atividades de maximização de lucro, possivelmente se verificaria uma polarização do espaço da economia-mundo em zonas do núcleo orgânico e da periferia. Tal polarização apresentaria um comportamento extremamente volátil, já que, em determinados momentos, atividades do núcleo orgânico e periféricas se agrupariam em diferentes locais, ou seja, os locais que desempenhariam o papel de zona do núcleo orgânico e periférica se alterariam o tempo todo (ARRIGHI, 1997, p. 152).

Porém, há outros fatores, além dos econômicos, que atuam e influenciam a relação núcleo orgânico-periferia, pois as lutas competitivas entre as empresas capitalistas não ocorreram num vazio político. Essas lutas, promovidas entre empresas, se inter-relacionam intimamente com a formação dos Estados, unidades de análise que se definem por exercer jurisdição territorial formalmente soberana. A EPSM considera que uma multiplicidade desses Estados foi parte integrante da formação da economia-mundo e que todas as cadeias de mercadorias de alguma importância atravessam suas fronteiras (ARRIGHI, 1997, p. 152).

Os Estados podem influenciar diretamente os fatores econômicos, já que exercem jurisdição formal em seu território. O estabelecimento de leis e direcionamento de políticas econômicas podem beneficiar atividades econômicas específicas visando fazê-las alcançar o status do núcleo orgânico. Da mesma forma, verifica-se a influência estatal no rebaixamento de outras atividades ao status periférico, ou seja, o Estado tem o poder de influenciar a estrutura núcleo orgânico-periferia da economia-mundo (ARRIGHI, 1997, p. 152).

Dada a constituição da economia-mundo capitalista, cuja dinâmica apresenta choques endógenos provocados pelas inovações em busca da maior lucratividade e que atingem todas

as jurisdições dos Estados, o poder que cada Estado possui em influenciar a estrutura da relação núcleo orgânico-periferia é limitado pelo poder que outros Estados têm de fazer o mesmo.

Assim, cada domínio jurídico territorial apresenta atividades de núcleo orgânico e periférico e todos os Estados lutam para aumentar a participação das atividades do primeiro tipo. Quando conseguem, resulta que outros Estados pioram sua situação em relação às atividades que concentram em seu território, caracterizando um jogo de soma zero, que define o caráter da relação núcleo orgânico-periferia (ARRIGHI, 1997, p. 153).

Já explicitamos aqui que o objetivo máximo da empresa capitalista é acumular riqueza, organizando-se com o objetivo de alcançar a maior lucratividade. Já o principal objetivo do Estado consiste em sustentar o monopólio legítimo da violência, sendo capaz de se impor contra contestações de seus cidadãos e de outros Estados, ou seja, acumular poder político.

Embora diferentes, os objetivos são complementares. Os Estados competirão uns contra os outros para tentar melhorar ou evitar o rebaixamento de suas combinações de atividades de núcleo orgânico e periferia, já que o comando econômico influencia em grande medida a legitimidade e o poder dos Estados entre seus pares e entre seus cidadãos (ARRIGHI, 1997, p. 153-154).

Os Estados que apresentam melhores condições frente aos demais em melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia são aqueles que apresentam a capacidade de atrair e desenvolver vínculos orgânicos com o capital do núcleo orgânico. Essa capacidade está ligada com os vínculos passados já desenvolvidos por esse Estado, situação que pode ser expressa pelo processo de “causação circular cumulativa” de Myrdal.

Resulta disso um conjunto de Estados que conseguem capturar dentro de sua jurisdição uma combinação de atividades predominantemente de núcleo orgânico, constituindo o polo do núcleo orgânico. Por outro lado, o conjunto de Estados que apresentam atividades predominantemente periféricas, constituem o polo periférico (ARRIGHI, 1997, p. 154-155).

Se admitirmos que a economia-mundo capitalista apresenta uma dinâmica que traz como consequência um sistema interestatal polarizado entre Estados do núcleo orgânico e Estados periféricos, as pressões competitivas inerentes ao sistema farão com que haja uma polarização estável e possivelmente crescente. Existem, no entanto Estados nos quais a combinação de atividades produtivas presentes sob sua jurisdição é distribuída de maneira mais ou menos igual entre aquelas características de núcleo orgânico e periféricas. Estes, são os Estados semiperiféricos (ARRIGHI, 1997, p. 157).

A dinâmica polarizadora da luta intercapitalista em busca da maior lucratividade, e da luta interestatal, pelo aumento do poder, também atingem os Estados semiperiféricos. Dada a caracterização de sua composição de atividades, porém, estes Estados gozam da possibilidade de resistir ao processo de periferização, de acordo com Arrighi (1997, p. 157) “através da exploração de sua vantagem de receita diante de Estados periféricos e das vantagens de custo diante dos Estados do núcleo orgânico”.

As características já descritas dos Estados semiperiféricos permitem a adoção de estratégias que possibilitam a exploração das tendências de periferização da economia-mundo e que tenham sucesso em sua neutralização, a medida em que conseguem proteger suas atividades de núcleo orgânico dentro de suas fronteiras e possibilitar melhores condições de competitividade com atividades de núcleo orgânico fora de suas fronteiras (ARRIGHI, 1997, p. 158).

Arrighi descreve, porém, uma espécie de “efeito colateral” dessas estratégias, pois isolando as atividades de núcleo orgânico localizadas em sua jurisdição, os Estados semiperiféricos as privam de operar num espaço econômico mais amplo e suscetível a inovações. Quando conseguem ser competitivas com os produtores da zona do núcleo orgânico, estes conseguem periferizar atividades antes típicas de núcleo orgânico e manter a combinação de sua zona mais ou menos igual (ARRIGHI, 1997, p. 158).

A dinâmica descrita se refere a operação da economia-mundo capitalista que se estrutura a partir de uma hierarquia de riqueza em três estratos. Cada estrato é formado por Estados que compõem o núcleo orgânico, a semiperiferia e a periferia, de acordo com a combinação de atividades que possuem em seu território.

Mesmo que os processos apresentados busquem descrever a dinâmica entre os estratos, e que tal dinâmica resulte de um sistema que apresenta mecanismos que impossibilitem a ascensão da semiperiferia como um todo, visto pela perspectiva de um Estado, individualmente, a ascensão ou queda a um estrato pode ocorrer (ARRIGHI, 1997, p. 159).

Mais até que uma possibilidade, as transições dos Estados individualmente são percebidas como mecanismo-chave de reprodução das três zonas separadas da economia-mundo. Logo, na medida em que um Estado consegue melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e periferia e ascender à condição de Estado do núcleo orgânico, um ou mais Estados farão o movimento contrário, resultando em uma estruturação da riqueza mundial de longa duração (ARRIGHI, 1997, p. 159).

O ferramental teórico que a EPSM oferece para interpretar o funcionamento da economia-mundo capitalista e a forma como se estrutura a hierarquia da riqueza mundial, permite abordar de uma maneira diferente as questões sobre subdesenvolvimento e possibilidades de sua superação apresentadas anteriormente neste trabalho, quando discorreremos sobre as interpretações de outros autores e teorias, úteis porque contribuíram para a discussão que propomos.

O trabalho dos pensadores ligados à teoria do desenvolvimento contribuiu significativamente para a discussão das razões do subdesenvolvimento e à superação do mesmo. Teorias críticas à teoria da modernização e à da defesa do *laissez-faire* como promotor do progresso universal, convergem nas propostas feitas pela EPSM. Porém, a percepção de um sistema mundial organizado pela divisão internacional do trabalho, definida em termos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo que aqueles servem de modelo aos demais, possibilita uma avaliação atomista de política de desenvolvimento nacional, em que os países subdesenvolvidos dependem, em grande medida, da eficácia de seus projetos nacionais liderados pelos seus respectivos Estados no sucesso da convergência da renda.

Esses pressupostos trazem, implicitamente, a utilização do nacionalismo metodológico que sugere ser a economia nacional a unidade de análise das relações entre países, o que a EPSM critica. Além disso, a EPSM traz complexificações na determinação da hierarquia da riqueza mundial que tornam a eficácia dos projetos nacionais de desenvolvimento mais limitados quanto ao objetivo da melhora relativa na divisão internacional do trabalho e a consequente capacidade de apropriação da riqueza mundial.

A Cepal apresentou importantes contribuições para a avaliação da determinação da distribuição desigual da riqueza mundial. A percepção do pensamento cepalino, de que o capitalismo resulta em um sistema mundial polarizado entre um grupo de países que forma um polo central e outro que forma um polo periférico, e que a relação centro-periferia se desenvolve de forma orgânica e desigual, contribuiu para a construção teórica de Wallerstein na sua descrição do moderno sistema-mundo. Os cepalinos se aproximam, então, da visão da EPSM quanto à noção de um sistema mundial organizado a partir de países do centro, que sustentam essa posição pelas trocas desiguais a seu favor com países periféricos.

Mesmo que o pensamento cepalino construa uma teoria com base num sistema internacional em que as razões para a riqueza e a pobreza das nações não são consideradas de maneira tão atomista quanto às contribuições da teoria econômica do desenvolvimento, é possível verificar o nacionalismo metodológico implícito nas recomendações de políticas

econômicas orientadas pela Cepal, onde o Estado de um país periférico pode agir sobre os fatores internos de sua estrutura econômica de modo a promover maior autonomia frente aos países centrais (VIEIRA, 2015, p. 85).

As recomendações de políticas econômicas da Cepal vão em direção à construção de um projeto nacional de desenvolvimento liderado pelo Estado, sendo que o esforço desse projeto deve ser direcionado à promoção da industrialização, atividade central na configuração da divisão internacional do trabalho, capaz de fornecer ganhos de produtividade e, conseqüentemente, aumento da renda média.

É dessa forma que países industrializados são definidos como centrais, enquanto os periféricos são aqueles que não possuem uma estrutura econômica na qual predomine a atividade industrial, mas, se conseguirem promovê-las em seu território, poderão romper com sua posição desvantajosa na divisão internacional do trabalho.

A EPSM diverge das concepções da Cepal quanto à utilização que esta faz do nacionalismo metodológico e, conseqüentemente, do uso de economias nacionais como unidade de análise da relação entre os estados. A divergência também acontece quanto à definição de centro e periferia pautada pela especialização de atividades específicas, definidas, a priori, como tipicamente centrais e periféricas pela teoria cepalina, pois para EPSM, nenhuma atividade é definida a priori como sendo típica do centro ou da periferia.

É justamente pelo mecanismo de transferência de determinadas atividades que apresentam pressão competitiva que os países centrais conseguem manter sua posição na hierarquia da riqueza mundial, mecanismo no qual o conceito de semiperiferia trazido pela EPSM tem papel fundamental para a manutenção de um sistema de geração e apropriação desigual de riqueza mundial organizado a partir de uma estratificação tripartite, diferente da divisão internacional do trabalho, que se organiza a partir da polarização centro-periferia cepalina.

A Escola de Campinas avançou na definição de centro e periferia iniciada pela Cepal. As contribuições teóricas dos autores ligados a essa corrente de pensamento visaram analisar historicamente o capitalismo a fim de capturar diferentes padrões de funcionamento, definidos por padrões monetários internacionais liderados por nações hegemônicas. Cada período e seu respectivo padrão de acumulação impõem regras a todo sistema que ora contribuem, ora dificultam o estabelecimento de projetos nacionais de desenvolvimento nos países periféricos.

A conclusão de que somente a industrialização planejada pelo Estado não é suficiente para a superação do subdesenvolvimento, e de que o fortalecimento da moeda e do poder

político-militar no sistema interestatal também são necessários para a superação da condição de periferia, aproximam as ideias da Escola de Campinas à EPSM. Sobretudo pela noção da existência de um sistema interestatal no qual há luta entre os Estados pelo poder unida à luta intercapitalista pela riqueza. Nesse caso, ambos beneficiando um ao outro e estabelecendo os padrões de acumulação.

A Escola de Campinas qualificou teoricamente o debate sobre a definição de centro e da periferia e o tema da superação do subdesenvolvimento, entendido aqui como possibilidade de ascensão na hierarquia da riqueza mundial.

A EPSM diverge dessa concepção dualista de centro e periferia. Além disso, mesmo que a Escola de Campinas torne esta definição mais complexa, essa corrente de pensamento atribui grande peso à construção de um projeto de desenvolvimento nacional liderado pelo Estado. O objetivo seria promover a superação do subdesenvolvimento, para que, assim, seja possível a inserção de forma soberana no sistema interestatal. A EPSM, por sua vez, atribui papel muito mais limitado às políticas nacionais nas possibilidades de ascensão na hierarquia da riqueza global.

Destacados alguns pontos de convergência e divergência entre as teorias apresentadas e a EPSM, necessário apresentar uma discussão mais ampla acerca do tema do subdesenvolvimento. Falaremos sobre como cada teoria apresenta causas e possibilidades de superação da posição desvantajosa de alguns países na produção e apropriação da riqueza mundial e, conseqüentemente, de como cada teoria percebe os processos que resultam na desigualdade persistente da renda mundial. Buscamos, assim, justificar a utilização da perspectiva da EPSM para alcançar os objetivos propostos nesse trabalho.

Para reforçar essa justificativa, pontuaremos algumas considerações teóricas importantes que a EPSM oferece para a discussão de como se constitui a hierarquia da riqueza mundial e das possibilidades de ascensão nessa hierarquia. A começar pela unidade de análise, a EPSM é crítica da utilização do nacionalismo metodológico que sugere serem os Estados a unidade de análise apropriada para as relações no sistema mundial e que a ascensão de um país na hierarquia da riqueza mundial se dá em razão de sua própria virtude.

A EPSM compreende que o sistema interestatal é estruturado pela divisão internacional do trabalho e essa divisão se dá em função de atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que perpassam todas as fronteiras territoriais dos Estados. Então, são essas cadeias que mediam as relações entre os Estados.

Nas mais altas posições da hierarquia da riqueza mundial se encontram aqueles Estados que conseguem manter predominantemente, sob sua jurisdição, as atividades econômicas que controlam grande parte do excedente total produzido dentro das cadeias de mercadorias. Tais Estados formam o núcleo orgânico do sistema.

Além do núcleo orgânico, a hierarquia da riqueza mundial é composta por um estrato periférico, formado por países que conseguem manter sob sua jurisdição atividades econômicas que não apresentam capacidade de controlar o excedente total produzido nas cadeias de mercadorias, e por um estrato semiperiférico, formado por países que conseguem manter sob sua jurisdição atividades do núcleo orgânico e periféricas.

A discussão entre os autores e teorias que apresentamos anteriormente buscou apresentar razões que explicassem essa configuração desigual da hierarquia da riqueza mundial, cada um com seus termos, e, também, orientações de políticas econômicas que possibilitassem a ascensão dos países que se encontram nas mais baixas posições dessa hierarquia.

Para a EPSM a ascensão a posições mais altas na hierarquia da riqueza mundial não se apresenta como uma possibilidade real para o estrato semiperiférico e periférico, visto como um todo. Isto por que a economia-mundo capitalista é um sistema social histórico que se configura numa estrutura tripartite, em que a união do interesse dos Estados por poder e do interesse dos capitalistas por riqueza, opera um sistema desigual capaz de desenvolver mecanismos que sustentem e legitimem as posições dessa hierarquia.

No entanto, a ascensão de Estados vistos individualmente se mostra como possibilidade real, mesmo que não altere a estratificação desigual, mas depende de fatores que vão além da própria capacidade do Estado em promover políticas econômicas nacionais que transformem sua estrutura. Nos termos da EPSM, vão além da capacidade que o Estado tem de melhorar a combinação de atividades de núcleo orgânico e periféricas que possui sob sua jurisdição.

Isso porque a capacidade que um Estado tem de atuar sobre a divisão mundial do trabalho é limitada pela capacidade que outros Estados têm de fazer o mesmo. Aqueles Estados que já desenvolveram anteriormente uma relação simbiótica com grupos de empresas que concentram capital do núcleo orgânico, têm maiores vantagens frente aos outros de permanecer numa posição mais vantajosa, ao longo das transformações que ocorrem no sistema, em função das inovações provocadas pela competição intercapitalista por maior lucratividade.

Essas transformações acontecem ciclicamente e alteram a forma de organização da produção, o que faz com que atividades antes consideradas de núcleo orgânico passem a ser periféricas. Isso indica que, diante dessas transformações cíclicas, aqueles Estados que

conseguem manter sob sua jurisdição atividades do núcleo orgânico, permanecem ou ascendem ao estrato central, enquanto aqueles Estados que conseguem capturar atividades antes do núcleo orgânico, podem no máximo evitar o rebaixamento de sua posição. Ocorre que a melhora da combinação da composição de suas atividades em relação a si mesmo, não significa uma melhora em relação ao núcleo orgânico do sistema.

Portanto, a possibilidade de ascensão de um país visto individualmente não depende somente da melhora relativa da combinação das atividades econômicas sob sua jurisdição, mas de uma melhora em relação a todo o sistema. Isso passa pela avaliação da situação na qual os Estados, segundo Arrighi (1997, p. 159)

buscando uma combinação particularmente inovadora de políticas econômicas e/ou abençoados por uma conjuntura econômica mundial que lhes dê uma forte vantagem competitiva, possam melhorar sua combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia, até que se tornem Estados do núcleo orgânico.

A interpretação que buscaremos fazer sobre a colocação do Brasil na hierarquia da riqueza global buscando avaliar se as políticas econômica e externa promovidas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) resultaram em mudanças ou continuidades na posição do Brasil nessa hierarquia, será pautada pela construção teórica que apresentamos da EPSM. Construção esta que, segundo nossa interpretação, oferece uma visão holística da economia-mundo capitalista capaz de capturar a interação dos processos econômicos e políticos que moldam o sistema histórico em que vivemos.

3. O BRASIL NA HIERARQUIA DA RIQUEZA MUNDIAL

O método que Arrighi (1997) utilizou na tentativa de evidenciar empiricamente o padrão tri-modal em que se estrutura a economia-mundo, consistiu em apreender a distribuição da renda mundial a partir do PNB per capita de cada país de sua amostra em relação à porcentagem da população mundial³. O objetivo era dimensionar a capacidade de comando relativo sob os benefícios totais da divisão internacional do trabalho que cada Estado possuía.

Apesar das críticas que sucederam a essa tentativa⁴, o método se consagrou na literatura, já que permitiu, através de dados coletados entre os anos de 1938 e 1983, vislumbrar a hierarquia da riqueza global estruturada segundo os pressupostos teóricos da EPSM: o núcleo orgânico, a semiperiferia e a periferia.

Numa tentativa que se aproxima do trabalho de Arrighi (1997), mas utilizando a razão entre o PIB per capita de cada país com relação aos EUA entre os anos de 1950 a 2003 e aplicando técnicas exploratória de dados, Lima (2007)⁵ classifica o Brasil como um destacado membro da semiperiferia do sistema-mundo. Tal posição já havia sido atribuída por Wallerstein (1979) e, apesar de não ser considerado como membro orgânico desse estrato em sua pesquisa, Arrighi (1997) inclui o Brasil como um razoável representante da semiperiferia (LIMA, 2007, p. 78-79).

Os trabalhos citados apontam o Brasil como um Estado que se insere no estrato semiperiférico na hierarquia da riqueza mundial que estrutura a economia-mundo, o fazem através de dados econômicos agregados como o PNB e o PIB per capita ao longo do século XX e início do XXI. Apesar de nos fornecerem informações valiosas em termos de pesquisa científica, fundamental que sejam acompanhados de uma análise histórica que busque compreender as transformações sistêmicas ao longo do tempo. Assim, as transformações sociais não ficarão presas à explicação de dados econômicos produzidos a posteriori.

3.1 O BRASIL NA PERIFERIA DO SISTEMA-MUNDO

3.1.1 O ciclo⁶ do açúcar

³ Para conferir metodologia utilizada, ver Arrighi (1997, p. 163-164).

⁴ Exemplos dessas críticas se encontram em Vieira (2018, p. 31) e Lima (2007, p. 64).

⁵ Para conferir metodologia utilizada, ver Lima (2007, p. 69-70).

⁶ Utilizamos o termo “ciclo” para descrever a principais atividades econômicas desenvolvidas sob o território brasileiro, dessa forma, tentamos descrever os elos das cadeias de mercadorias decorrentes dessas atividades, a fim de compreender a forma de apropriação do excedente, as implicações dessa apropriação na conformação da sociedade brasileira e o posicionamento do Brasil na hierarquia da riqueza global.

No intuito de demonstrar a trajetória do Brasil ao longo de sua história na hierarquia da riqueza global, é importante pontuar quando começa essa trajetória. De acordo com Vieira (2012), inicia-se justamente com o surgimento e a expansão da economia-mundo capitalista no longo século XVI (1450-1650)⁷. À época, Portugal chega no território que hoje é entendido como Brasil num contexto em que a Europa experimenta profundas transformações causadas pela busca de poder em seu sistema interestatal (VIEIRA, 2012, p. 211).

Durante 30 anos, desde sua chegada ao território brasileiro em 1500, o interesse do Estado português em sua mais nova área de exploração, foi direcionado à extração do pau-brasil. Porém, as disputas entre potências europeias ameaçavam o controle de Portugal sob as terras recém “descobertas”, o que levou a Coroa portuguesa a traçar um plano de ocupação do território em 1534: dividi-lo em 14 capitanias hereditárias, distribuídas entre 12 capitães donatários. Somente as capitanias de Pernambuco e da Bahia prosperaram em função da sua especialização na produção de açúcar (VIEIRA, 2012, p. 229).

A inserção do Brasil à economia-mundo se deu justamente através da cadeia mercantil do açúcar. As atividades que se estabeleceram no território brasileiro pertencentes a essa cadeia se baseavam no cultivo da cana e na sua transformação em açúcar, ou seja, atividades de plantio e processamento primário, enquanto as atividades que envolviam o refino e a comercialização eram executadas por capitalistas comerciantes portugueses ou de outras partes da Europa.

Essa divisão de atividades dentro da cadeia mercantil do açúcar já nos ajuda a perceber as características que esses dois espaços vão assumindo na divisão internacional do trabalho e na hierarquia da riqueza global nesse momento histórico. Tendo em vista que as atividades primárias são menos rentáveis em relação a outros nódulos da cadeia e utilizam trabalho forçado, o território brasileiro se constitui como periferia da economia-mundo, enquanto a Europa se constitui como centro (VIEIRA, 2012, p. 229).

Apesar de ser um Estado que possuía importância na configuração política europeia desde sua precoce definição de fronteiras a partir do século XIII, Portugal possuía características políticas que se mostravam típicas do Antigo Regime. Nesse contexto, a monarquia tinha o poder de controle sobre a sociedade, subjugando a seu favor qualquer tentativa de surgimento da burguesia, estabelecendo um estado patrimonialista e estamental, em que o envolvimento português em certas atividades econômicas era pautado pelos valores da nobreza. Tais características iam na direção contrária das transformações ocorridas no longo

⁷ Marco teórico compartilhado por Wallerstein e Arrighi, Braudel apresenta divergências. (VIEIRA, 2012, p. 210-211).

século XVI e que possibilitaram a ascensão de poder e riqueza das repúblicas italianas, onde a burguesia passa a ter um papel importante na configuração do Estado (VIEIRA, 2012, p. 213-215).

As transformações ocorridas a partir do século XV, em favor da lógica capitalista que se aplicava tanto aos negócios privados quanto à administração do Estado, estenderam-se por toda a Europa. Portugal, no entanto, mostrou-se refratário a essas inovações. A insistência em manter as características descritas anteriormente resultou num atraso do Estado português na acumulação de riqueza e de poder em relação às regiões e estados que adotaram, para esse fim, as práticas tipicamente capitalistas, sendo as repúblicas italianas o maior caso de sucesso (VIEIRA, 2012, p. 217-218).

A diminuição do poder de Portugal na participação do comércio de longa distância, a fragilidade de suas finanças públicas causadas pela manutenção do status de sua nobreza e seu atraso em relação às inovações de técnica, instrumentos, conhecimentos e recursos humanos trazidos pelas práticas capitalistas, foram acentuando a debilidade financeira e provocando um processo de periferização do Estado português. Processo que foi ainda mais acelerado com a liderança das Províncias Unidas, que consolidou a economia-mundo capitalista no século XVII (VIEIRA, 2012, p. 246-248).

A descrição da posição de Portugal na hierarquia da riqueza global é fundamental para entender as razões do posicionamento do Brasil nessa hierarquia enquanto colônia portuguesa. A própria ausência de um Estado nacional impossibilita o Brasil de qualquer pretensão de ascensão na hierarquia e as ações de Portugal têm por objetivo, justamente, a permanência de sua colônia nessa condição subjugada, visto que a extração das riquezas brasileiras serve para refrear o processo de periferização enfrentado pelo Estado português.

Mesmo o Brasil sendo uma colônia portuguesa, foram os holandeses que mais se beneficiaram, em termos de lucratividade, do primeiro produto brasileiro de grande importância para a economia-mundo. Eles controlavam o transporte, o refinamento e a comercialização do açúcar, o que mostra a debilidade do Estado português diante da realidade econômica e política que se apresentava no longo século XVI. A própria possibilidade da exploração portuguesa do açúcar na colônia brasileira se deu pela expansão desse mercado na Europa pelos holandeses (FURTADO, 2007, p. 33-34).

A consolidação da inserção do Brasil à economia-mundo através da cadeia mercantil do açúcar se deu entre os anos 1534 e 1570. Como já foi dito, as atividades brasileiras se inseriram

nos nódulos menos rentáveis dessa cadeia, que eram a plantação de cana e a transformação do açúcar.

Essas atividades que predominaram no território brasileiro trouxeram consequências que marcaram a realidade social e direcionaram o comportamento de indivíduos e o próprio funcionamento do Estado (ou a ausência dele). Tais atividades caracterizavam-se pela produção para exportação, pela utilização de trabalho escravo e pelo estabelecimento do latifúndio, o que possibilitou enormes volumes de produção e lucratividade à cadeia mercantil do açúcar, apropriada por capitalistas europeus que controlavam nódulos mais lucrativos, como o transporte, o refinamento, o financiamento e o mercado consumidor (VIEIRA, 2012, p. 233).

Já no fim do século XVI a atividade açucareira se tornou um empreendimento excepcionalmente próspero, porém, com riqueza extremamente concentrada. Conforme Furtado (2007, p. 80), “pelo menos 90% da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe proprietária de engenhos e de plantação da cana”.

Por despender quantias ínfimas com mão de obra, transporte até o porto e armazenagem, o negócio açucareiro possibilitava uma grande capacidade de autofinanciamento. Além disso, essa massa de capital não se expandiu pela colônia, já que os gastos com consumo eram atendidos através de importações.

Essa dinâmica ajuda a entender como era apropriada a renda produzida na colônia. Se havia uma grande massa de capital disponível que não foi investida na própria capacidade produtiva açucareira, o que impediu a superprodução, e esse capital não se aplicou no desenvolvimento de outras atividades na colônia, então parte substancial do capital aplicado na produção açucareira era apropriada pelos comerciantes europeus fora da colônia.

Assim, a enorme riqueza produzida pela atividade açucareira não era distribuída de uma maneira que possibilitasse o desenvolvimento de atividades que capturassem o excedente produzido na colônia, agentes europeus especializados em atividades de outros nódulos foram os que se apropriaram dessa riqueza (FURTADO, 2007, p. 33-34).

Importante pontuar, também, que tal dinâmica expressava as linhas gerais da colonização decorrente da expansão mercantilista europeia. Decorrente da crise comercial por que passava a Europa no século XV, essa expansão marca a transição do feudalismo para o Antigo Regime, em que a expansão ultramarina se deu com base na lógica do capitalismo comercial.

De acordo com essa lógica, a superação da crise enfrentada a Europa passava pela abertura de novas rotas de exploração mercantil, que resultou no estabelecimento do Antigo

Sistema Colonial da era mercantilista, no qual as colônias do Novo Mundo serviam de apoios externos à acumulação primitiva de capital das metrópoles europeias, ou seja, o sentido da colonização, inclusive a do Brasil, era de favorecer a acumulação externa (NOVAIS, 1973, p. 9-11).

A utilização de trabalho compulsório, marcadamente a escravidão, para a realização das atividades produtivas nas colônias atendia aos objetivos do mercantilismo europeu de acumulação das metrópoles e expressava o sentido mais profundo da exploração europeia no Novo Mundo. O trabalho escravo impedia o florescimento de uma dinâmica econômica própria nas colônias e, além disso, a empresa escravista se tornou um negócio lucrativo sob o controle europeu.

A abundância de terras nas colônias era propícia ao desenvolvimento de uma economia de subsistência e conseqüentemente ao estabelecimento de núcleos europeus de povoamento. Porém, isso não atendia ao sentido mercantilista de colonização: o de promover a apropriação de riquezas nas colônias para a acumulação das metrópoles, impondo-se, para esse fim o trabalho compulsório nas colônias e, conseqüentemente, uma estrutura social altamente desigual e concentradora de riquezas (NOVAIS, 1973, p. 30-32).

Por ser um local onde se desenvolveram atividades cujo excedente era apropriado por agentes ligados aos interesses de Estados europeus, os quais controlavam os elos mais lucrativos da cadeia mercantil do açúcar, principal atividade que integrava as terras brasileiras à economia-mundo capitalista; e em decorrência disso, adotar o uso de trabalho compulsório para a execução das atividades, resultava ser o Brasil colônia um território de integração periférica à economia-mundo capitalista. A própria condição de colônia, ou seja, a ausência de um Estado soberano, era a expressão de sua condição periférica e tal ausência, impedia qualquer possibilidade de mudança dessa condição.

Aqui se faz importante novamente pontuar o papel que Portugal exerceu para manter a condição periférica do Brasil. A sua perda de poder em relação aos Estados poderosos, aumentou sua dependência em relação à colônia brasileira, o que fez que Portugal promovesse medidas que visassem à submissão política, administrativa e econômica brasileira.

Como exemplo, destacamos o Conselho Ultramarino (1643), que fornecia ao Estado português a centralidade da política colonial e restringia a participação de não portugueses no comércio da colônia; além da criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649), que estabeleceu o monopólio do comércio entre Portugal e Brasil (VIEIRA, 2012, p. 254).

A desorganização do mercado de açúcar, provocada pelo estabelecimento de produção açucareira nas Antilhas por iniciativa holandesa, decorrente de sua expulsão do território brasileiro na metade do século XVII, fez com que o preço do açúcar apresentasse uma trajetória de queda, tanto em seus preços quanto em seu volume exportado.

Esse fator contribuiu para a decadência da Metrópole e limitou as tentativas de Portugal de explorar sua colônia brasileira na tentativa de obter vantagens na disputa com Estados poderosos. Isso levou o Estado português a firmar tratados com tais Estados, notadamente a Inglaterra. Nesses acordos, Portugal oferecia favores econômicos em troca de favores políticos na tentativa de manter seu status de Metrópole colonial, renunciando a sua soberania e possibilitando a exploração econômica de sua colônia, que cada vez mais servia como uma moeda de troca sob o controle português (FURTADO, 2007, p. 65-66).

A constituição de Portugal como uma nação especializada no comércio de longas distâncias e a ocupação de seu aparelho estatal por forças políticas predominantemente ligadas à nobreza, não permitiram que fossem criadas instituições políticas e ideológicas que favorecessem o desenvolvimento de um forte mercado doméstico, tanto na metrópole quanto na colônia brasileira. A carência de ambas pela presença de um Estado forte, ampliou o atraso, tanto de Portugal quanto do Brasil, em relação aos países mais adiantados economicamente. No caso brasileiro, em função de sua condição colonial, o atraso se fez mais agudo (VIEIRA, 2012, p. 255).

Visto de uma forma mais ampla, o surgimento e a expansão da economia-mundo capitalista no longo século XVI sob a liderança de Gênova e, sobretudo, sua consolidação no século XVII, sob a liderança das Províncias Unidas, modificou a estrutura de poder na Europa dado o avanço das práticas capitalistas na acumulação de riqueza e gestão do Estado.

Tais fatores marcam o nascimento do sistema interestatal e do capitalismo como sistema social. A riqueza e poder da Holanda eram sustentados pelo controle que a oligarquia capitalista holandesa operava sobre redes comerciais e financeiras, conquistadas por sua superioridade militar, que possibilitou a construção de impérios ultramarinos e coloniais. A luta por poder e riqueza na Europa se baseava, então, pela busca de monopólio do comércio (ARRIGHI, 1996, p. 44-45).

O monopólio comercial era o que orientava as disputas europeias. A conquista de colônias possibilitava a instauração do “exclusivo” metropolitano do comércio colonial, mecanismo que permitia às metrópoles se apropriarem dos lucros excedentes gerados nas colônias. Ocorre que somente elas tinham o poder de comprar os produtos vindos das colônias

e vender à Europa, além de comprar os produtos da Europa e vender às colônias, garantindo à metrópole superlucros tanto na compra quanto na venda. Isso resultava na transferência de renda real da colônia para a metrópole assim como a concentração de capital na camada capitalista envolvida com o comércio ultramarino (NOVAIS, 1973, p. 21).

O estabelecimento da empresa açucareira no Brasil desde o início foi realizado com vistas a servir interesses europeus, que se ocupavam de atividades mais lucrativas ligadas à cadeia do açúcar. As atividades dessa cadeia que se estabeleceram em solo brasileiro, predominantemente, a plantação de cana e o engenho de açúcar, resultaram em uma estrutura econômica que não criava uma articulação direta entre o sistema de produção e o consumo interno, impossibilitando o surgimento de um efeito dinâmico interno de desenvolvimento econômico (FURTADO, 2007, p. 90).

A estrutura econômica açucareira permaneceu por mais de três séculos sem passar por alterações importantes em sua composição e funcionamento, moldando toda a articulação econômica, política e social da colônia. Inserindo-a na economia-mundo como mera produtora de açúcar, sob a tutela política de um Estado europeu periférico, a colônia via suas riquezas servindo a interesses que não eram seus. Por essas razões, o Brasil enquanto colônia surgiu e permaneceu periférico.

A expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro citada anteriormente não se deu em função do poder português, mas em razão das investidas da Inglaterra por maiores controles do comércio ultramarino. A aprovação da Lei de Navegação, em 1651, representou uma afronta ao poder hegemônico das Províncias Unidas, que declararam guerra aos ingleses em 1652, tendo perdido a mesma dois anos depois.

Foi esse o contexto que possibilitou a Portugal recuperar a região açucareira lucrativa de sua colônia. No entanto, a debilidade do estado português o levou a sujeitar parte de sua soberania através de tratados com a Inglaterra que possibilitassem poder político a Portugal, o que resultaria em grandes impactos na colônia brasileira (VIEIRA, 2012, p. 257).

Os tratados feitos em 1642-54-62 favorecem Portugal politicamente e a Inglaterra economicamente, já que os portugueses se encontravam sob a ameaça de Espanha, França, Províncias Unidas e da própria Inglaterra. Esses Estados competiam pelas melhores posições na hierarquia da riqueza mundial, enquanto Portugal se fragilizava cada vez mais, contribuindo, para isso, a perda de lucratividade que a empresa açucareira brasileira apresentava diante da competição antilhana (FURTADO, 2007, p. 64).

3.1.2 O ciclo do ouro

A descoberta de minas de ouro no início do século XVIII deslocou mão de obra para a região centro-sul brasileira, encarecendo seu valor e, com isso, diminuiu a lucratividade do negócio açucareiro. Em compensação, os metais preciosos vindo do Brasil permitiram uma importante fonte de riqueza a Portugal, que serviram como moeda de troca de favores políticos com a Inglaterra.

O Tratado de Methuen de 1703, decretou o fim de qualquer possibilidade de industrialização portuguesa, que poderia ser financiada com os metais vindos do Brasil. Porém, esse tratado foi a base da garantia da soberania de Portugal sobre as terras da América Portuguesa, firmada em um tratado posterior (1713), sob a proteção política da Inglaterra (FURTADO, 2007, p. 66).

O ciclo do ouro brasileiro, que foi do início até o final do século XVIII, promoveu uma articulação econômica entre Brasil, Portugal e Inglaterra, na qual os portugueses desempenhavam um simples papel de entreposto, dada a sua posição subordinada a Inglaterra. Esta sim, em condições de direcionar as riquezas vindas do Brasil para o desenvolvimento de seu setor manufatureiro, ampliando sua capacidade de importar e de seu sistema bancário, tornando-se o principal centro financeiro da Europa e contribuindo para a posterior afirmação de sua condição hegemônica da economia-mundo (FURTADO, 2007, p. 67).

Ainda se faz clara a forma como o Brasil se inseria na economia-mundo, pois as riquezas que eram produzidas aqui favoreciam Estados que dispunham de melhores condições para a apropriação dessas riquezas e, assim, sustentavam suas posições na hierarquia da riqueza mundial, já que controlavam atividades muito mais rentáveis na divisão internacional do trabalho.

No ciclo do ouro, o Brasil continuava a fazer parte do estrato periférico da economia-mundo, pois ainda não possuía um Estado nacional nem capitalistas que pudessem controlar os elos mais rentáveis na cadeia mercantil do ouro. Dessa forma, o Brasil ficava sujeito a Portugal, um Estado débil, ele mesmo sujeito à potência inglesa.

A decadência da mineração do ouro no Brasil diminuiu o interesse da Inglaterra no mercado luso-brasileiro, levando os ingleses a abandonar os privilégios aduaneiros dados a Portugal. Esses privilégios não eram mais compatíveis com a necessidade da Inglaterra de expandir suas manufaturas para o mercado europeu. O tratado de 1786 com a França expressa a nova realidade que vem se desenhando na economia-mundo, em que Portugal acentua ainda

a decadência de seu poder e o Brasil vai passando por transformações que alteram sua configuração econômica, política e social (FURTADO, 2007, p. 68).

3.1.3 O ciclo do café

As investidas napoleônicas na Europa fizeram com que a Corte portuguesa, sob a proteção da Inglaterra, fosse transferida para a colônia brasileira em 1808. No mesmo ano, foi decretada a abertura dos portos às nações amigas e, em 1810, firmaram-se tratados que instituíram à Inglaterra a condição de potência privilegiada, concedendo a ela poderes sobre o território que iriam limitar o poder econômico do governo brasileiro, que se formaria na primeira metade do século XIX (FURTADO, 2007, p. 143).

A independência do Brasil ocorreu em 1822, sob forte atuação da Inglaterra nesse processo. Não sem compensação, pois em 1827 é firmado um tratado que reforça o poder inglês sobre a economia brasileira, estabelecendo sua independência com graves problemas fiscais, em razão dos problemas de sua pauta exportadora e agravados pelas dívidas que herda de Portugal com a Inglaterra em seu processo de independência. Assim que o governo central brasileiro elimina as barreiras impostas pelo tratado de 1827, consegue aumentar sua autonomia fiscal e financeira (FURTADO, 2007, p. 70-71).

O Brasil consegue, na primeira metade do século XIX, pagar o passivo político que tinha com os Estados europeus. Porém, sua estrutura econômica permanecia débil, apresentando as mesmas características dos três séculos de sua história colonial.

A política brasileira presencia a ascensão dos grandes senhores agrícolas na direção do país que passam a lutar diretamente por seus interesses frente aos ingleses, dispondo de uma economia com graves problemas fiscais que minam a autoridade do governo brasileiro (FURTADO, 2007, p. 146-147).

É nesse contexto que o café surge como nova fonte de riqueza brasileira. Entre as décadas de 1830 e 1840, o produto assumiu a liderança das exportações, representando mais de 40% do total e tornando o Brasil o maior produtor mundial.

A participação do produto passa a assumir importância crescente na pauta exportadora brasileira. Entre a década de 1870 e 1880, representava 56% do total exportado, no final do século XIX, 65% e, em 1920, foi responsável por 70% das exportações brasileiras (VIEIRA, 2012, p. 288).

O café foi um produto capaz de atender a duas necessidades fundamentais de viabilização econômica e política brasileira: a reintegração do Brasil na expansão do comércio mundial, já que a demanda por produtos que exportava se encontrava em declínio; e que essa reintegração se desse por meio de um produto que utilizasse extensivamente a terra, fator de produção abundantemente disponível no Brasil.

Essas necessidades são reflexos da posição em que Brasil se encontrava na economia-mundo. Marcada pelas transformações trazidas pela Revolução Industrial inglesa, a economia brasileira não apresentava dinâmica interna e não havia desenvolvido forças produtivas que a libertassem da dependência de exportação de produtos primários (FURTADO, 2007, p. 165-167).

Essas características da estrutura econômica e social brasileira foram moldadas em consequência do sentido da colonização europeia. As atividades econômicas desenvolvidas nas colônias utilizando de mão de obra escrava foram estabelecidas com o objetivo de serem expropriadas pelas metrópoles. Como resultado, a economia colonial tinha um mercado interno muito reduzido, que se ligava com uma ampla faixa de produção de subsistência à margem do mercado.

Com a potencialização da produtividade trazida pela Revolução Industrial inglesa, cresce a necessidade de expandir as faixas de consumo dado esse enorme aumento da produção industrial. Isso quer dizer que o consumo pautado por trocas mercantis, antes concentrado nas altas camadas da sociedade, teria que ser estendido a sociedade como um todo, ou seja, a economia-mundo passava por um processo de generalização das relações mercantis, que implicava no estabelecimento do trabalho assalariado e na crise do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1973, p. 34-36).

A introdução do trabalho assalariado na economia brasileira, mais acentuadamente no final do século XIX, portanto, é uma transformação que vem na esteira dos interesses do poder hegemônico inglês que se faz presente no Brasil. Além disso, ressalta-se outras importantes transformações, como a modernização da infraestrutura e dos serviços bancários, que apesar de darem um sentido de modernização a estrutura econômica, política e social brasileira, ainda condicionam o Brasil a uma posição periférica na economia-mundo, visto que sua inserção na divisão internacional do trabalho permanece sendo através de um produto primário exportador produzido para atender a demanda externa (VIEIRA, 2012, p. 273).

A expansão da economia cafeeira no Brasil, entre 1825 e 1875, veio acompanhada do surgimento de uma classe empresarial nacional portadora de projeto próprio. Diferentemente

da classe dirigente açucareira, a classe cafeeira não era limitada pelo poder de monopólio comercial de portugueses e holandeses que controlavam as ações dos dirigentes açucareiros e impediam qualquer possibilidade de integração econômica brasileira, já que as atividades produtivas e comerciais eram isoladas (FURTADO, 2007, p. 169-171).

A descrição que Furtado (2007) faz da classe dirigente cafeeira brasileira, formada por homens com experiência comercial com consciência clara de seus próprios interesses, procurando benefícios tanto na etapa produtiva quanto comercial e já compreendendo a importância de ocupar o aparelho do Estado – que o fazem mais profundamente a partir da proclamação da República em 1889 –, deve ser acompanhada da descrição das atividades dentro da cadeia mercantil do café, que essa classe pôde se especializar.

Ainda se faz mais flagrante a posição do Brasil na economia-mundo quando percebemos as atividades que consegue capturar na cadeia mercantil do café. Devido as suas grandes extensões de terra, atividades ligadas ao plantio são realizadas em solo brasileiro, como o desmatamento, poda, colheita e ensaque. Atividades que, numa primeira fase, são marcadas pelo baixo desenvolvimento técnico e que utilizam intensamente a mão de obra, valendo-se de instrumentos como foices, enxadas e animais para tração para realizar o processo de produção de café.

Na segunda fase, apresentando um desenvolvimento técnico devido às transformações tecnológicas da época, introduzem-se máquinas que permitem poupar mão de obra, transformação capaz de garantir lucratividade na atividade de plantio diante da abolição do trabalho escravo (VIEIRA, 2012, p. 279).

Atividades ligadas à torrefação e moagem que exigiam certo grau de industrialização, não eram realizadas no Brasil e envolviam instrumentos mais complexos, como torradores e moinhos. Aqui já se percebe que, mesmo no processo de produção, o Brasil não se especializa em atividades que possibilitassem uma maior captura de excedente.

Atividades ligadas ao transporte do café eram realizadas no Brasil com a utilização intensa de mão de obra, utilizavam tropa de muares, carroças e carretões que levavam os grãos até os trens e navios nos portos, sendo que a presença de navios a vapor e a construção de ferrovias se fizeram presentes no Brasil através do investimento externo inglês que tem participação fundamental no financiamento das atividades na cadeia mercantil do café, possibilitando uma grande apropriação dos excedentes produzidos devido ao controle que os ingleses possuem nas atividades financeiras (VIEIRA, 2012, p. 285-286).

Na etapa de comercialização do café também se faz marcante a disparidade do controle dessa atividade entre comerciantes brasileiros e estrangeiros. Estes últimos controlavam redes de comércio atacadistas e varejistas que abasteciam um mercado consumidor em expansão nesse período.

Essa etapa passou por transformações que, por vezes, possibilitaram uma maior apropriação dos plantadores brasileiros, devido a maior proximidade com a comercialização, como a instalação dos Armazéns Gerais, em 1903, e da criação da Bolsa do Café de Santos, em 1917, o que diminuía a participação de agentes na comercialização do café (VIEIRA, 2012, p. 287).

Após discorrermos brevemente sobre os processos relacionados à produção, ao transporte e à comercialização na cadeia mercantil do café, fica clara a base em que está organizado o processo produtivo brasileiro no período.

Caracterizado pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao plantio e à extração do café, ou seja, atividades primário-exportadoras que utilizavam, num primeiro momento, mão de obra escrava. Depois, partiu para o trabalho de servidão, baseado na mão de obra de imigrantes europeus. Até finalmente se instituir o trabalho assalariado.

Isso ajuda a compreender as amplas oportunidades de lucro dos grandes fazendeiros proprietários e a manutenção de um sistema social altamente concentrador de terra e renda, que dependia exclusivamente da dinâmica econômica externa, dada a insipiente formação interna de sua economia.

Nesse momento, o Brasil inseria-se à economia-mundo, predominantemente, através da cadeia mercantil do café. Sua especialização era nas atividades de cultivo e extração do produto, fornecendo aos proprietários enormes volumes de lucratividade e ascensão ao poder político e possibilitando a utilização do aparelho do Estado para seu próprio benefício.

Os interesses das classes dirigentes cafeeiras, no entanto, estavam, em grande parte subordinados à grande presença do capital estrangeiro, que atuava em todas as atividades dos elos da cadeia cafeeira e que se apropriava dos excedentes produzidos no Brasil, dispondo de força política e econômica para se beneficiar da ação do Estado brasileiro (FURTADO, 2007, p. 237-241).

A cadeia mercantil do café nos ajuda a compreender a forma como o Brasil respondeu às transformações sistêmicas trazidas pela hegemonia britânica, que impôs novos marcos ao processo de acumulação. Diferente do padrão de acumulação liderado pelas Províncias Unidas, onde o controle do comércio determinava as melhores posições na hierarquia da riqueza

mundial, o padrão de acumulação britânico foi marcado pelo imperialismo de livre comércio, reflexo das necessidades de expansão dos produtos industriais ingleses (ARRIGHI, 1996, p. 53).

A indústria siderúrgica britânica é um caso que expressa os novos marcos de funcionamento da economia-mundo capitalista centrada na Inglaterra. A expansão dessa indústria possibilitou o desenvolvimento da indústria de bens de capital, que necessitavam conquistar mercados para aumentar lucros, e assim o fizeram, através da construção de trilhos de vias férreas e navios de aço. Entre 1845 e 1875, as exportações britânicas de ferro e aço para ferrovias mais do que triplicaram, as de maquinaria aumentaram nove vezes (ARRIGHI, 1996, p. 164-165).

A presença de produtos ingleses na cadeia mercantil do café, como o ferro e navios, expressam o funcionamento do imperialismo de livre comércio que sustenta a posição hegemônica britânica. Os insumos e produtos que exportavam serviam para reduzir custos de processos produtivos de produtos primários em regiões menos desenvolvidas, como é o caso do café, barateando a mão de obra britânica especializada.

A ampliação das redes que ligavam diversas regiões da economia-mundo ao centro britânico era feita a partir do domínio deste sobre o comércio mundial. No caso do Brasil, como ilustrado pela cadeia mercantil do café, a construção de ferrovias e a utilização de navios em atividades ligadas a essa cadeia, sustentam a vantagem produtiva e comercial britânica, além de reforçar sua superioridade financeira, atividade presente em todos os elos da cadeia (ARRIGHI, 1996, p. 165).

A especialização do Brasil nas atividades extrativas de produtos primários, sendo o café o maior exemplo, mostra a disparidade de apropriação do excedente gerado na cadeia cafeeira. Enquanto no Brasil, o desenvolvimento do nível técnico produtivo possibilitava a plantação e extração do café, outros Estados, marcadamente a Inglaterra, dominavam atividades capazes de se apropriar do excedente produzido por meios de mercadorias e capital que expressavam o seu nível de desenvolvimento técnico produtivo. Dessa forma, o Brasil permanece no estrato periférico da economia-mundo sob a hegemonia britânica.

3.2 O BRASIL NA SEMIPERIFERIA DO SISTEMA-MUNDO

3.2.1 O ciclo industrial

Permanecendo por 400 anos no estrato periférico da economia-mundo, as condições para a ascensão do Brasil ao estrato semiperiférico começaram a ser construídas no início do século XX. Após séculos de especialização em atividades primário-exportadoras, o Brasil consegue internalizar atividades que possibilitam uma maior captura do excedente produzido na divisão internacional do trabalho. A industrialização brasileira, que tomou força em 1930, gerou grandes consequências na dinâmica econômica interna do país e alterou a sua inserção na economia-mundo.

Desde 1840 até 1930, a classe dirigente cafeeira ascendeu e se estabeleceu no Estado brasileiro, direcionando políticas públicas que visavam aos interesses desse setor, cuja atividade era desenvolvida para atender, predominantemente, a demanda externa e se concentrando nesse setor toda a dinâmica monetária interna da economia brasileira.

A dinâmica econômica interna brasileira era dada pelos impulsos externos. Se a demanda externa por café garantisse elevada rentabilidade, conseqüentemente, a produtividade dos fatores de produção cafeeiros aumentaria, resultando na melhora dos salários e remunerações internas. Comportamento contrário se verificaria caso o impulso externo se reduzisse. Portanto, as remunerações e salários do setor externo eram o embrião do mercado interno brasileiro (FURTADO, 2007, p. 282).

Diante da crise de 1929, a economia brasileira se encontrava totalmente dependente da dinâmica cafeeira e esta era condicionada pela demanda externa. Nesse momento, o preço do café apresentava uma aceleração de queda em função de duas crises, uma pelo de oferta e outra de demanda.

A primeira foi em consequência dos altos níveis de plantação e a segunda foi consequência da profunda depressão provocada no mercado internacional. Além disso, o governo encontrava dificuldades de obter crédito no exterior para financiar a retenção de estoques, já que suas reservas cambiais haviam desaparecido, o que impossibilitava a manutenção do preço do café (FURTADO, 2007, p. 263).

A estratégia de política econômica diante desse cenário, liderada por uma classe dirigente cafeeira que dominava o Estado brasileiro, foi de garantir a rentabilidade a esse setor, pois era ele que determinava toda a dinâmica econômica interna da economia brasileira. Logo, a perda da rentabilidade da atividade cafeeira resultaria em desemprego e miséria.

Como o Brasil tinha o poder de quase monopólio do café, o preço do produto dependia fundamentalmente das condições de sua oferta. Para levar a cabo uma estratégia de manutenção da rentabilidade, era necessária a retenção de estoques, financiada com recursos obtidos no

Brasil, seja pela retenção de parte da renda exportadora ou pela expansão do crédito (FURTADO, 2007, p. 266).

A expansão do crédito realizada para financiar a retenção de estoques gerava uma depreciação da moeda brasileira no exterior. A depreciação cambial servia aos interesses cafeeiros por deixar ainda mais competitivo o preço do café, mas ao mesmo tempo incentivava a continuidade do plantio, o que pressionava a redução do preço do café, levando o governo à decisão inevitável de destruir enormes quantidades do produto.

Todo o esforço realizado para a manutenção da rentabilidade do setor cafeeiro logrou certo êxito, já que a renda monetária no Brasil, entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, teve uma redução de 25% a 30%, enquanto nos EUA observou-se uma redução de mais de 50% (FURTADO, 2007, p. 266-271).

A defesa do setor cafeeiro teve um efeito de política anticíclica de defesa da renda nacional, conseguindo manter relativamente o nível da renda monetária. Esse mecanismo tendia a gerar desequilíbrio na balança de pagamentos, já que a demanda por importações havia sido mantida. Porém, com a desvalorização externa da moeda nacional, o coeficiente de importações foi reprimido. Havia, portanto, uma demanda potencial por importações que não podia ser atendida por produtos vindo do exterior. Dessa forma, construiu-se um ambiente que pressionava na direção de modificações estruturais na economia brasileira (FURTADO, 2007, p. 275-276).

Ao analisar esse processo, Furtado (2007) busca explicar os motivos pelos quais o Brasil superou os mecanismos mais ou menos automáticos que faziam o país permanecer profundamente ligado à atividade cafeeira e conseqüentemente possuindo uma dinâmica interna dependente da dinâmica externa.

Para o autor, a manutenção da renda monetária ligada ao setor cafeeiro, diante da impossibilidade de importar, direcionou a demanda interna a produtos industriais nacionais, cuja atuação já se fazia no Brasil ainda que de maneira restrita. A partir da Grande Depressão, porém, que apresenta crescente rentabilidade e vai deslocando o eixo dinâmico da economia brasileira, abrindo a possibilidade dos investimentos serem o fator chave para o crescimento do Brasil, substituindo o setor exportador nessa função.

Para que haja uma compreensão dos motivos pelos quais o Brasil pôde ascender à semiperiferia da economia-mundo, é importante pontuar, tal como fez Furtado (2007), as modificações que ocorreram na estrutura econômica interna brasileira diante da estratégia que o país tinha condições de adotar dado os impactos da Grande Depressão.

A estratégia adotada teve como consequência o surgimento de atividades econômicas e de uma classe política que possibilitavam ao Brasil se integrar à economia-mundo de maneira distinta do que sua secular integração, desde que esse impulso industrializante se sustentasse até o ponto de adquirir investimento autossustentável e, para isso, necessitaria de financiamento.

Juntamente com o entendimento das transformações internas pelas quais a estrutura econômica brasileira vinha passando e as necessidades que se apresentavam para sustentar tais transformações, torna-se necessário o entendimento das profundas modificações que a economia-mundo capitalista vinha apresentando.

A Grande Depressão acompanha um movimento mais amplo de “caos sistêmico” (1929-1945), provocado pelas disputas por acumulação de riqueza e poder entre potências europeias imperialistas que marca a passagem da hegemonia britânica para a norte-americana (AREND, 2013, p. 145).

O acirramento das disputas entre os impérios europeus e a consequente expansão financeira britânica entre o final do século XIX e início do século XX impactaram profundamente a economia cafeeira brasileira.

Nesse cenário, os preços do café sofreram pressões de baixa e o Estado brasileiro passou por endividamentos externos crescentes, o que foi flagrante na política de valorização do café, levando o país a uma grande vulnerabilidade externa expressa por crises cambiais e, conseqüentemente, aumentou o direcionamento das receitas do Estado brasileiro para os serviços da dívida externa, cujo maior credor era a Grã-Bretanha (AREND, 2013, p. 146).

A Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial trouxeram um alívio financeiro para o Brasil, já que a Grã-Bretanha, o poder hegemônico em declínio e principal credor brasileiro, encontrava-se em situação debilitada e aceitou termos de negociação de dívidas que favoreciam o governo brasileiro, que pôde direcionar maiores recursos aos seus próprios interesses. Junto a isso, os EUA ascendiam como poder hegemônico do sistema-mundo, assumindo a posição de maior prestador e tomando as esferas de influência que antes pertenciam à Grã-Bretanha (AREND, 2013, p. 147-148).

É nesse contexto que o impulso industrializante do Brasil decorrente do processo descrito por Furtado (2007) surge e passa a ganhar força. A partir da Revolução de 1930, o Estado brasileiro passa por uma reconfiguração, em que uma nova classe dirigente passa a disputar os instrumentos de política econômica, antes exclusivas à classe dirigente cafeeira.

A crescente lucratividade do setor industrial, juntamente com o alívio financeiro da dívida externa do Estado brasileiro, fomenta as possibilidades de ascensão do Brasil à semiperiferia do sistema-mundo, já que as políticas econômicas passam a ser destinadas a promover um processo de substituição de importações. Isso significa promover atividades que consigam capturar maior parte do excedente produzido na divisão internacional do trabalho sob a jurisdição brasileira, sendo que nesse momento histórico, as atividades produtivas centrais eram aquelas ligadas à indústria (AREND, 2013, p. 144-145).

Durante o primeiro mandato de Vargas (1930-1945), foram direcionadas iniciativas que favoreciam o setor industrial brasileiro, como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), o Decreto nº 19.739 (1931), proibindo a importação de máquinas e equipamentos para alguns setores industriais, além de iniciativas que contavam com forte atuação direta do Estado na construção de atividades econômicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942), o que explicita o esforço do Governo Vargas em capturar atividades centrais sob a jurisdição brasileira (AREND, 2013, p. 144).

Além do já citado alívio financeiro da dívida externa brasileira, Vargas soube tirar proveito do “caos sistêmico” que vivia a economia-mundo para financiar esses projetos industrializantes, firmando acordos bilaterais com a Alemanha nazista e utilizando a ameaça de moratória em decorrência da escassez de dólares para conseguir acordos mais vantajosos para o Brasil.

Diante desse quadro, os EUA, enquanto potência ascendente e procurando ocupar o vazio de liderança militar e financeira deixado pela Grã-Bretanha, muda o direcionamento de sua política externa em relação à América Latina. De uma postura agressiva desde 1898 a 1930, representada pela Diplomacia do Dólar, passou a exercer uma Política de Boa Vizinhança, cujo espírito era de reconhecimento e respeito mútuo (AREND, 2013, p. 150-151).

O período de “caos sistêmico” marca a deterioração das bases econômicas e políticas em que operava a economia-mundo centrada na Grã-Bretanha. Os conflitos intercapitalistas que resultaram em conflitos interestatais enfraqueceram os recursos dos Estados nacionais empregados na guerra. Esses conflitos comprometeram a estrutura econômica nacional dos Estados e interromperam o fluxo de comércio, o que, conseqüentemente, trouxe a impossibilidade da manutenção do regime monetário mundial estabelecido pelo padrão-ouro.

Diante da desintegração do mercado mundial, surgem nesse período projetos políticos nacionalistas que rompem com os princípios do *laissez-faire* e direcionam esforços no sentido

de promover a industrialização liderada pelo Estado. Essa é a direção que toma o Brasil liderado por Vargas (ARENDA, 2013, p. 151).

A partir da Segunda Guerra Mundial os EUA passam a exercer o poder hegemônico do sistema-mundo. Os saldos comerciais acumulados entre as duas grandes guerras possibilitaram aos norte-americanos concentrarem grande parte da liquidez mundial. As reservas de ouro sob sua jurisdição em 1947 equivaliam a 70% do total mundial.

Além disso, haviam centralizado e concentrado uma enorme capacidade produtiva e de demanda efetiva, num momento em que a economia-mundo se encontrava em profunda recessão em virtude dos estragos das guerras e da interrupção do comércio, já que a falta de liquidez nas economias nacionais pressionava o controle cambial em busca de preservação de suas moedas (ARRIGHI, 1996, p. 285-284).

Juntamente com o pleno estabelecimento da hegemonia norte-americana, teve início o seu ciclo sistêmico de acumulação⁸, que necessitou reorganizar a economia-mundo capitalista sob bases qualitativamente diferente das que tinham sido exercidas sob a hegemonia britânica.

Quanto ao regime monetário mundial, Bretton Woods foi organizado conforme o padrão dólar-ouro, que no fundo trazia uma novidade jamais vista na história do sistema-mundo capitalista, qual seja, o dinheiro mundial passou a ser um subproduto das atividades de gestão do Estado, e não mais um subproduto das atividades com fins lucrativos. A enorme acumulação de liquidez mundial conquistada pelos EUA estava sob o controle de Washington e não mais das altas finanças (ARRIGHI, 1996, p. 287-288).

O regime de acumulação norte-americano também alterou a configuração do mercado mundial, enquanto que o regime de acumulação britânico tinha por base sua economia nacional caracteristicamente extrovertida, em que o mercado mundial se ligava mais fortemente e de maneira complementar com os ramos mais importantes da economia britânica e menos entre si.

O regime de acumulação norte-americano estruturou e liderou o mercado mundial com base em sua economia nacional caracteristicamente autocentrada. Suas gigantescas corporações

⁸ Arrighi se inspira na fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') para desenvolver o conceito de ciclo sistêmico de acumulação. Enquanto Marx a utiliza para descrever a lógica dos investimentos capitalistas individualmente, Arrighi a interpreta como um padrão de repetição do capitalismo histórico enquanto sistema-mundo.

“O aspecto central desse padrão é a alternância de época de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeira (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD') (ARRIGHI, 1996, p. 6).

empresariais verticalmente integradas e burocraticamente administradas promoveram um processo de expansão transnacional, que resultou numa integração das atividades econômicas do mercado mundial de uma forma muito mais ampla do que tinha feito o regime britânico, ainda que a dominação norte-americana persistisse na integração vertical dos processos de produção e de troca do mercado mundial (ARRIGHI, 1996, p. 290-291).

O processo de industrialização do Brasil ocorrido durante o período de “caos sistêmico” veio na esteira de um momento histórico em que se acumulavam os clamores dos povos não ocidentais e da massa de não proprietários ocidentais pelo direito de autodeterminação nacional, privado pela atuação imperialista de livre-comércio da hegemonia britânica.

No momento em que o poder hegemônico britânico se encontrava enfraquecido, difundia-se entre os países a defesa da gestão do Estado nacional e o direcionamento de projetos nacionais que promovessem a industrialização. Tais demandas foram atendidas pelo renovado receituário liberal norte-americano, que admitia maior atuação dos Estados na promoção de suas economias nacionais, elevando o bem-estar dos cidadãos pelo maior acesso ao consumo (ARRIGHI, 1996, p. 63-66).

Se a ascensão brasileira à semiperiferia do sistema-mundo ocorreu sob circunstâncias sistêmicas que possibilitaram o apoio do até então Estado em ascensão hegemônica ao projeto nacionalista de Vargas, o pleno estabelecimento hegemônico dos EUA e a expansão do seu ciclo sistêmico de acumulação colocaram barreiras à continuidade desse projeto.

Quando Vargas retorna ao poder, em 1951, busca promover o salto para a industrialização brasileira através do estabelecimento de novos blocos industriais e do setor pesado de bens de produção, que seria liderado por empresas nacionais públicas e privadas, colocando a atuação de empresas estrangeiras em segundo plano. No entanto, diante da escassez de recursos financeiros para levar adiante seu projeto, Vargas buscava financiamento por meio de capital estrangeiro, cujos interesses iam na direção contrária às intenções do projeto varguista (AREND, 2013, p. 154-155).

Como já foi dito, o controle da liquidez mundial era exercido pelo governo dos EUA e a transnacionalização das empresas norte-americanas visava capturar atividades de elos mais lucrativos nas cadeias de mercadorias. Dessa forma, se os EUA assumissem uma postura colaborativa na direção de facilitar o financiamento ao projeto varguista, estariam limitando a atuação das empresas multinacionais norte-americanas no Brasil e sendo coniventes com a construção de empresas que, futuramente, poderiam competir no mercado mundial.

As recomendações dos EUA de políticas econômicas para o Brasil, a partir da eleição de Eisenhower (1952) reforçavam a estratégia norte-americana de internacionalização do mercado brasileiro e da atuação das empresas multinacionais. Além disso, o Brasil e a América Latina passaram por uma reorientação de política externa norte-americana. Enquanto que no “caos sistêmico” eram vistos como “bons vizinhos”, na consolidação da hegemonia norte-americana juntamente com seus interesses geopolíticos decorrentes da Guerra Fria, a América Latina passou a ser vista como “vizinha pobre” (AREND, 2013, p. 156).

Estão postas, então, as condições sistêmicas que favoreceram a ascensão do Brasil à semiperiferia da economia-mundo, que sob a liderança de Vargas, conseguiu internalizar atividades centrais sob sua jurisdição, mas que diante das transformações geopolíticas e da limitação de capital nacional, não pôde prosseguir sua estratégia de aprofundamento do capitalismo nacional.

Os governos de Café Filho (1954-1955) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961) rompem com a estratégia varguista e passam a assumir um maior alinhamento com os interesses norte-americanos. O Brasil permanece inserido na economia-mundo como membro do estrato semiperiférico, mas através de nova estratégia de condução de política econômica, muito menos contestadora à ordem norte-americana.

O Plano de Metas de JK, que prometia fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”, foi idealizado de forma a favorecer a participação do capital internacional no processo de industrialização brasileiro, principalmente por meio de investimentos externos privados nos setores de bens de consumo duráveis. Dessa forma, o capital externo predominava o processo de industrialização em andamento no Brasil em que o capital nacional ficou subordinado, tendo participação reduzida.

Ao contrário do que havia planejado Vargas, o plano de JK delegava ao capital externo ocupar os setores mais dinâmicos da economia nacional, aqueles cujas atividades se encontravam nas fronteiras tecnológicas e que eram capazes de capturar os maiores excedentes da divisão internacional do trabalho.

E, dessa forma, embora o Brasil abrisse sua estrutura econômica para o recebimento de investimentos externos, a atividade econômica brasileira não desenvolveu um dinamismo nacional e abriu espaço para uma maior participação das forças internacionais nos centros de decisão, enquanto as forças nacionais e o grau de autonomia da política econômica brasileira, tão almejadas por Vargas, se enfraqueciam (AREND, 2013, p. 158-159).

A mudança pela qual passou a estrutura produtiva brasileira a partir de JK e o estabelecimento do Plano de Metas ocorreu sob as transformações pelas quais passavam a economia-mundo, decorrentes da expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, em que a liquidez era direcionada para as atividades de comércio e produção de mercadorias.

O aumento de gastos militares liderados pelos EUA em seu próprio território, a ajuda militar a governos estrangeiros a partir da Guerra da Coreia, e a atuação do governo norte-americano como banco central mundial de forma permissiva, constituíram as décadas de 1950 e 1960 como uma fase de expansão material (ARRIGHI, 1996, p. 307-308).

A reconstrução da Europa nesse mesmo período acirrou a concorrência entre os países centrais que passaram a disputar por espaços de valorização de seu capital, já que dispunham de um excedente de liquidez, o que resultou no transbordamento de capital para os países do estrato periférico e semiperiférico como no caso brasileiro, que através do Plano de Metas permitiu (ou não pôde resistir) à entrada de liquidez internacional sob a forma de investimento externo direto e de empréstimos bancários.

Embora o predomínio dos investimentos na estrutura produtiva brasileira fosse de capital externo que se apropriavam dos elos mais lucrativos das cadeias mercantis, esses investimentos se direcionavam para atividades produtivas que acabavam dinamizando o mercado nacional ao possibilitar aumentos de renda e salários, possibilitando ao Brasil sustentar atividades centrais sob sua jurisdição e, dessa forma, permanecer na condição de país semiperiférico (AREND, 2013, p. 160).

Ao atingir um grande número de espaços da economia-mundo, a expansão material norte-americana foi aos poucos diminuindo as oportunidades de lucratividade em função do aumento da competição intercapitalista dos países centrais. O excedente de liquidez que antes se direcionava para atividades produtivas, aos poucos foi se concentrando no mercado de eurodólares, que acumulavam depósitos cujo controle não estava na posse de nenhum governo e que exerciam cada vez mais pressões sobre os governos, na medida em que estes se encontravam cada vez mais sujeitos a adotar medidas macroeconômicas que criassem condições de atração dessa liquidez localizada nos mercados monetários offshore. Essas mudanças foram mais marcantes entre os anos de 1968-1973 e foram minando a centralidade do dólar como paridade do sistema monetário mundial nos moldes firmados em Bretton Woods (ARRIGHI, 1996, p. 308).

A década de 1970 foi marcada por esse crescente controle da comunidade financeira cosmopolita sobre a liquidez mundial, reforçada pelos efeitos da política monetária frouxa norte-americana que procurava manter o ciclo material expansivo e o controle da liquidez mundial. Até que, em 1978, é firmada uma nova “aliança memorável” entre Estado e capital, em que o governo dos EUA cede à força das altas finanças e adota políticas monetárias em favor de uma moeda forte, o que resultou na expansão financeira sob a hegemonia norte-americana.

Surge, então, um renovado receituário liberal que advoga em favor da diminuição da participação do Estado na economia e que passa a definir novas práticas de obtenção de empréstimos internacionais, sendo que a lógica do capital desregulado passa a dominar essas novas práticas (ARRIGHI, 1996, p. 325-327).

No Brasil, o modelo de desenvolvimento adotado no Plano de Metas de JK foi levado adiante pelo Regime Militar, a partir do Golpe de 1964. O aprofundamento do processo de substituição de importações direcionou investimentos públicos para a construção de infraestrutura, que seria melhor utilizada por empresas multinacionais, predominantes no mercado interno brasileiro e que utilizavam tecnologia própria para a realização de suas atividades.

O estabelecimento dos projetos de desenvolvimento brasileiro sob o Regime Militar se beneficiou do movimento de aumento de liquidez mundial que procurava espaço para se valorizar. Assim, os banqueiros que controlavam o mercado de eurodivisas disputavam entre si esses espaços que necessitavam de crédito.

O Estado brasileiro pôde se endividar com esse crédito barato vindo do mercado de eurodólares e que, a partir do choque do petróleo de 1973, foi reforçado com a chegada dos petrodólares, possibilitando uma estratégia de financiamento de longo prazo do crescimento brasileiro.

Mediante recursos externos cada vez mais desregulamentados, seguido de outro choque do petróleo, em 1979, e da subida internacional das taxas de juros liderada pelos EUA, foi completamente inviabilizada a continuidade do modelo de crescimento brasileiro, comprometendo as possibilidades futuras do país de se inserir a economia-mundo numa melhor posição (AREND, 2013, p. 161).

Se até o final da década de 1970, a economia-mundo presenciou uma expansão de liquidez que cada vez mais passava ao controle das altas finanças que disputavam entre si espaços para a colocação dessa liquidez, o que facilitava ao governo brasileiro financiar seus

projetos de crescimento de longo prazo ao obter crédito internacional barato, a virada dos anos de 1970 para os anos de 1980 inverteu essa situação.

A recessão observada na economia-mundo interrompeu os fluxos de liquidez internacional comprometendo a situação fiscal dos Estados periféricos e semiperiféricos, como o caso brasileiro, que ao se encontrar extremamente endividado pelo uso de poupança externa, observou os efeitos da crise de sua balança de pagamentos se alastrarem por toda sua dinâmica interna, causando uma severa crise fiscal ao Estado brasileiro (AREND, 2013, p. 162).

O Brasil adentra a década de 1980 sob uma nova lógica de operação do sistema monetário mundial. Ditado pela expansão financeira que estabelece as contrapartidas de atuação do Estado para a obtenção de empréstimos, resultando na diminuição do papel do Estado na economia em detrimento da maior participação do capital financeiro desregulado, que passa por profundas inovações proporcionadas pela revolução na tecnologia das comunicações ao longo da década de 1970.

A grande presença de empresas multinacionais no Brasil, que dominaram os setores mais dinâmicos em detrimento de empresas nacionais, resultou no atraso tecnológico relativo mais acentuado da estrutura econômica brasileira em relação aos países centrais e países pertencentes aos estratos inferiores da economia-mundo, que adotaram uma dinâmica tecnológica própria em seus processos produtivos, como é o caso de países do leste asiático, o que teve grande influência nas possibilidades futuras de inserção desses Estados em melhores posições na economia-mundo (AREND, 2013, p. 163).

O Estado brasileiro se encontrava diante de uma profunda crise econômica. A deterioração das contas externas levou a uma escalada do processo inflacionário. A instabilidade macroeconômica causava restrição externa, que, por sua vez, acentuava a instabilidade diante das exigências das concessões de crédito internacional controlado pelas altas finanças. Além disso, o atraso tecnológico de sua estrutura produtiva levava o Brasil a perder cada vez mais sua participação no comércio mundial de bens manufaturados, voltando a especializar sua pauta exportadora no setor de bens primário-exportadores (AREND, 2013, p. 163).

As dificuldades macroeconômicas, o atraso tecnológico produtivo e a exclusão dos fluxos financeiros internacionais observados no Brasil ao longo da década de 1980 também se fizeram presentes em toda a América Latina, resultaram na moratória mexicana em 1982 e no perigo eminente do mesmo resultado para toda a região.

Os EUA passavam por um aprofundamento de sua dívida externa em função dos gastos de seus envolvimento com guerras dispendiosas, o que ia comprometendo o poder do dólar no sistema monetário mundial, enquanto o Japão passava a assumir o posto de maior investidor internacional.

Diante disso, a América Latina passou a ser incluída na estratégia norte-americana de sustentação de seu poder econômico, num contexto de recessão de países da OCDE e da necessidade dos EUA aumentarem suas exportações e diminuírem as importações, a exata necessidade presente nos países latino-americanos, que precisavam de grandes saldos na balança comercial para financiarem suas dívidas (MEDEIROS, 1998, p. 304-305).

A partir da metade dos anos de 1980, sob uma postura comercial agressiva do governo dos EUA, que busca recuperar a competitividade de suas exportações e reestruturar sua dívida externa e, portanto, aliar interesses financeiros e industriais, a América Latina é reinserida aos fluxos de financiamento mundial, mas passando por uma reestruturação macroeconômica.

A abertura financeira e comercial promovida pela liderança dos interesses norte-americanos resultou num regime macroeconômico em que a estabilidade das taxas de câmbio seria dada em função dos fluxos financeiros. Estes apresentavam uma natureza extremamente volátil, pois os investimentos de portfólio direcionados à região se caracterizavam por serem especulativos e, portanto, de curto prazo, além de serem desregulados e não serem direcionados às atividades produtivas, constituindo uma realidade macroeconômica extremamente instável (MEDEIROS, 1998, p. 306-307).

A abertura financeira e comercial juntamente com a instabilidade macroeconômica, vai trazendo transformações produtivas regressivas. Na medida em que o país atrai capital externo, sua moeda valoriza e o câmbio favorece a importação de produtos manufaturados que possuem preços muito mais competitivos. Essa sobrevalorização da taxa de câmbio leva a crescentes déficits comerciais, ao ponto de se estabelecer uma situação de saída de capital, em que o aumento da taxa de juros é a ferramenta geralmente utilizada para conter esse movimento, encarecendo o crédito interno para o investimento e prejudicando o setor industrial.

Essas mudanças, que se iniciam na metade dos anos 1980 e avançam pelos anos 1990, levam o Brasil a passar por um processo de mudança na especialização do setor industrial. Enquanto o complexo metalmeccânico encolheu, expandiram-se os ramos industriais intensivos em recursos naturais, o que levou a aumentos nas taxas de desemprego e desarticulação dos encadeamentos industriais. Além disso, houve aumento do coeficiente de importação nos

subsetores industriais, passando a exceder os coeficientes de exportações, aumentando a pressão sobre o déficit comercial (MEDEIROS, 1998, p. 338-340).

A inserção do Brasil à economia-mundo capitalista como membro do estrato semiperiférico no início do século XX ocorreu em função de o país conseguir desenvolver sob sua jurisdição atividades centrais que puderam capturar um maior excedente na divisão internacional do trabalho. Nesse momento histórico, tais atividades eram aquelas ligadas à industrialização, o que levou o país a duplicar sua capacidade de comando da riqueza mundial em relação ao século XIX, chegando a ter uma participação do PIB global de 1,14% em 1940 (AREND, 2013, p. 139).

Como já foi descrito aqui, o alívio da dívida externa e a reorientação da condução do Estado provocados pelo “caos sistêmico” e pela ascensão dos EUA à hegemonia do sistema-mundo contribuíram para que o impulso industrializante brasileiro tivesse consistência a partir das iniciativas de Vargas, que procurou dinamizar a economia brasileira a partir de empresas nacionais, ou seja, direcionou esforços para que as atividades mais rentáveis tivessem sob posse do capital nacional, o que encontrou resistência do capital externo, cujos interesses estavam ligados intimamente com a forma com que os EUA planejavam expandir seu poder econômico.

Com a chegada de JK ao poder político brasileiro e o estabelecimento do Regime Militar a partir do Golpe de 1964, o Brasil cede às pressões do capital internacional e abre sua estrutura econômica, passando a ter os setores mais dinâmicos controlados por empresas multinacionais que atuam em território brasileiro utilizando tecnologia própria.

Além disso, pela presença dessas empresas e por uma conjuntura de excesso de liquidez mundial, o Brasil pôde financiar seus projetos econômicos com crédito barato e ser um grande receptor de investimentos externos diretos, sustentando, assim, sua condição de Estado semiperiférico e aumentando sua participação no PIB global para 3,12% na década de 1980 (AREND, 2013, p. 139).

As transformações ocorridas no sistema-mundo nas décadas de 1970 e 1980, em função da revolução tecnológica nos países centrais direcionadas ao setor produtivo e financeiro, além do esgotamento da expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, trouxe a volta das altas finanças ao controle da liquidez mundial, resultando na expansão financeira sob a hegemonia dos EUA.

Essa mudança fez ressurgir o ideário liberal de condução do Estado e transformou profundamente o regime macroeconômico do Brasil, pondo fim ao dinamismo brasileiro observado durante o século XX. Uma expressão disso foi a decadência do Brasil como destino

de investimentos externos, que entre os países ditos em desenvolvimento, em 1980, ocupava a primeira posição, caindo para a décima quarta em 1993 (AREND, 2013, p. 166).

As consequências dessas transformações foram o aprofundamento da lógica financeira a dinâmica econômica brasileira, a partir dos anos de 1990. O país adquire um regime macroeconômico instável e volta a se especializar em produtos primário-exportadores, já que passa por um processo de desindustrialização em função de não ter desenvolvido uma indústria nacional que pudesse dinamizar o mercado interno, avançando nas fronteiras tecnológicas, o que resultou na perda de competitividade industrial e queda na participação mundial no comércio de bens manufaturados.

Dito isto, torna-se necessário para o alcance dos objetivos deste trabalho, analisar as transformações sistêmicas que avançam sobre os anos de 1990 e 2000 para que se possa discutir as possibilidades de inserção do Brasil à economia-mundo capitalista, também avaliar em que medida as políticas econômica e externa planejadas e promovidas durante o Governo Lula ofereceram ao Brasil a possibilidade de inserção à economia-mundo nas mais altas posições da hierarquia da riqueza global.

4 AS POLÍTICAS ECONÔMICA E EXTERNA DO GOVERNO LULA

4.1 A “FASE B” DO CICLO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO

As transformações na economia-mundo capitalista ocorridas em consequência do declínio hegemônico norte-americano, iniciado entre os anos de 1968 e 1973, avançam e se aprofundam ao longo das décadas posteriores. Seguindo a conceituação de Arrighi (1996) de ciclo sistêmico de acumulação (CSA), o ciclo norte-americano iniciado no início do século XX adentra o século XXI sob sua fase de expansão financeira. Tal como aconteceu com os ciclos anteriores, essa “fase B”⁹ anuncia o fim da hegemonia em vigor e reconfigura as condições de disputa pelas mais altas posições na hierarquia da riqueza mundial e consequentemente altera de forma qualitativa a estrutura tripartite da economia-mundo.

Em relação às possibilidades de ascensão, as “fases B” apresentam características que dificultam a ascensão dos estratos inferiores, pois são marcadas por intensa competição que tende a concentrar as atividades centrais - aquelas que conseguem capturar o maior excedente na divisão internacional do trabalho – nos Estados do centro.

Já nas “fases A” dos CSA, a expansão material tende a se generalizar por todo o sistema, em virtude da deseconomia ocorrida no centro, que irá buscar realocar atividades para compensar o aumento dos custos médios. As “fases A” também possibilitam aos Estados dos estratos inferiores fortalecerem os laços orgânicos com atividades centrais em razão da presença crescente e diversificada das cadeias de mercadorias sob suas jurisdições, o que gera oportunidades de maior captura dos excedentes gerados na economia-mundo (BRUSSI, 2015, p. 61-62).

Embora a “fase B” seja tendencialmente desfavorável para a ascensão de Estados que compõem os estratos inferiores, foi justamente na “fase B” do CSA britânico ocorrido entre o fim do século XIX e início do XX que o Brasil iniciou sua ascensão à semiperiferia, quando

⁹ Quando utilizamos “fase B” e “fase A”, temos como referência os ciclos seculares e os ciclos de Kondratieff, os quais são constructos empíricos que derivam da observação das flutuações de longo prazo nos preços das mercadorias (ARRIGHI, 1996, p. 6). Em seu livro *“O longo século XX”*, Arrighi diferencia o conceito de ciclo sistêmico de acumulação dos outros dois ciclos citados, assim como justifica sua preferência pelo primeiro.

Eventualmente, no entanto, uma “fase B” pode coincidir com uma fase de expansão financeira, como argumenta Wallerstein (2003), ao descrever que, durante os anos 1970, a economia-mundo entra numa “faseB”, mesmo período que Arrighi descreve como início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano.

Optamos por utilizar o conceito de “fase A” e “fase B” seguindo os esforços teóricos de Brussi (2015), que consiste em promover uma discussão sobre as condições de mobilidade em cada fase. Assim, o autor traz uma discussão deixada de lado por Arrighi, qual seja, a de entender como se dá a relação entre a mudança do regime de acumulação e os determinantes da relação centro-periferia.

conseguiu promover sob sua jurisdição atividades que naquele momento histórico eram centrais, a saber, atividades ligadas à indústria.

Na posterior “fase A” do CSA norte-americano, o Brasil pôde se manter como membro do núcleo orgânico da semiperiferia apresentando trajetória de crescimento econômico e sendo um importante destinatário de investimento estrangeiro direto, trajetória que se inverteu nos anos de 1980.

Como “fases B” são marcadas por realocações de atividades em busca de manter lucratividade, foi exatamente esse movimento que se verificou a partir dos anos de 1970. Mais ainda, tal movimento veio acompanhado de uma profunda reorganização empresarial, em que as empresas com integração vertical e administração burocrática que marcaram a superioridade norte-americana na competição intercapitalista ao longo do século XX, foram substituídas por um modelo de integração empresarial horizontal, em que a divisão social do trabalho com coordenação informal ganhou em termos de produtividade da antiga forma de integração.

A Ásia oriental foi a região que mais se beneficiou dessas transformações, apresentando um crescimento econômico rápido e generalizado que trouxe implicações na disputa pelo poder econômico e nas condicionantes da relação centro-periferia da economia-mundo que estão presentes na atualidade (ARRIGHI, 2008, p. 180).

Uma expressão dessa mudança do padrão organizacional empresarial pode ser vista através da substituição da General Motors (GM) pelo Wal-Mart como “padrão de empresa” dos EUA. A GM era uma empresa industrial integrada verticalmente, que instalava unidades produtivas pelo mundo. No entanto, fabricava e vendia o grosso de seus produtos no próprio território norte-americano, por isso era profundamente enraizada na economia dos EUA.

Ao contrário do “modelo” Wal-Mart, que apresenta muito mais um caráter de intermediário comercial entre fornecedores estrangeiros de produtos e consumidores americanos de tais produtos, ou seja, de um modelo de empresa que fazia dos EUA uma nação de produtores de mercadorias em larga escala, para um modelo que os transformava em entreposto financeiro global (ARRIGHI, 2008, p. 181).

Essa transformação é resultado de mudanças mais profundas na economia-mundo capitalista num cenário marcado pelo declínio da hegemonia norte-americana, da consequente expansão financeira que passa a orientar a racionalidade de acumulação, e da revolução tecnológica na informática e telecomunicações.

O Wal-Mart não criou todas essas circunstâncias, mas se beneficiou tanto delas a ponto de ser expressão da crise do modelo empresarial verticalmente integrado e do processo de

financeirização do capital norte-americano, pois dispendo do acesso a fontes mais baratas de produtos e das técnicas mais eficientes de aquisição e distribuição, proporcionou um aumento de produtividade a economia norte-americana.

Fato contundente ao longo dos anos 1990, porém, o aumento da produtividade veio acompanhado de um arrocho salarial, o que significa uma transferência de renda da classe trabalhadora a uma minoria da população norte-americana, ligadas as atividades que tornaram os EUA numa câmara de compensação financeira mundial (ARRIGHI, 2008, p. 181-182).

Portanto, a “fase B”, que se inicia com a decadência da hegemonia norte-americana, traz consigo uma reorganização em termos de integração empresarial, devido ao deslocamento de atividades em busca de mão de obra barata; a predominância financeira na lógica de acumulação, em que a atividade empresarial será guiada pela valorização de ativos; uma revolução tecnológica ligada a informática e as telecomunicações; e a desregulação da economia, em que o Estado de bem-estar dá lugar a reformas que favorecem a acumulação das altas finanças.

Apesar dessas transformações serem típicas de “fases B” e alterarem os condicionantes da relação centro-periferia, cada fase traz transformações qualitativas que podem beneficiar um Estado ou uma região na melhora relativa de sua composição de atividades, o que foi o caso do Leste Asiático.

Após apresentar brevemente as implicações que a crise hegemônica dos EUA trouxeram à economia-mundo capitalista a partir dos anos de 1970, interessa para os objetivos deste trabalho investigar as políticas econômica e externa promovidas durante o Governo Lula (2003-2010), para que, assim, se possa compreender que tipo de mobilidade tais políticas possibilitaram ao Brasil na hierarquia da riqueza mundial: uma ascensão ao núcleo orgânico da economia-mundo; a resistência à periferização ou um processo de periferização, já que, diferente das “fases A” que se constituem como ciclo expansivo

Fases-B, em contraste, são momentos de verdade. São períodos em que as pressões competitivas intensificam-se e o mesmo [acontece] com as lutas para empurrar aquelas pressões para outros atores econômicos e políticos. Como uma consequência, as tendências polarizadoras tornam-se fortes: as distâncias entre as zonas são restabelecidas e os Estados que ‘acidentalmente’ atravessam as fronteiras de suas zonas são empurrados de volta para baixo (ou puxados de novo para cima) (ARRIGHI et al., 1985b, p. 148, apud BRUSSI, 2015, p. 63).

4.2 O EIXO SINO-AMERICANO

Na tentativa de frear o declínio de seu poder hegemônico, os EUA adotaram uma postura neoconservadora que ditou as ações do Projeto para o Novo Século Norte-Americano, um novo programa imperial que tomou força a partir dos atentados de 11 de Setembro e que tem na Guerra ao Terror e na Invasão do Iraque, em 2003, claras expressões do *modus operandi* dos EUA no sistema interestatal.

Ao aprofundar seu envolvimento no Oriente Médio, tendo que dispende gastos cada vez maiores para o alcance de seus objetivos e adotar ações belicosas sem o consentimento do Conselho de Segurança da ONU, as intenções de fazer do século XXI um novo século norte-americano não lograram êxito, resultando numa dominação sem hegemonia dos EUA e na afirmação do Leste Asiático, sobretudo a China, como locomotiva econômica da economia-mundo, tendência que se apresenta desde os anos 1970 (ARRIGHI, 2008, p. 186-188).

A expansão econômica generalizada, pela qual passou a economia-mundo entre os anos de 2003 e 2007, foi em grande medida devido à relação sino-americana no âmbito comercial e financeiro, que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1990.

No comercial, a estratégia chinesa de manter o iuane quase fixo ao dólar permitiu à China se tornar um exportador líquido aos EUA (que necessitam de mercadorias baratas ao estilo Wal-Mart). No financeiro, ao incluir a China no mercado de bens e de capitais dos EUA, permitiu potencializar o poder do dólar e dos títulos da dívida norte-americana e a capacidade de multiplicação de seu capital financeiro. Assim, a China é devedora dos EUA, em razão da grande quantidade de IEDs norte-americanos sob território chinês, ao mesmo tempo em que é credora dos EUA, em razão das reservas soberanas que possui em forma de títulos do Tesouro norte-americano (PINTO, 2011, p. 16).

Então, a expansão material pela qual passou a economia-mundo no início do século XXI, está ligada com a generalização a todas as regiões do sistema às medidas econômicas adotadas pelos EUA, que promoveu uma combinação de política monetária e fiscal expansionista em razão do crash da NASDAQ em 2000 e dos atentados de 11 de setembro em 2001, permitindo uma recuperação da economia norte-americana.

Junto a isso, a decisão da China por continuar expandindo seu programa de investimento público em infraestrutura e da continuidade de fixação de sua moeda ao dólar, mesmo quando este se desvalorizava, permitiu à China expandir seu mercado interno e ampliar suas relações de comércio e investimento com a Ásia e com outras regiões da economia-mundo, como a África e a América Latina (PINTO, 2011, p. 17-18).

Os desdobramentos dessa relação sino-americana resultaram em aumento das exportações da China aos EUA, ao mesmo tempo em que aumentaram as importações chinesas de máquinas e equipamentos da Alemanha, Japão e EUA, assim como as importações de produtos industriais vindos de países asiáticos e de produtos alimentícios, além de matérias primas, de países da África e América Latina.

Outro importante desdobramento foi o aumento dos déficits em transações correntes como proporção do PIB dos EUA, que entre 2001 e 2004, passou de 3,8% para 5,3%, devido a sua recuperação econômica, enquanto que, na média dos países da economia-mundo, houve redução dos déficits em transações correntes, resultando em uma generalização de superávits no balanço de pagamentos e no aumento do acúmulo de reservas internacionais, portanto, uma redução das “restrições internacionais” (PINTO, 2011, p. 20-21).

No início do século XXI, a economia-mundo passava por um momento em que se verificava um aumento generalizado da renda, redução das restrições externas, ampliação da liquidez internacional e de crescimento econômico chinês acelerado, resultando na expansão do volume de comércio internacional que, de 2001 a 2007, passou de uma taxa de crescimento de 0,2% para 7,2%.

Esse cenário econômico que resultou das medidas adotadas pelo eixo sino-americano foi muito benéfico para a economia da América Latina, especialmente para o Brasil, já que a combinação de expansão do quantum de exportações, alta dos preços internacionais de commodities e expansão da liquidez internacional proporcionaram um aumento das exportações em termos de valor e termos de trocas mais favoráveis, aliviando dessa forma as restrições externas ao crescimento brasileiro (PINTO, 2011, p. 22).

4.3 A ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

Nesse momento de expansão econômica generalizada, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil, em 2002, cargo que exerceu por dois mandatos (2003-2010), exatamente em um período favorável ao crescimento econômico brasileiro e de oportunidades de alianças com outros países e regiões que também foram beneficiadas pelos desdobramentos da relação sino-americana.

A economia-mundo atravessava um momento em que o crescimento econômico da China fazia dela a grande locomotiva de acumulação de capital. Ao mesmo tempo, ainda que

exercesse grande influência econômica, os EUA viam suas tentativas de conter se declínio econômico se transformar em práticas de dominação sem hegemonia.

A combinação desse eixo sino-americano é mais um importante fato que se desdobra da “fase B” da economia-mundo capitalista desde os anos de 1970 e que influencia diretamente nas condicionantes da relação centro-periferia.

Lula figurava como a principal liderança política do Partido dos Trabalhadores (PT). A orientação ideológica de esquerda e a forte ligação com os movimentos trabalhistas fizeram desse partido um crítico ao ideário neoliberal e, conseqüentemente, ao modelo macroeconômico assumido no Brasil, principalmente às reformas pelas quais o país passou nos anos de 1990 com a liberalização comercial e financeira na esteira das promessas de desenvolvimento que a “globalização” prometia trazer.

Apesar de se opor ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Lula deu continuidade à condução macroeconômica do Estado, em que tinha no tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação) as linhas gerais de condução das contas públicas, o que ia ao encontro aos interesses e orientações das altas finanças (OURIQUES & VIEIRA, 2016, p. 410).

A continuidade dessas práticas que, no fundo, afirmavam o compromisso com as altas finanças, já havia sido anunciada na Carta ao Povo Brasileiro, assinada por Lula em junho de 2002. No mesmo ano, o PT lançou seu programa de governo, no qual explicitava a intencionalidade do partido de adotar um novo modelo de desenvolvimento que abrangia suas defesas políticas históricas, como mostram alguns trechos:

O social como eixo do desenvolvimento

24. [...] O sentido geral do nosso programa é diminuir esses grandes desequilíbrios, convertendo o social no eixo do novo modelo de desenvolvimento. A constituição do novo modelo priorizará três aspectos: (a) o crescimento do emprego; (b) a geração e distribuição de renda; (c) a ampliação da infraestrutura social.

Fortalecimento da economia nacional

32. O fortalecimento da economia nacional é o segundo eixo de desenvolvimento proposto. Além de um papel mais ativo na consecução dos objetivos relativos à distribuição de renda, e do apoio às cooperativas de crédito e de trabalho, às pequenas e médias empresas, o Estado deverá desempenhar um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento e ciência e tecnologia, que são fundamentais para aumentar a eficiência de qualquer sistema econômico. O Estado também tem responsabilidade central na articulação de políticas que aumentem a capacidade competitiva e as exportações do País.

A dinâmica do novo modelo

35. Especificadas as linhas estratégicas do novo modelo, cabe apontar os aspectos gerais da dinâmica de crescimento proposta. O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda per capita, e conseqüentemente da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na

infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda. (PT, 2002, p. 30-34)

Os dois documentos mostram que as políticas econômicas a serem adotadas pelo Governo Lula teriam que atender a amplos setores da sociedade, indo em direção a promover um novo e amplo “pacto social”. A continuidade da adoção do tripé macroeconômico atenderia aos interesses das altas finanças, favoráveis à manutenção do modelo macroeconômico instaurado no país desde os anos de 1990. Esse modelo promoveu a liberalização financeira e comercial do Brasil e, sob a orientação de políticas econômicas neoliberais, prometia trazer desenvolvimento econômico.

Mesmo que crítico a essa orientação e aos resultados que ela trouxe ao Brasil e à América Latina como um todo, Lula manteve sua execução, expresso nas declarações do Ministério da Fazenda em efetuar ajustes das contas públicas para promover a resolução de problemas fiscais e na proposta de reforma da Previdência. Além disso, o comando do Banco Central do Brasil esteve a cargo de Fernando Meirelles, figura com profunda identificação com o “mercado” e que executaria as políticas monetárias de acordo com o pragmatismo do mercado financeiro mundial (ERBER, 2011, p. 39-40).

Para promover esse amplo “pacto social”, as políticas econômicas do Governo Lula também teriam que ser direcionadas aos interesses da população. Tais interesses seriam contemplados pela intenção do Governo em promover um novo modelo de desenvolvimento econômico, o qual teria o social como eixo. Assim, a criação de empregos, a geração e distribuição de renda e a ampliação da infraestrutura social eram os meios pelos quais o Governo vislumbrava incluir os interesses da ampla massa da população, historicamente à margem das decisões governamentais, embora na retórica sempre fossem levados em consideração.

Desde a elaboração do programa de governo, há uma intencionalidade do Governo em fortalecer o mercado interno, com vistas à criação de emprego e renda e de um modelo de desenvolvimento que promova um crescimento econômico com maior distribuição da riqueza, no qual o Estado agiria ativamente, para que o Brasil passasse a se desenvolver de forma mais democrática e inclusiva.

A análise da estratégia econômica do Governo Lula passa pelo já citado ponto 35 de seu programa de governo, que expõe a dinâmica de seu modelo de desenvolvimento com projeções de sustentação de crescimento de médio e longo prazo.

Destaca-se a intenção em promover a redução da vulnerabilidade externa, com o objetivo de alcançar maior autonomia na direção econômica do país. Isso passava pela interpretação do Governo de que o alinhamento histórico do Brasil com os maiores países ocidentais reduzia as possibilidades da condução de políticas rumo ao desenvolvimento, pois as relações econômicas diante desse alinhamento resultaram em dificuldades macroeconômicas ao Brasil.

Desta forma, o país ficava dependente de crédito externo e, muitas vezes, teve que recorrer ao FMI para suprir essa carência. Os empréstimos concedidos por esta instituição internacional vinham acompanhados de condicionalidades na condução macroeconômica dos governos, impondo restrições à condução das políticas econômicas nacionais.

No entendimento do Governo Lula, então, reduzir a vulnerabilidade externa passava pela reorientação dos parceiros comerciais, mas também por um projeto econômico que possibilitasse as condições para uma maior autonomia nacional, o que passava pela obtenção de aumento das reservas de dólares.

A intenção do Governo Lula de aumentar sua influência internacional e promover um desenvolvimento econômico inclusivo, baseado na expansão do mercado interno de massas, foi acompanhada de uma estratégia de promover atividades econômicas nas quais as empresas nacionais tivessem importância competitiva internacional.

Tal estratégia era fortemente guiada pelas ideias de Luciano Coutinho, economista que presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre os anos de 2007 e 2016. Para ele, obter superávits comerciais expressivos e sustentáveis era condição indispensável para promover o desenvolvimento econômico, sendo urgente para o Brasil a construção de uma política macroeconômica que se articulasse a trajetória sustentada de desenvolvimento.

O desafio para essa articulação passava pela implementação de uma política industrial mobilizadora e bem estruturada, voltada para o exterior. Dessa forma, o país ganharia competitividade e aumentaria, de maneira sustentada, o saldo comercial ao longo do tempo, contribuindo diretamente para a diminuição da vulnerabilidade externa brasileira, para a ampliação dos graus de autonomia macroeconômica e, conseqüentemente, para seu desenvolvimento econômico (COUTINHO, 2002, p. 197-199).

O sucesso dessa estratégia passava pela atuação conjugada entre política industrial, política tecnológica e diplomacia comercial na conquista de novos mercados, reforçando, ainda,

que para a conquista de mercados internacionais, era necessário que o Brasil superasse suas deficiências competitivas através de grupos nacionais de porte mundial.

Esses grupos seriam capazes de desenvolver núcleos endógenos de progresso tecnológico, afirmação de marcas brasileiras, conquista de novos mercados e de geração de atividades e empregos de elevada qualificação. A estratégia de formação de “campeãs nacionais competitivas” que se projetariam como atores globais, a partir do Mercosul, tornara-se urgente diante do quadro da competição global e das consequências que isso implicava para o desenvolvimento do país. Esses grandes grupos econômicos eficientes se articulariam com o Estado e fortaleceriam o poder nacional (COUTINHO, 2002, p. 204-205).

Seguindo o objetivo de promover uma política industrial que oferecesse melhores condições de competitividade e inovação às empresas brasileiras, o Governo Lula criou, em 2004, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), órgão responsável pela execução de políticas industriais com ênfase naquelas que poderiam contribuir para a geração de empregos, que estivessem em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.

A ABDI deveria direcionar um enfoque especial aos projetos e programas estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), os quais eram elaborados pelo Ministério da Fazenda, Indústria e Comércio, juntamente com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A PITCE trazia quatro setores prioritários de atuação: (i) software, (ii) bens de capital, (iii) fármacos e medicamentos e (iv) semicondutores (SHAPIRO, 2009, p. 237).

Em 2008, o Governo reforçou as tentativas de fortalecer a política industrial, quando criou medidas e incentivos dispostos na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com o objetivo de abranger ainda mais os setores econômicos a serem estimulados com recursos para aumentar sua competitividade, como foi o caso do complexo industrial da saúde, o aeronáutico, o da microeletrônica e da inclusão digital. Os principais objetivos do PDP eram o de ampliar a capacidade de oferta nacional, preservar a robustez da balança de pagamentos, elevar a capacidade de inovação e fortalecer as micro e pequenas empresas (SHAPIRO, 2009, p. 239).

As iniciativas adotadas pelo Governo Lula em relação à política industrial, mostram a intencionalidade de modificação da estrutura econômica produtiva brasileira, assumindo que tal modificação teria que ir em direção do aumento de atividades inovativas, além de criar condições para o fortalecimento de grandes grupos econômicos nacionais competitivos que pudessem expandir suas atividades no cenário internacional.

O BNDES teve papel crucial para o alcance desses objetivos, tanto no direcionamento dos projetos de financiamentos que visavam o aumento das atividades inovativas oriundas das diretrizes da PITCE e da PDP, quanto no direcionamento de recursos que visavam criar as “campeãs nacionais”.

Esse esforço de modificação da estrutura econômica produtiva nacional com vistas à promoção de uma maior participação no mercado mundial, além de proporcionar melhores chances de desenvolvimento, era uma condição necessária para sustentar a forma de inserção internacional do Brasil pretendida pelo Governo.

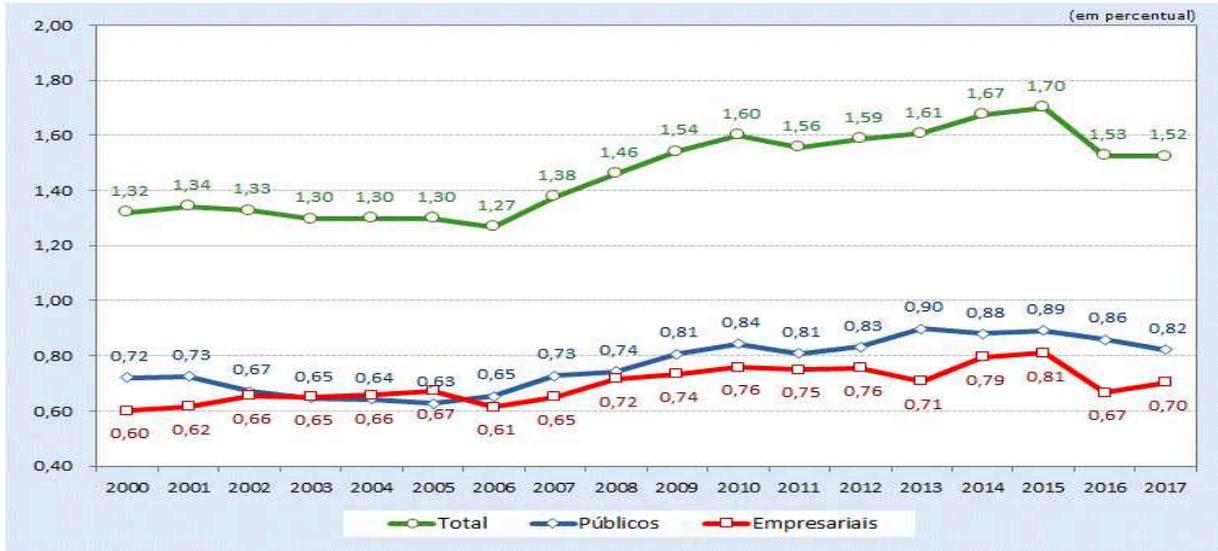
Ao analisar o *Quadro 1* (ver Anexo), podemos observar as operações mais vultuosas de destinação de recursos do BNDES, entre 2005 e 2010, às empresas que podem ser vistas como “campeãs nacionais”, ou seja, aquelas que, efetivamente, foram consideradas pelo governo como as mais competitivas ou com maiores possibilidades de vantagens competitivas no mercado internacional.

Das 18 empresas listadas, podemos classificá-las de acordo com seu segmento de atuação: bioenergia (1), biocombustível (1), cosméticos (1), equipamentos elétricos (1), petroquímicos (2), telecomunicações (2), celulose (3) e alimentos (7).

Também é importante analisar os dados referentes aos esforços do governo em promover atividades com maior uso de ciência e tecnologia, pois essas atividades são fundamentais na disputa por melhores posições na hierarquia da riqueza mundial.

De acordo com a *Figura 1*, o Governo Lula passou a dispender maiores recursos em ciência e tecnologia, principalmente a partir de 2006, quando a participação de gastos públicos ultrapassou a participação do setor privado, apresentando uma trajetória crescente de gastos tendo seu pico em 2010, último ano de seu mandato, quando o percentual de gastos em relação ao PIB foi de 0,84%.

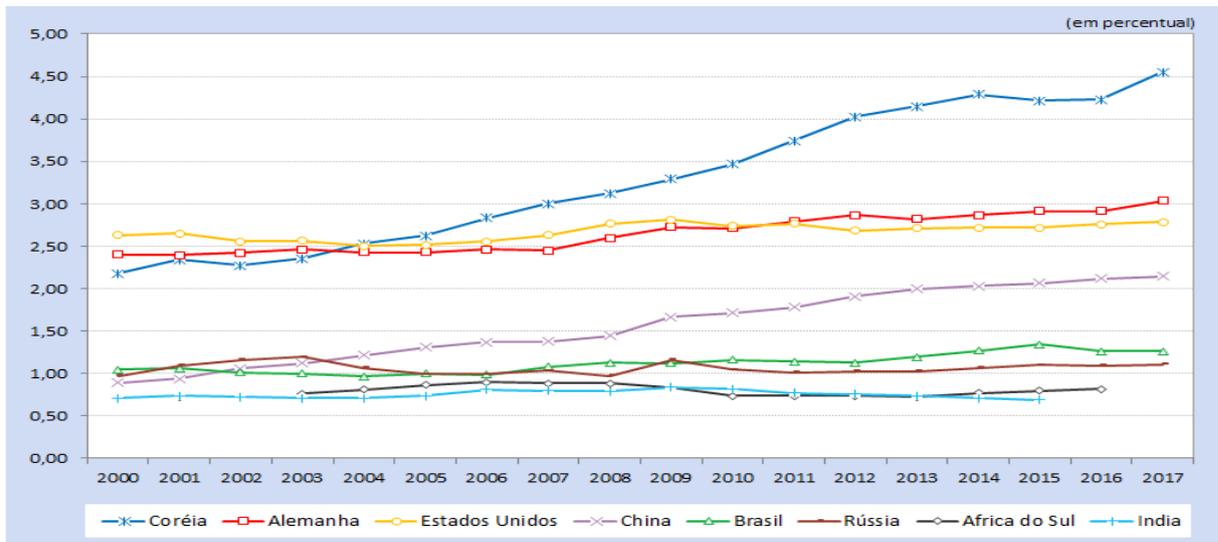
Figura 1 - Dispendio em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao PIB por setor (200-2017)



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI (2020).

Quando esses gastos são comparados com outros países como mostra a Figura 2, podemos perceber que, apesar de o governo ter aumentado o direcionamento de recursos à área de ciência de tecnologia, a trajetória desse direcionamento permaneceu na média da série, bem abaixo de países dos estratos superiores da hierarquia da riqueza global, como Coreia do Sul, Alemanha e EUA; da China, um país semiperiférico em ascensão; no mesmo nível da Rússia e acima de África do Sul e Índia, países que compõem o estrato semiperiférico.

Figura 2 - Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB de países selecionados (2000-2017)



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI (2020).

Após termos demonstrado as iniciativas do Governo Lula, efetivadas em consonância com seu plano de governo, a fim de diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil, conforme expresso pela política industrial na promoção das “campeãs nacionais”, no desenvolvimento de políticas de fomento à inovação e tecnologia (PITCE e PDP) e no aumento dos gastos públicos em P&D, é necessário analisarmos alguns indicadores econômicos alcançados pelo seu governo. Principalmente aqueles que se referem ao crescimento econômico e à distribuição de renda, cruciais para os objetivos vislumbrados de desenvolvimento econômico nacional.

Tabela 1 - Indicadores econômicos Governo Lula

Indicadores (% anual)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média anual
PIB	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	(-) 0,1	7,5	4,08
PIB per capita	1,14	1,13	1,10	1,10	1,12	1,13	1,06	1,15	1,12
Despesa de consumo final	(-) 0,0	3,9	3,9	4,9	5,8	5,4	4,1	5,7	4,20
Taxa de investimento - FBCF/PIB	16,6	17,3	17,1	17,2	18,0	19,4	19,1	20,5	18,15
Remuneração dos empregados/PIB	38,5	38,3	39,2	40,0	40,2	40,6	42,4	41,6	40,11
Número de ocupações	1,6	5,0	3,0	2,8	1,6	1,2	0,9	1,6	2,21
IPCA	9,3	7,6	5,7	3,2	4,5	5,6	4,4	5,9	5,78

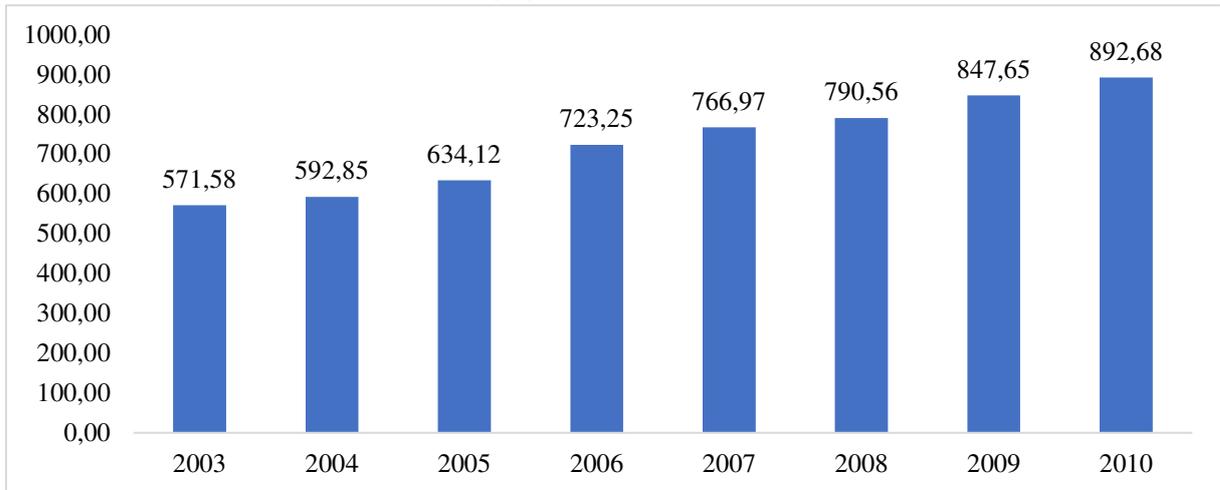
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e IPEADATA (2020).

Conforme os dados da Tabela 1, durante o Governo Lula o PIB teve uma boa trajetória de crescimento. A média anual foi 4,08%, superior ao de Fernando Henrique Cardoso, cuja média foi de 2,3% e um pouco abaixo da média mundial do período, que foi de 4,25%.

O PIB per capita também apresentou uma trajetória de crescimento durante os mandatos de Lula. Em 2003, o PIB per capita foi de R\$ 9.506,76. Em 2010, o valor era de R\$ 19.938,60, o dobro do valor do primeiro ano de governo.

Os dados referentes à despesa de consumo final também apresentam crescimento contínuo, assim como a remuneração dos empregados em relação ao PIB, que cresceu durante o período. Como ilustra o Gráfico 1, o salário mínimo real cresceu 56,18% durante o Governo Lula.

Gráfico 1 - Média salário mínimo real anual (R\$) 2003-2010

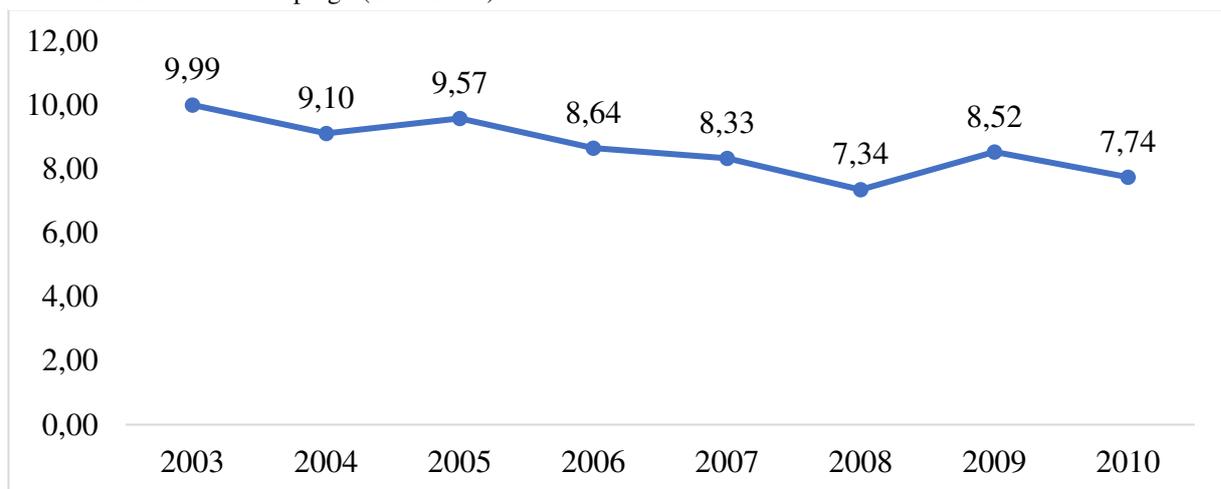


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2020).

A evolução dos indicadores de consumo, do PIB per capita e do salário mínimo estão de acordo com a intencionalidade do Governo Lula em promover um mercado interno de massas, descrita em seu plano de governo.

Juntamente com esses indicadores, foi notável a ampliação de empregos durante o período, como ilustrado pelo Gráfico 2, que mostra a diminuição da taxa de desemprego, apresentando em seu primeiro ano de governo, uma taxa de 9,99% e, ao término de seus mandatos, uma taxa de 7,74%. Tais resultados foram em direção da constituição do motor básico do sistema do novo modelo de desenvolvimento arquitetado pelo Governo.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Os dados referentes à formação bruta de capital fixo (FBCF) em relação ao PIB, contidos na Tabela 1, mostram que a capacidade produtiva do Brasil durante o Governo Lula

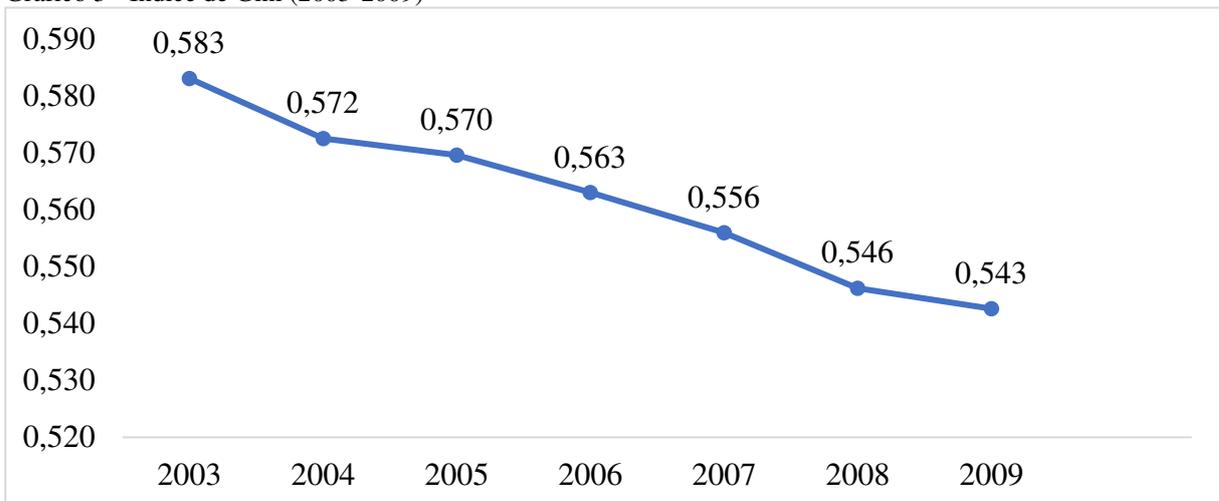
apresentou uma trajetória de crescimento sustentada, tendo chegado ao seu pico no último ano de seu mandato, quando alcançou uma taxa de 20,5% em relação ao PIB.

Ao olharmos os dados referentes à inflação, medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), podemos notar que o crescimento do PIB, do consumo, dos salários e da criação de empregos foram acompanhados de uma trajetória controlada da inflação durante o período, mostrando a preocupação do governo com a estabilidade macroeconômica, o que vem na esteira dos compromissos firmados na Carta ao Povo Brasileiro feita pelo PT em 2002.

É importante pontuar ainda dois fatores que foram centrais para os planos do Governo Lula de criar um mercado interno de massas: 1) a explosão de crédito, principalmente direcionado ao consumidor, podendo ser medido pela relação operação de crédito (setor público e privado)/PIB, que segundo Curado (2001) em janeiro de 2003, era de 23,94% passando para 47,25% em outubro de 2010; 2) o aumento do volume de despesas públicas na área social, que de acordo com Mello & Rossi (2017), passaram de 21,9% do PIB em 2005 para 25,2% em 2010.

A combinação entre o aumento do salário mínimo, o estímulo ao consumo pela expansão do crédito e o direcionamento de recursos públicos à área social e a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, além de terem servido ao objetivo do Governo Lula de conformar um mercado interno de massas, gerando uma dinâmica de crescimento econômico e criação de empregos, também resultaram numa melhor distribuição de renda, como mostra a trajetória do coeficiente de Gini durante o período, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Índice de Gini (2003-2009)

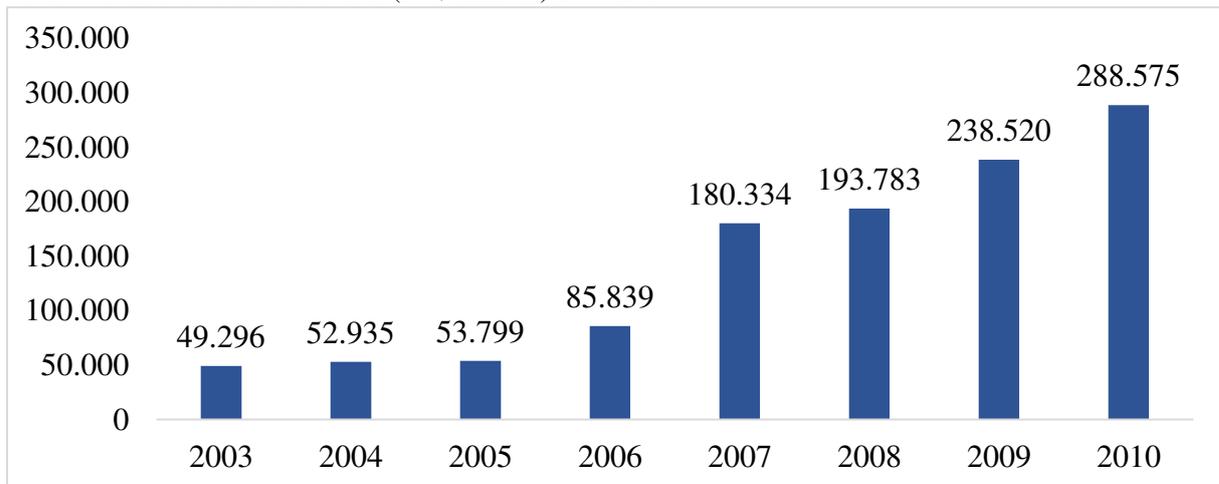


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2020).

Os dados aqui expostos mostram o bom desempenho da economia brasileira durante o período do Governo Lula. Todos os indicadores utilizados justificavam o período de euforia quanto às possibilidades futuras de inserção do Brasil no cenário internacional e pareciam sustentar a estratégia do novo tipo de desenvolvimento econômico almejada para o Brasil.

O sucesso da estratégia econômica e da diminuição da vulnerabilidade externa também era sustentado pelo resultado das reservas internacionais. Seu pico foi atingido em 2010, quando chegou ao valor de US\$ 288.575.000,00, conforme ilustra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Reservas internacionais (US\$ milhões) 2003-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2020).

4.4 A NOVA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

Se na condução da política econômica Lula seguiu o pragmatismo do tripé macroeconômico, seu projeto de política externa reunia lideranças com objetivos e visão de mundo mais próximo ao PT e que pretendia fazer do Brasil um país com maior participação no cenário internacional.

Nomes como o do ex-secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, do ex-chanceler Celso Amorim e do próprio ex-presidente Lula advogavam em favor da nova política externa “altiva e ativa”, a qual tinha por base suas interpretações das mudanças pelas quais a economia-mundo capitalista estava passando. Além disso, a estratégia de política externa deveria estar alinhada com um projeto de desenvolvimento nacional que previa forte participação popular sob bases democráticas (OURIQUES; VIEIRA, 2016, p. 410).

Em seu livro “*Quinhentos anos de periferia*”, lançado em 1999, Samuel Pinheiro Guimarães já havia apresentado sua visão de funcionamento do sistema internacional, utilizando o conceito de “estruturas hegemônicas”, que se consolidavam e se expandiam através

do controle de organizações internacionais como o FMI, a OMC, a OTAN e o Conselho de Segurança da ONU, esta última como o principal mecanismo de controle e subjugação da periferia.

Guimarães via na ampliação do Conselho de Segurança, uma oportunidade para grandes países periféricos, como é o caso do Brasil, reivindicarem sua participação no Conselho, já que a importância política e econômica desses países periféricos não é mais a mesma de 1945. Portanto, os objetivos estratégicos de grandes Estados periféricos seria de se inserir de forma soberana e não-subordinada a essas estruturas hegemônicas, de forma a reduzir o grau de vulnerabilidade a elas.

Em seu discurso de posse como Secretário-Geral, Guimarães enfatizou os desafios da sociedade brasileira centrados na superação do problema da concentração de renda e riqueza; na vulnerabilidade externa econômica, política e militar; na realização do potencial brasileiro dado seu território, população e PIB e na construção de uma democracia efetiva, cuja participação popular se faça mais presente nas formulações de política pública.

Guimarães ainda apresentou em seu discurso, um alinhamento da política externa para superação desses desafios, colocando a América do Sul como prioridade da pasta, com o objetivo de promover a integração econômica e cooperação política e social na região dentro de um mundo multipolar que o Brasil tinha desejo de construir.

As relações com os EUA, Europa, Ásia, Oriente Próximo e África pretendiam ser ampliadas, sendo que para o Brasil, interessava que a construção desse mundo multipolar ocorresse sem hegemonia, em que todos os Estados obedecessem ao Direito Internacional, resolvendo conflitos de uma forma pacífica (GUIMARÃES, 2003, p. 64-69).

Na mesma ocasião, discursando em sua posse como chanceler, Celso Amorim reafirmou o compromisso da política externa brasileira com o desenvolvimento e com a paz, orientada para reduzir o hiato entre nações ricas e pobres e a democratização do sistema internacional, alertando para os desafios e dificuldades que se apresentavam aos países em desenvolvimento em razão do comportamento errático dos fluxos financeiros e das práticas predatórias dos países ricos.

Assim como Guimarães, o chanceler também afirmou que a prioridade da política externa era a América do Sul e que o relacionamento com a Argentina era o pilar da retomada do Mercosul. Embora prioritária, a região não seria o único destino das ações da política externa. Amorim explicitou a intenção de fazer alianças com grandes países em

desenvolvimento, como a China, Rússia, México e África do Sul, além de dar atenção especial a Angola e Moçambique, países marcados por prolongados conflitos internos.

Também é marcante o desejo do chanceler na ampliação do Conselho de Segurança da ONU, com a introdução de países em desenvolvimento como membros permanentes para dar maior legitimidade ao órgão (AMORIM, 2003, p. 47-60).

O ex-presidente Lula, por sua vez, ao discursar em sua posse, destacou que a diplomacia brasileira iria ser orientada por um caráter humanitário e que seria um instrumento de desenvolvimento nacional. Reforçou que, sob seu Governo, a prioridade da política externa seria a América do Sul, o que passaria pela revitalização do Mercosul.

Alinhado ao discurso de Amorim, Lula explicitou sua vontade de aprofundar relações com grandes nações em desenvolvimento e da atenção a ser dada ao continente africano. Além disso, defendeu a maior participação do Brasil no mercado internacional e na contribuição do país na construção de uma ordem internacional multipolar, em que a democratização das relações internacionais sem hegemonia tem grande importância para o futuro da humanidade.

Lula reforçou, ainda, o papel da ONU na resolução de conflitos internacionais e a reforma do Conselho de Segurança, em que se fizessem presentes, permanentemente, membros de países em desenvolvimento que representassem a realidade contemporânea (SILVA, 2003, p. 25-47).

O teor do discurso das três lideranças contém a intenção de unir as orientações de política externa com resoluções dos problemas que impediam o desenvolvimento econômico, político e social brasileiro. Mostra também a intenção de aumentar a influência internacional do Brasil na construção de um mundo multipolar em que a ausência de hegemonia seria um fator chave dessa construção. Assim, a política externa brasileira seria realizada com vistas a promover uma inserção externa soberana.

A ênfase à ausência de hegemonia reflete a visão das lideranças de como os EUA vinham exercendo seu poder hegemônico, em decadência desde os anos 1970 e assumindo uma forma agressiva exposta pela Guerra do Iraque, no início dos anos 2000. Isso ao mesmo tempo em que o novo Governo via o Brasil como um país com capacidade de dar voz e somar forças – sem que ele próprio exercesse hegemonia – à construção de um sistema internacional que atendesse às demandas de países e regiões em desenvolvimento, os quais não eram contemplados de maneira eficiente pelos órgãos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU.

Dito isto, a elaboração da nova estratégia de inserção internacional brasileira teve seus principais objetivos definidos no Plano Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). Ambos aprovados pelo Congresso Nacional em 2005 e 2008, são documentos em que o governo propõe sua nova política externa brasileira, a qual busca integrar ações diplomáticas com suas políticas de defesa e desenvolvimento econômico.

Nesses documentos, o governo traz o conceito de “entorno estratégico” do país, algo novo e revolucionário na história do Brasil, que se refere à região em que o país pretendia exercer preferencialmente sua influência e liderança diplomática, econômica e militar e que incluíam a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul (FIORI, 2013, p. 32).

Entre as ações que o Brasil promoveu para aumentar sua influência em seu “entorno estratégico”, relacionadas à América do Sul, podemos apontar a retomada de projetos de integração regional, como o Mercosul e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Conselho Sul-Americano de Defesa.

Além disso, o posicionamento brasileiro foi fundamental para que ações lideradas pelos interesses dos EUA na região não fossem levadas adiante, como o fim do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do enfraquecimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Junta Interamericana de Defesa (JID).

Importante também foi a atuação do Brasil de forma ativa e pacificadora nos conflitos entre Equador e Colômbia, Colômbia e Venezuela e até mesmo nos conflitos internos da Bolívia e no “golpe civil” do Paraguai, em que, liderando a reação da Unasul ao golpe, o Brasil foi favorável à exclusão paraguaia do Mercosul, até que se reestabelecesse a democracia (FIORI, 2013, p. 36-37).

As ações da política externa no Atlântico Sul se deram a partir da convicção do Governo brasileiro de que essa área se constituía como uma fonte importante de recursos econômicos, principal meio de transporte e intercâmbio comercial para o Brasil e o potencial que a área possui para aumento de sua influência e poder na África.

O interesse estratégico na área passava pelo fato de que nela estavam localizadas as novas reservas de petróleo do Pré-Sal brasileiro, além da existência de reservas de petróleo offshore ao longo da costa ocidental da África, assim como reservas de gás, carvão e de outros minerais relevantes, estendendo-se até a região da Antártida, grandes fontes energéticas e minerais.

Tais interesses em aumentar seu controle e influência sobre as riquezas e o potencial de transporte da área teriam como limite a forte presença da Grã-Bretanha e dos EUA, contando com recursos e poder naval muito maior do que os demais países situados dos dois lados do Atlântico Sul (FIORI, 2013, p. 40-41).

A intenção do Brasil em aumentar sua influência na África Subsaariana vem num momento em que a economia africana passa por ressurgimento, depois de 2001, junto com o ciclo expansivo generalizado pelo qual passava a economia-mundo, com abundância de recursos naturais na África, principalmente de petróleo.

O presidente Lula visitou 29 países africanos e firmou acordos econômicos além de criar organizações econômicas, como o lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Gana em 2005. Também houve renegociação de dívidas de diversos países africanos, somando um valor que ultrapassou 1 bilhão de dólares. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o BNDES, no âmbito do “Programa de Integração com a África”, apoiaram o financiamento das exportações brasileiras para a África.

Houve, ainda, instalações de empresas brasileiras no continente africano, destacando-se a atuação da Petrobras, da Vale do Rio Doce e da Embrapa, com foco no setor de serviços, extração de recursos naturais, obras públicas de transporte, barragens e hidroelétricas, importantes ações que partiram do Governo brasileiro, que, ao mesmo tempo em que explorava as oportunidades de expansão das atividades de empresas nacionais, atuava para melhorar a estrutura econômica africana (FIORI, 2013, p. 45).

Além das intenções e ações tomadas pelo Brasil no âmbito de seu “entorno estratégico”, a política externa também teve importante atuação na formação de grupos políticos e diplomáticos que envolviam países emergentes defensores da construção de um sistema mundial multipolar, em que a reforma do Conselho de Segurança da ONU era crucial para que suas demandas fossem melhor atendidas. Visavam, também, à construção de alianças que pudessem fortalecer a atuação norte-americana sob sua política externa de dominação sem hegemonia, assim como contestar as decisões do Conselho de Segurança que favoreciam de forma unilateral os países desenvolvidos.

Expressão disso foi a Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia em Brasília no ano de 2003, que estabeleceu o Fórum de Diálogo IBAS, aliança permanente entre os três países. Outro importante acontecimento foi agrupamento diplomático e político em torno dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em que a primeira reunião

de chanceleres em 2006 resultou no agrupamento de chefes de Estado e de governo em 2008, passando a fazer parte do grupo a África do Sul, em 2011.

Por fim, mais uma expressão da atuação da política externa ativa e alva, que visava projetar a influência do Brasil no cenário internacional, foi sua liderança no G-20 no âmbito da V Conferência Ministerial da OMC, em Cancún, no ano de 2003. Ocasão em que o Brasil coordenou as demandas de países em desenvolvimento em torno das discussões sobre liberalização do comércio internacional, especialmente relacionado à agricultura, questão central levantada pela OMC na Rodada de Doha em 2001 (FIORI, 2013, p. 47; OLIVEIRA, 2005, p. 7-10).

O fortalecimento do grupo de países em desenvolvimento nas decisões sobre comércio internacional com a forte atuação do Brasil pode ser entendido como a insurgência de insatisfações desses países à forma como as instituições internacionais organizavam as decisões, favorecendo, predominantemente, os países desenvolvidos, com o argumento de que as decisões dos ricos eram boas para o sistema como um todo.

O momento de expansão econômica mundial pela qual atravessava o sistema fortaleceu as posições dos países em desenvolvimento e aqueles que se apresentavam como potências emergentes. Diante desse cenário, a política externa brasileira procurou projetar sua influência intensificando alianças políticas e econômicas com o Sul global, estreitando as relações Sul-Sul, embora não rompesse relações Norte-Sul.

Os dados coletados sobre a balança comercial brasileira entre os anos de 1997 e 2019 mostram os impactos da estratégia da política externa do Governo Lula, pois durante a vigência de seus dois mandatos, há uma mudança no perfil dos parceiros comerciais. É o que nos mostra a Tabela 2, na qual se observa uma queda na participação da América do Norte e da Europa como destino de exportações do Brasil, enquanto África, América Central e Caribe, Oriente Médio e, sobretudo, a Ásia aumentam sua participação.

Tabela 2 - Participação (%) das regiões nas exportações do Brasil (2003-2010)

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição
África	3,91	4,40	5,04	5,41	5,34	5,13	5,68	4,59	0,67
América Central e Caribe	3,03	3,65	4,44	4,06	3,74	4,50	4,07	3,69	0,66
América do Norte	27,95	26,10	24,15	22,69	19,73	16,97	13,07	12,56	-15,39
América do Sul	13,86	16,22	17,94	19,39	19,84	19,36	17,62	18,38	4,51
Ásia (exclusive Oriente Médio)	16,11	15,23	15,74	15,20	15,77	19,13	26,43	27,98	11,87

Continua

Europa	29,28	28,79	26,88	26,84	29,39	27,82	26,13	25,51	-3,77
Oceania	0,48	0,45	0,45	0,43	0,44	0,69	0,36	0,33	-0,15
Oriente Médio	3,84	3,82	3,62	4,17	3,98	4,07	4,93	5,21	1,37
Países não declarados	1,54	1,35	1,73	1,80	1,77	2,34	1,71	1,77	0,23
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SECEX/MDIC (2020).

Quanto aos dados sobre as importações realizadas pelo Brasil, como ilustra a Tabela 3, todas as regiões apresentam diminuição em sua participação percentual, exceto Ásia e Oceania. Nota-se a queda mais acentuada da América do Norte e da Europa, em contrapartida ao notável aumento da participação que a Ásia apresenta nas importações.

Tabela 3 - Participação (%) das regiões nas importações do Brasil (2003-2010)

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação
África	6,84	9,85	9,06	8,96	9,40	9,14	6,64	6,22	-0,62
América Central e Caribe	0,78	0,92	0,81	0,83	0,90	0,83	0,80	0,75	-0,03
América do Norte	22,47	20,58	19,74	18,72	18,57	18,46	19,10	18,49	-3,98
América do Sul	15,86	14,79	14,61	16,37	15,42	14,03	15,02	14,27	-1,59
Ásia (exclusive Oriente Médio)	18,48	19,57	22,95	25,20	25,71	27,23	28,28	30,91	12,43
Europa	31,30	29,77	28,41	25,54	26,61	25,85	26,84	25,58	-5,72
Oceania	0,65	0,64	0,90	0,84	0,67	0,76	0,71	0,77	0,12
Oriente Médio	3,37	3,71	3,42	3,46	2,66	3,60	2,46	2,58	-0,79
Países não declarados	0,24	0,19	0,11	0,08	0,06	0,11	0,16	0,43	0,19
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SECEX/MDIC (2020).

À luz da interpretação teórica deste trabalho, a política externa do governo Lula buscou promover uma melhora relativa na hierarquia da riqueza mundial, por meio de um aumento de sua influência regional e internacional, buscando firmar coalizões políticas e econômicas, prioritariamente, com países pertencentes do estrato semiperiférico e periférico.

Dadas as declarações das lideranças de política externa do governo e as ações que de fato foram tomadas, essa estratégia se baseou na percepção das lideranças de que a ordem global estava passando por transformações e que o Brasil poderia e deveria se aproveitar, como declarou Celso Amorim em 2011, na condição de Ministro da Defesa do governo de Dilma Rousseff:

O eixo político, econômico e militar do planeta está mudando. O debate sobre o declínio relativo dos Estados Unidos e as consequências da crise enfrentada pela Europa terão sérias implicações para as suas capacidades de projeção estratégica à escala global. A notável ascensão da China e da Índia e a recuperação da Rússia mostram que a multiplicidade de polos de poder é uma realidade palpável com o qual devemos tratar (AMORIM, 2011, p. 267-268, apud VIEIRA; OURIQUES, 2016, p. 412).

Ainda que a estratégia de política externa do Governo Lula tenha sido elaborada com base na percepção do declínio da hegemonia norte-americana e do aumento relativo do poder de países emergentes e, embora as ações tomadas nessa direção tenham logrado êxito ao Brasil, em termos de aumento de influência regional e mundial, é necessário que se verifique se as políticas adotadas tanto no âmbito econômico, quanto de inserção externa, trouxeram resultados que ofereceram ao Brasil uma trajetória de longo prazo que sustentasse as pretensões do Governo Lula.

4.5 UMA BREVE ILUSÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

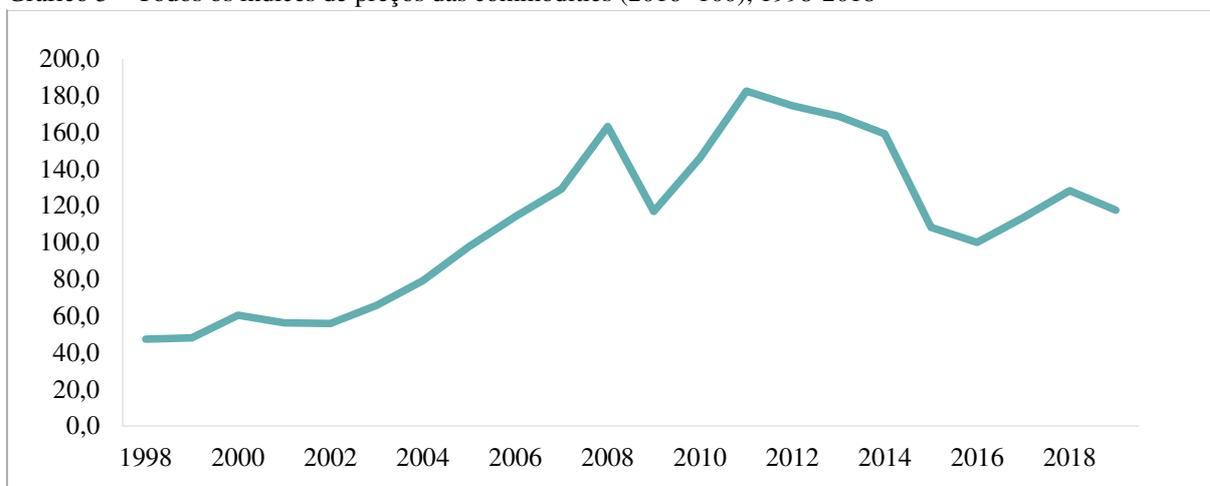
As análises feitas até aqui a respeito das políticas econômica e externa do Governo Lula, buscaram descrever os objetivos traçados nesses dois pontos e as ações tomadas para alcançá-los. Tais análises tem de ser acompanhadas pela caracterização do momento histórico em que se encontra economia-mundo capitalista.

A já citada “fase B” e o eixo sino-americano são marcos importantes que nos ajudam a perceber se as políticas econômicas e o esforço de política externa do Governo Lula possibilitaram ao Brasil ascender na hierarquia da riqueza global.

Por mais que as incertezas sobre o presente e o futuro do capitalismo histórico no século XXI se faça presente, esses marcos trazem alguma evidências a respeito das determinantes da relação centro-periferia e, conseqüentemente, dos ganhadores e perdedores na divisão internacional do trabalho.

A expansão da economia mundial, provocada pela relação econômica sino-americana, proporcionou ao Brasil um relaxamento das restrições externas, principalmente em decorrência do boom das commodities, verificado no início dos anos 2000, em que os altos índices de crescimento do PIB da China demandaram tais produtos e encontraram no Brasil um importante ofertante. A consequência disso foi o aumento generalizado dos preços das commodities, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Todos os índices de preços das commodities (2016=100), 1998-2018

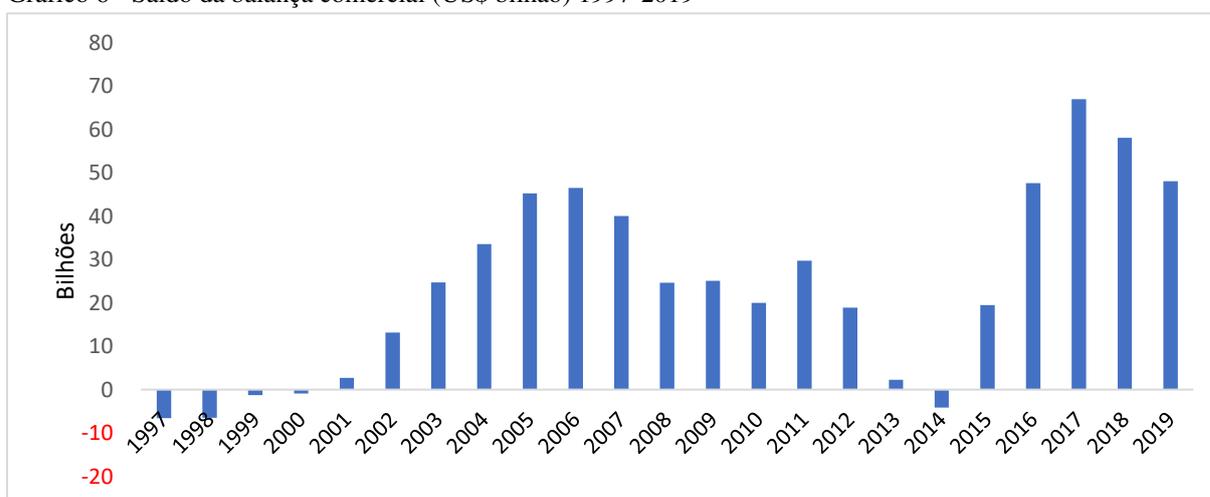


Fonte: Fundo Monetário Internacional (2020).

O boom das commodities se deu juntamente com a chegada de Lula ao poder e se estendeu durante seus mandatos, proporcionando importantes divisas para a economia brasileira. Além disso, contribuiu de maneira positiva para a implementação de sua nova agenda econômica conciliadora, que atendia tanto a interesses ligados ao capital financeiro, quanto às reivindicações sociais pelas quais o PT historicamente lutava.

Os resultados do saldo da balança comercial também explicitam o relaxamento das restrições externas causado pelas condições sistêmicas pelas quais passava a economia-mundo naquele momento histórico, beneficiando as pretensões do Governo Lula, como ilustra o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Saldo da balança comercial (US\$ bilhão) 1997-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC (2020).

Desse modo, podemos concluir que a dinâmica econômica mundial gerada pela relação sino-americana resultou em um ambiente internacional que favorecia a criação das bases materiais nacionais brasileiras, de acordo com as intensões de inserção externa almejadas pelo Governo Lula.

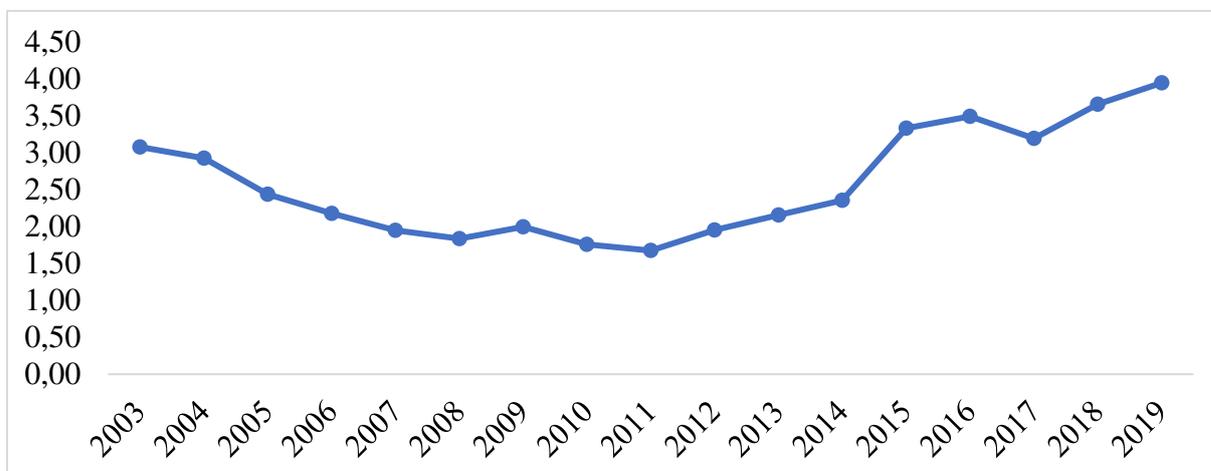
Portanto, a estratégia econômica pensada e executada durante esse período foi vista como uma maneira de aproveitar a janela de oportunidade que abria possibilidades de ascensão do Brasil. Esse processo se deu tanto no sistema interestatal, em que o país pretendia aumentar sua participação e influência nas decisões de governança global, num momento de percepção do enfraquecimento da hegemonia norte-americana, aliando-se, para isso, com países periféricos e semiperiféricos (Sul global); quanto no sistema intercapitalista, direcionando recursos para a promoção de políticas que beneficiassem a criação de atividades com maior grau de tecnologia e de companhias brasileiras que atuassem como grande competidoras no mercado internacional, com especial atuação nos países em que eram promovidas novas alianças.

O dinamismo da economia brasileira começou a ser minado a partir da crise financeira mundial de 2008. Embora o Presidente Lula tenha dado declarações, minimizando os possíveis efeitos que a crise poderia trazer ao Brasil, os seus reais efeitos foram se mostrando no decorrer dos anos.

A partir da crise, as condições econômicas, que até então eram favoráveis às pretensões do governo, foram transformadas e o relaxamento das restrições externas foram invertidas. Dessa forma, coloca-se em perspectiva se as ações concretas do Governo Lula, descritas aqui no que se refere ao desenvolvimento econômico e a inserção externa, possibilitaram ao Brasil uma ascensão na hierarquia da riqueza global.

A trajetória da taxa de câmbio do real em relação ao dólar ilustra a mudança nas condições econômicas internacionais que atingiram o Brasil. Enquanto o país apresentava um dinamismo econômico, o real se valorizava frente ao dólar, trajetória que se inverteu a partir de 2011, conforme mostra o Gráfico 7.

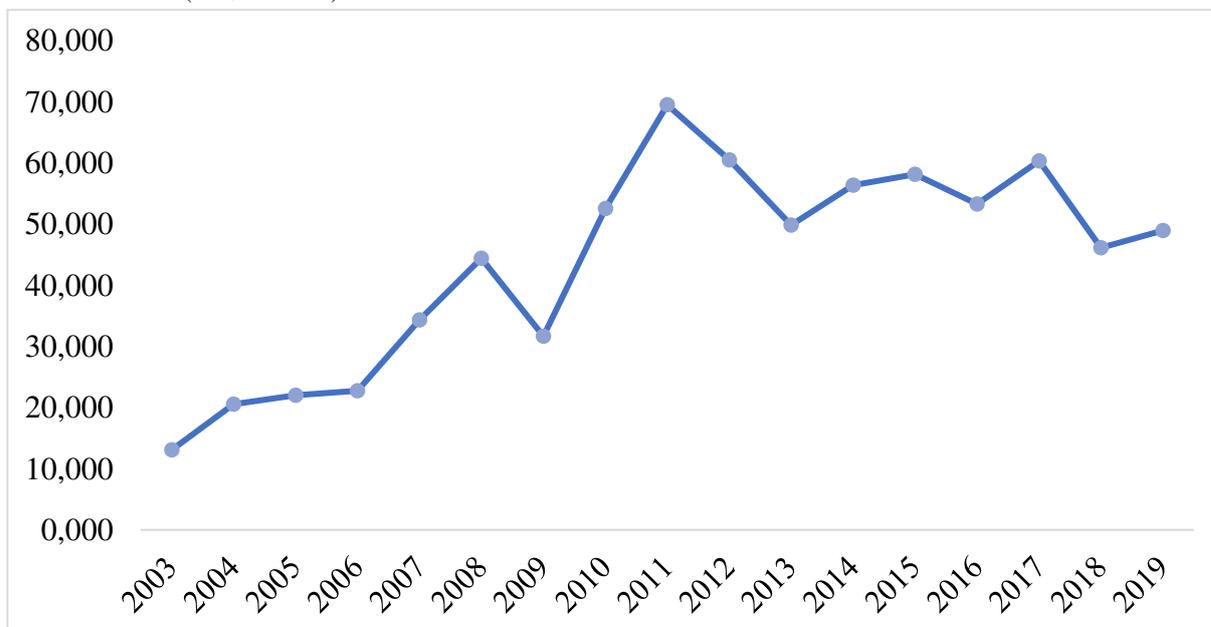
Gráfico 7 - Taxa de câmbio comercial, média anual R\$/US\$ (2003-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2020).

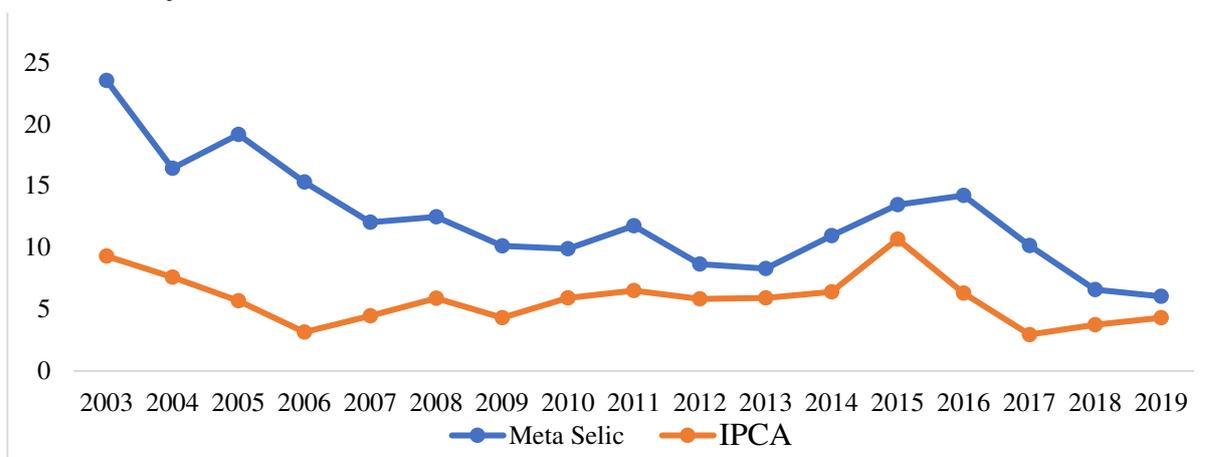
Enquanto as condições econômicas internacionais eram favoráveis ao Brasil, a valorização do real ocorria em função dos vultuosos saldos na balança comercial, da entrada de investimento estrangeiro direto (IDE), ilustrado pelo Gráfico 8 e pela atratividade oferecida pela taxa Selic, que se manteve elevada durante o período, mesmo que os índices de inflação apresentassem queda, especialmente entre os anos de 2004 e 2006, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 8 - IDE (US\$ milhões) 2003-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central (2020).

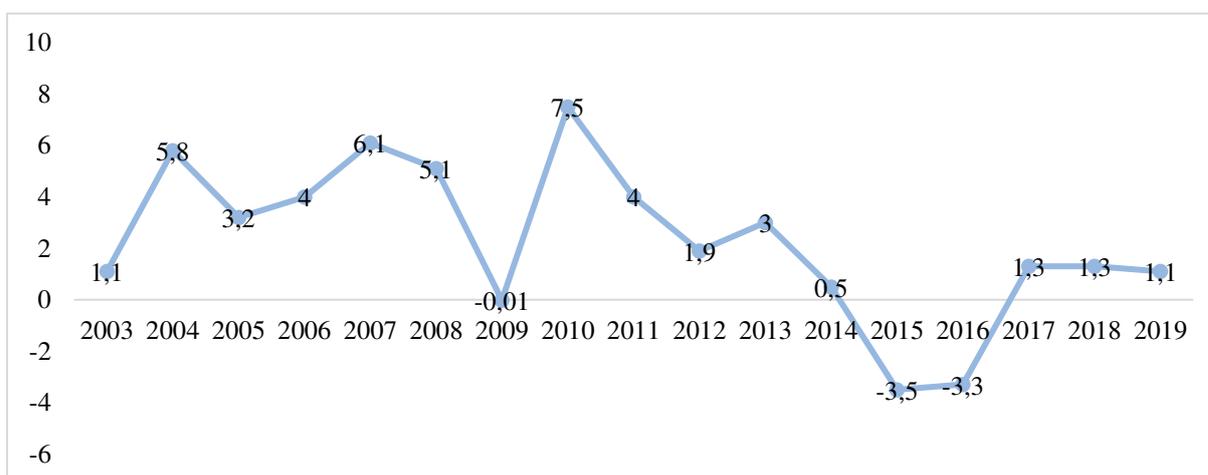
Gráfico 9 - Trajetória da média anual meta Selic e IPCA (2003-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA e Banco Central (2020).

O ano de 2011 mostra uma mudança de trajetória dos indicadores, até então favoráveis. A taxa de câmbio passou a se desvalorizar, a entrada de IDE apresentou queda abrupta, estabilizando-se a partir de 2013, e, já a partir de 2010, o PIB brasileiro passa a apresentar queda acentuada, como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Trajetória do PIB (2003-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2020).

Essa é uma das evidências que nos ajuda a responder se as políticas econômicas implementadas pelo Governo Lula, que estavam em consonância com a estratégia de inserção externa, possibilitaram ao Brasil ascender na hierarquia da riqueza global, sendo que essa evidência aponta para uma resposta negativa.

A crise financeira de 2008 trouxe à tona as dificuldades e limitações que o modelo macroeconômico estabelecido a partir dos anos de 1980 impôs ao Brasil. As reformas

macroeconômicas ocorridas em países periféricos e semiperiféricos, especialmente na América Latina, descritas no capítulo 3, que vieram na esteira da reorganização do padrão monetário internacional, passando a operar sob a lógica de acumulação das altas finanças, resultaram um modelo macroeconômico intrinsecamente instável.

As reformas ocorridas estabeleceram que as taxas de câmbio variem conforme a entrada de capital no país. Vimos que, de 2003 a 2011, houve valorização do real frente ao dólar em função da entrada de capital, fruto do cenário econômico internacional e do dinamismo da economia brasileira.

Quando as condições internacionais se inverteram, o dinamismo da economia não conseguiu apresentar uma trajetória de crescimento sustentável, mostrando que as políticas econômicas implementadas pelo Governo Lula não foram suficientes para alcançar o objetivo de diminuir a vulnerabilidade externa, vista pela perspectiva de longo prazo.

A desvalorização do real frente ao dólar, a partir de 2011, mostra, portanto, que desse momento em diante, o Brasil não atraía mais a entrada de capital no país. Essa mudança implicou numa nova realidade macroeconômica brasileira que mostrou os limites da estratégia de desenvolvimento planejada pelo Governo Lula.

Como descrevemos, tal estratégia teve como motor a criação de um mercado de consumo de massas estimulada pelo consumo e pela expansão do crédito. A inversão das condições econômicas internacionais, após a crise financeira mundial de 2008, pressionou a situação fiscal brasileira, o que encareceu o crédito e limitou a continuidade da estratégia tanto pela ótica do consumo quanto do investimento, o que é exposto pela trajetória do PIB após 2011.

As limitações da estratégia econômica do Governo Lula não se reduzem somente às condições econômicas internacionais. As ações tomadas com a intenção de executar a estratégia previam a continuidade do dinamismo brasileiro no médio e longo prazo sustentada pelo contínuo aumento da taxa de investimento.

Não só a crise financeira mundial de 2008 impossibilitou a execução da estratégia, o próprio perfil histórico do empresariado brasileiro atuou de forma limitadora às intensões do governo de expandir as atividades produtivas. Isso porque o direcionamento do crédito, principalmente via BNDES, com vistas a estimular a capacidade produtiva, foi em grande parte utilizado pelas empresas para valorizar seu patrimônio, aumentando a rentabilidade sobre o seu capital fixo.

Dessa forma, o estímulo do crédito e as condições favoráveis da economia mundial até 2008, serviram para o setor empresarial brasileiro modernizar sua estrutura produtiva, para que houvesse valorização de mercado e não para diversificar a produção, a fim de encarar a competição mundial, o que revela uma aversão ao risco que caracteriza o empresariado brasileiro (BIELSCHOWSKY; SQUEFF; VASCOCELOS, 2014, p. 154-155).

Por fim, a crise financeira mundial de 2008 deu evidências das disputas a serem travadas pelas mais altas posições na hierarquia da riqueza mundial. A relação simbiótica e assimétrica entre as economias dos EUA e da China, que proporcionaram a expansão econômica mundial no início dos anos 2000, passou por uma mudança de estratégia da China.

Após a crise, quando o governo chinês percebeu a necessidade de reverter a assimetria da relação e do alto grau de dependência que isso causava na economia chinesa em relação à economia norte-americana, decidiu instaurar reformas domésticas com vistas ao fortalecimento de seu mercado interno. Além disso, os planos do governo chinês também almejavam aumentar sua participação nas decisões de governança global.

As pretensões da China vêm despertando reações dos EUA, o que pôde ser visto de forma mais acentuada a partir de 2017, quando a administração Trump declarou a China como um competidor estratégico. No ano seguinte, teve início uma guerra comercial, que, no fundo, expõe a competição pelo domínio dos elos mais lucrativos nas cadeias de mercadorias e, conseqüentemente, pelos maiores benefícios na divisão internacional do trabalho, aquelas atividades que estão ligadas à tecnologia e inovação.

Um exemplo dos planos desenvolvidos pelo governo chinês, que vai ao encontro dessas pretensões, é o “Made in China 2025” estabelecido em 2015, que tem como objetivo avançar a manufatura chinesa na direção de produtos de alta tecnologia, a ponto de transformar a China numa liderança internacional em inovação até 2030 e numa potência mundial em inovação científica e tecnológica até 2050 (WANG; ZENG, 2020, p. 60).

Apresentadas algumas conseqüências que a relação sino-americana proporcionou ao atual momento da economia-mundo capitalista, é necessário pontuar que eles expressam os desdobramentos da “fase B” vigente desde o início nos anos de 1970, com a reestruturação produtiva representada pelo fim do modelo fordista-keynesiano e a inauguração do modelo toyotista-neoliberal, juntamente com a revolução técnico-científica.

As determinantes da relação centro-periferia passaram a ser alteradas, a fim de resolver a crise de lucratividade em decorrência da maior competitividade, pela qual passava a

concorrência intercapitalista naquele momento. Houve um deslocamento de atividades centrais para regiões que ofereciam menores custos de produção.

O leste asiático foi a região que tirou os maiores proveitos dessa mudança, cujos efeitos podemos presenciar na realidade atual da economia-mundo capitalista, conforme pontua Wang e Zeng (2020) “a China passou da periferia para a semiperiferia após três décadas de reformas e abertura política e está avançando para o semi-core (até mesmo core) nas três décadas após a Grande Crise Financeira de 2008”¹⁰.

Como descrevemos anteriormente, o Brasil acompanhou o fim do seu ciclo industrial a partir dos anos 1980 e não promoveu uma reorganização produtiva, que estivesse de acordo com a revolução técnico-científica que começou a reorganizar as determinantes da relação centro-periferia naquele momento.

Os esforços promovidos pelo Governo Lula, vistos a partir de políticas que estimulassem a inovação e tecnologia, como a PICTE e o PDP, não foram suficientes para recolocar o Brasil em condições de pleitear as melhores posições nessa disputa, principalmente quando se leva em consideração o direcionamento de recursos de outros países nessas atividades, se comparado ao Brasil, como mostra a Figura 2.

Da mesma forma, a aposta do governo em promover as “campeãs nacionais” contou com o direcionamento de recursos para empresas cujas atividades não entravam na disputa pelas mais altas posições das cadeias de mercadorias mundiais, conforme o padrão de acumulação vigente. Como podemos perceber nas informações contidas no Quadro 1, as empresas que mais receberam recursos foram aquelas ligadas à produção de alimentos.

O Brasil ascendeu à semiperiferia com Vargas, como vimos, pela transformação produtiva doméstica e pela adoção de políticas econômicas e de política externa que procuraram capturar, sob a jurisdição do Brasil, atividades que proporcionassem uma ascensão.

Naquele momento histórico, a economia-mundo capitalista também vivenciava uma “fase B”, em que o imperialismo de livre comércio comandado pela hegemonia inglesa dava lugar ao sistema de livre iniciativa comandado pelos EUA, cuja reorganização produtiva instaurava o modelo fordista-keynesiano que apontava a indústria como atividade a ser perseguida, em decorrência dos benefícios ao desenvolvimento que ela proporcionava.

Vargas tinha essa percepção e soube se aproveitar dessa “fase B”, promovendo políticas que proporcionaram ao Brasil capturar atividades de acordo com o padrão vigente de acumulação capitalista.

¹⁰ Tradução nossa.

Ao olharmos para o Governo Lula e as implicações que a atual “fase B” trouxe para a economia-mundo capitalista, podemos perceber que os anseios do governo foram mais em direção de fortalecer a posição semiperiférica do Brasil do que de promover uma ascensão, visto que um país semiperiférico tem de fazer muito esforço para permanecer onde está.

Foi notável o esforço promovido pelo Governo Lula nesse sentido, como as várias ações de política econômica, social e de construção de novas alianças no campo da política externa. Destaca-se, ainda, a tentativa de reforçar a influência regional do Brasil e os benefícios que o país poderia alcançar com o maior dinamismo econômico da região, entendido como uma tentativa de promover o fortalecimento da região como um ativo político e econômico que proporcionasse ao país um mecanismo que o beneficiasse diante das novas determinantes da relação centro-periferia.

Merecem reconhecimento as ações que o Governo Lula promoveu no âmbito social. As intenções de melhoria nessa esfera, expostas no plano de governo, não ficaram só no papel. Durante seu mandato, houve redução da pobreza, fruto da destinação de recursos a políticas sociais que melhoraram os índices do país em saúde, educação, moradia e desigualdade.

Embora o relaxamento das restrições externas tenha, em grande parte, possibilitado a destinação de tais recursos, é de responsabilidade do poder executivo promover ou não políticas que visem enfrentar os problemas sociais que historicamente assolam a população brasileira.

Diante das considerações expostas até aqui, concluímos que o Governo Lula representou uma breve ilusão de desenvolvimento brasileiro, já que os bons indicadores econômicos apresentados durante os mandatos de Lula não se sustentaram ao longo do tempo.

As melhorias no campo social, medidas pelos indicadores de saúde, moradia, educação, acesso ao consumo entre outros, foram importantes conquistas para um país semiperiférico e historicamente desigual que é o Brasil. No entanto, essas conquistas tão importantes, apenas minimizaram, por um breve período, as desigualdades sociais que assolam a sociedade brasileira.

Após dez anos do fim do Governo Lula, podemos concluir que as políticas econômica e externa promovidas nesse período não foram suficientes para que o Brasil ascendesse na hierarquia da riqueza global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços realizados nesta monografia foram direcionados à compreensão da inserção do Brasil ao longo de sua história na economia-mundo capitalista, desde sua concepção como colônia até o início do século XXI, período em que ocorreram os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e que julgamos ser um acontecimento importante na história brasileira, dadas as pretensões de seu governo.

Ao utilizarmos a perspectiva teórico-metodológica da EPSM, tomamos como unidade de análise a economia-mundo capitalista, portanto, entendemos o Brasil como um espaço geográfico em que a economia-mundo capitalista se desdobra. Tais desdobramentos ocorreram de maneiras diferentes ao longo do tempo, pois alteraram-se os padrões de acumulação de riqueza decorrentes da competição intercapitalista, assim como os padrões de acumulação de poder decorrentes da competição interestatal.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, utilizamos a relação centro-periferia para compreender a posição do Brasil na hierarquia da riqueza global. Essa relação expressa os desdobramentos sistêmicos causados pela dupla competição que estrutura a economia-mundo capitalista em três estratos: centro, semiperiferia e periferia.

As discussões apresentadas no capítulo 2 foram feitas com o objetivo de apresentar alguns conceitos e teorias que contribuíssem para o entendimento da relação centro-periferia, mostrando as convergências e divergências com a EPSM a respeito dessa relação, para que assim se justificasse nossa preferência pela utilização desta última como marco teórico-metodológico em nossa pesquisa.

Ao fazer um resgate histórico da posição do Brasil na economia-mundo capitalista, procuramos demonstrar como as disputas por poder e riqueza ao longo do tempo foram transformando a relação centro-periferia e como o Brasil respondeu a essas transformações. O Brasil foi incorporado à economia-mundo capitalista desde o século XVI, momento em que o capitalismo histórico surgiu e passou a se expandir.

O território brasileiro é um local geográfico onde se desdobram os processos sistêmicos desde então e, portanto, para alcançarmos uma compreensão mais abrangente da inserção atual do Brasil à economia-mundo capitalista e das suas possibilidades de mobilidade na hierarquia da riqueza global, procuramos apresentar como se deram as transformações econômicas, políticas e sociais internas do Brasil diante das transformações das determinantes da relação centro-periferia ao longo do tempo.

Como demonstramos ao longo do capítulo 3, o Brasil permaneceu por 400 anos como membro do estrato periférico, nas mais baixas posições da hierarquia da riqueza global. Ao apresentarmos os ciclos do açúcar, do ouro e do café, procuramos demonstrar em quais bases produtivas se assentaram a estrutura econômica, política e social brasileira diante do padrão de acumulação de riqueza e poder vigente em cada momento histórico.

Como podemos perceber, a base produtiva do Brasil se assentou sob atividades primárias de extração de produtos naturais durante o período em que se integrava à economia-mundo capitalista como membro periférico. Para isso, fez o uso de trabalho compulsório, o que conformou uma base social brasileira extremamente desigual, constituindo o Brasil como um espaço de extração de riqueza para Estados poderosos, envolvidos na disputa pelas mais altas posições na hierarquia da riqueza global, os quais disputavam o controle das atividades mais lucrativas na divisão internacional do trabalho.

Com o estabelecimento da hegemonia britânica a partir do século XVIII, caracterizada pelo exercício de seu imperialismo de livre-comércio, as determinantes da relação centro-periferia foram alteradas. Mesmo que no Brasil houvesse transformações na direção da modernização, como a instauração do trabalho assalariado e a construção de uma malha ferroviária, tais fatores não foram suficientes capazes de viabilizar uma ascensão brasileira na hierarquia da riqueza global. Acima de tudo, essas foram transformações vieram na esteira da expansão da economia-mundo capitalista e beneficiavam a extração do excedente produzido no Brasil para países centrais.

Durante o ciclo do café, as atividades sob o domínio de agentes brasileiros eram aquelas ligadas ao plantio e à extração do produto, enquanto que as atividades mais rentáveis estavam sob domínio de agentes externos, principalmente capitalistas britânicos. Assim, o Brasil permanecia numa posição inferior na divisão internacional do trabalho.

Apesar disso, foi durante o ciclo do café que o Brasil passou a construir as condições internas de ascensão na hierarquia da riqueza global. O estabelecimento de uma classe dirigente brasileira, a qual visava uma maior captura do excedente produzido sob as jurisdições brasileiras e que, aos poucos, foi se incorporando ao Estado, sendo que este foi estabelecido no século XIX, foram processos fundamentais para as transformações do Brasil a partir do início do século XX. A política de manutenção da renda do café acabou por fomentar uma dinâmica industrial interna num momento em que a economia-mundo capitalista passava por tensões em virtude das disputas entre poderosos Estados.

O caos sistêmico instaurado no início do século XX abriu uma oportunidade de melhora relativa na posição do Brasil, que foi bem aproveitada por Vargas. Tendo em mente um projeto nacional brasileiro e utilizando de negociações estratégicas com as grandes potências em disputa, Vargas conseguiu estabelecer o avanço da industrialização do Brasil e, com isso, a captura de atividades sob jurisdição brasileira capazes de se apropriar de um maior excedente na divisão internacional do trabalho.

Em um momento histórico em que a fragmentação do poder, expresso pelo sistema interestatal, estava em movimento e, portanto, a Grã-Bretanha vinha perdendo sua concentração de poder, o Estado brasileiro liderado por Vargas soube tirar proveito de tal situação e instaurar políticas econômicas que proporcionassem ao Brasil uma ascensão na hierarquia da riqueza global, passando a fazer parte do estrato semiperiférico.

Com o estabelecimento da hegemonia norte-americana, a partir de 1945, caracterizada pelo seu imperialismo de livre iniciativa, as determinantes da relação centro-periferia foram alteradas. Durante a expansão material desse ciclo sistêmico de acumulação, que teve seu término entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil pôde solidificar sua posição semiperiférica, através dos desdobramentos descritos no ciclo industrial brasileiro.

Diante das determinantes da relação centro-periferia trazidas pelo padrão de acumulação de riqueza e do poder da hegemonia norte-americana, o Brasil passou a apresentar, sob sua jurisdição, uma combinação de atividades periféricas e centrais, sendo estas últimas representadas pelas atividades ligadas à indústria.

O século XX foi um período no qual as ideias trazidas na discussão proposta no capítulo 2 tiveram muita influência no pensamento econômico. A discussão sobre desigualdade na distribuição da riqueza mundial, em grande parte, apontava a falta de industrialização nos países pobres como problema a ser superado, assim como o papel central do Estado na liderança dessa industrialização.

Como descrito ao longo do capítulo 3, o Brasil foi um país que se industrializou a partir de uma forte atuação do Estado e, apesar de ter alcançado uma melhora relativa na divisão internacional do trabalho, não se tornou um país desenvolvido.

À luz das determinantes da relação centro-periferia, podemos perceber que as atividades industriais que eram centrais durante o vigor do ciclo hegemônico britânico, passaram por um processo de periferização, no qual o Brasil pôde tirar proveito para melhorar sua posição relativa e, ainda, que esse processo veio na esteira da expansão do sistema como um todo, o que alimentou ilusões desenvolvimentistas.

Entre 1968 e 1973, o poder hegemônico dos EUA passa a entrar em decadência. Esse período marca o fim de seu ciclo sistêmico de acumulação e o início do ciclo de expansão financeira, portanto, a economia-mundo capitalista entra numa “fase B”.

Nesse momento, as determinantes da relação centro-periferia passam a ser alteradas, muito em função da revolução técnico-científica e da passagem do modelo fordista-keynesiano de acumulação de poder e riqueza para modelo taylorista-neoliberal. Diante de tais transformações, a posição semiperiférica do Brasil passa a ser questionada, pois já em 1980 o ciclo industrial brasileiro apresenta seu esgotamento.

Os desdobramentos sistêmicos da “fase B” se estenderam até o início do século XXI, um momento histórico marcado pela insatisfação de diversos países que, cada vez mais, demandavam representatividade institucional num sistema internacional que não era capaz de resolver os problemas da desigualdade.

O Brasil liderado por Lula, almejava ser um representante das vozes oprimidas do Sul global, como demonstrado ao longo do capítulo 4, essas reclamações eram sintomas de processos mais profundos decorrentes da “fase B” da economia-mundo capitalista.

A ascensão de Lula à presidência do Brasil se deu num momento em que a relação sino-americana imprimia uma dinâmica expansiva à economia-mundo. As políticas econômicas dos EUA, que visavam garantir seu papel hegemônico, e da China, que buscavam consolidar as reformas iniciadas na década de 1970, proporcionaram um crescimento do PIB mundial e um ambiente internacional favorável ao crescimento de diversos países, como foi o caso do Brasil.

A agenda de política externa do Governo Lula foi construída sob a percepção das lideranças de que a fragmentação do poder mundial estava em movimento, ou seja, de que o sistema interestatal estava passando por importantes transformações, dando espaço para a ascensão de Estados integrantes dos estratos inferiores, diante da perda relativa de poder do Estado hegemônico.

O momento expansivo da economia-mundo provocado pela relação sino-americana favoreceu a implementação da agenda econômica do Governo Lula, a qual foi construída de acordo com as pretensões de inserção externa, que visava uma melhora relativa da posição do Brasil no sistema interestatal.

Como descrevemos, as iniciativas tomadas no âmbito da política externa e na implementação de um projeto de desenvolvimento durante os mandatos do presidente Lula, proporcionaram ao Brasil crescimento econômico e a melhora de diversos índices de

desenvolvimento social, resultando num período de euforia quanto ao presente e ao futuro do país.

Nas pretensões de construção de um “entorno estratégico” e de ser um importante representante do Sul global, o Governo Lula visava construir alianças com países membros de estratos inferiores com a intenção de aproveitar as oportunidades de aumento de poder relativo no sistema interestatal. Para tanto, o Brasil precisava oferecer vantagens aos seus aliados e acumular poder que legitimasse suas pretensões.

Durante os mandatos de Lula o dinamismo da economia brasileira parecia sustentar as pretensões que o governo tinha para o Brasil, mas a crise financeira mundial de 2008 trouxe os limites para essas pretensões, revertendo o ambiente expansivo econômico do sistema, transformando a dinâmica sino-americana e interrompendo o dinamismo econômico brasileiro, que oferecia as bases de uma possível ascensão brasileira na economia-mundo capitalista, a qual seria apoiada pelo aumento do poder do Brasil no dito Sul global.

Também aqui devemos fazer menção à forma como o Governo Lula pretendia promover a inserção externa do Brasil, assunto que merece ser explorado em trabalhos posteriores. Não só as limitações do projeto de desenvolvimento dificultaram a execução do plano de política externa, as coalizões e organizações informais nas quais o Brasil teve participação, a fim de se aproximar comercialmente, como é o caso do Fórum IBAS e dos BRICS, abrem espaço para a discussão das limitações que esse tipo de aproximação acarreta as pretensões de política externa de um país.

Devido às diferenças dos países quanto a questões culturais, de tamanho geográfico, de população, de orientação política etc., essas organizações apresentam dificuldades de formalização e, portanto, dificuldades de se estabelecer uma cooperação de longo prazo que envolva compromissos sólidos entre os países. Portanto, se faz relevante promover pesquisas que tratem das limitações da cooperação Sul-Sul para um projeto de inserção soberana de um país, tal como foram as intenções do Governo Lula.

A reversão das condições sistêmicas desencadeada pela crise financeira mundial de 2008 é a própria expressão dos desdobramentos da relação centro-periferia em transformação desde a década de 1970. Diante do padrão de acumulação de riqueza e poder que vem se construindo desde então, o Governo Lula não conseguiu proporcionar ao Brasil uma ascensão na hierarquia da riqueza global, mesmo que seja merecido o reconhecimento da condução econômica e dos resultados sociais alcançados durante seus mandatos.

Ao fazermos um resgate histórico da posição do Brasil na hierarquia da riqueza mundial a partir das determinantes da relação centro-periferia, procuramos entender os padrões de acumulação de riqueza e poder que conformam a economia-mundo capitalista e, também, como o Brasil se integrou a essa dinâmica, já que é um espaço geográfico no qual ela se reproduz.

Ao analisarmos o Governo Lula, procuramos colocar em perspectiva esse breve fenômeno da história brasileira, à luz dos desdobramentos históricos de longa duração do Brasil, o que nos permite perceber os limites de se analisar o período que compreende um governo, diante da força que a história imprime na realidade presente de determinado espaço.

Embora tenhamos feito esforços para recuperar a trajetória do Brasil na longa duração da economia-mundo capitalista, levanta questões a serem exploradas em trabalhos futuros. A incorporação do território hoje compreendido como Brasil à economia-mundo, deu-se 300 anos antes da criação do Brasil enquanto Estado-nação. Isso traz implicações políticas, econômicas e culturais que atuam na construção do Estado brasileiro ao longo do tempo, assim como sua inserção na hierarquia da riqueza global.

Portanto, se abrem amplas possibilidades de pesquisa a serem feitas a respeito do peso da história do Estado brasileiro, que contribuam para a compreensão das coalizões políticas que se construíram ao longo do tempo diante do padrão de acumulação vigente. Esse é um ponto importante a ser explorado mais profundamente em pesquisas posteriores, as conclusões que apresentamos sobre o Estado brasileiro durante o Governo Lula não esgotam o assunto, antes, trazem outras perguntas a serem exploradas.

Diante da atual disputa pelas mais altas posições na hierarquia da riqueza mundial, como representada entre EUA, potência hegemônica decadente, e China, país em ascensão, cujas pretensões de ser a nova hegemonia do sistema-mundo capitalista ainda não estão bem claras, fica evidente que as determinantes da relação centro-periferia estão sendo reformuladas e que o padrão de acumulação de riqueza e poder impostos pela hegemonia norte-americana está sendo transformado, de tal modo que o próprio EUA tem atuado de maneira crítica ao padrão que ele mesmo criou.

Fica em aberto o papel que o Brasil pode desempenhar nessa nova realidade que vem sendo construída na economia-mundo capitalista. Como vimos anteriormente, o Brasil permaneceu por 400 na condição de Estado periférico, ascendendo à semiperiferia no início do século XX. Essa posição passa por questionamentos diante das determinantes da relação centro-periferia, que vêm sendo construídas desde 1970 e que trazem inúmeras incertezas quanto ao futuro do Brasil e até mesmo do capitalismo histórico como sistema social que conhecemos.

A deterioração das condições do Brasil pela luta de melhores posições na divisão internacional do trabalho traz preocupações urgentes que acentuam problemas históricos. Fica cada vez mais restrita às soluções quanto à criação de emprego para um país de proporções continentais como é o nosso. Ao mesmo tempo, ampliam-se as desigualdades sociais que historicamente dividem a sociedade brasileira entre poucos privilegiados, que defendem a manutenção do sistema, e uma enorme maioria, que se vê excluída de tais privilégios.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. F. C. **Campeãs nacionais: o papel do BNDES e a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência**. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Departamento de Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- AMORIM, C. “Discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores do Brasil”. In: Lula da Silva, Amorim, C. e Guimarães, S.P. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IBRI/FUNAG, pg. 47-60, 2003.
- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos Estudos Cebrap**: São Paulo, vol. 30, nº 3, pg. 23-52, 2011.
- ANTUNES. C. Não há mais centro e periferia, e o Brasil tem chances. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 90, n. 29.747, p. B7, 12 de set. 2010. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18414&anchor=5816055&origem=busca&pd=06796e574acb6781b61cba8ef9ae1ddc>. Acesso em: 22 de jun. 2020.
- AREND, M. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, R. L. (Org.). **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo capitalista**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. pg. 135-171.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALAESTRO, M.; MONTEIRO C. F. A onda rosa e o neoliberalismo resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, Brasília, vol. 13, nº 2, pg. 45-52, 2019.
- BASTOS, V. L.; SILVA, M. L. **Para entender as economias do terceiro mundo**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C.; VACONCELOS, L. F. Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. pg. 135-194.
- BONENTE, B. I. **Desenvolvimento em Marx: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. 1. ed. Niterói: Eduff, 2016.
- BOYER, R. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 8, nº 1, pg. 1-20, 1999.

BRASIL. Decreto n. 5.352, de 24 de janeiro de 2005. Institui o Serviço Social Autônomo Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de jan. 2005. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/01/2005&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=40>>. Acesso em 29 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de jul. 2005. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=01/07/2005>>. Acesso em 08 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. 6.702, de 18 de dezembro de 2008. Regulamenta o art. 84, inciso IV da Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008, e institui normas e procedimentos aplicáveis às licitações internacionais promovidas por pessoas jurídicas de direito privado do setor privado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de dez. 2008. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=19/12/2008>>. Acesso em 09 out. 2020.

BRUSSI, A. J. **Semiperiferia**: uma revisitação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 30, nº 4, pg. 663-686, 2010.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CARDOSO, F. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2018.

COUTINHO, L. G. Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002. v. 2, p. 191-209.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, 2011; (7): 91-103.

D'AGUIAR, R. F. **Essencial Celso Furtado**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 31, nº 1, pg. 31-55, 2011.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. pg. 31-51.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea [1995-2010]**. 2. Ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, S.P. “Discurso de posse do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores”. In: Lula da Silva, Amorim, C. e Guimarães, S. P. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IBRI/FUNAG, pg. 61-70, 2003.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. 1. Ed. New Haven: Yale University Press, 1958.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. In: FIORI, J. L; TAVARES, M. C. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. pg. 279-346.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Texto para Discussão**, Campinas, 2017; (309): 1-36.

MELLO, J. C. de. A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 9, nº 3, pg. 159-164, 1997.

MAGNOLI, D. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, P. G. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, vol. 12, nº 3, pg. 199-228, 2017.

OLIVEIRA, M. F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ilbas e o G-20. **Revista brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48, nº 2, pg. 1-15, 2005.

OURIQUES, H. R.; SCHMIDT, C. B. O pré-sal no Brasil: oportunidade de “upgrading” ou ilusão desenvolvimentista? Século XXI: **Revista de Relações Internacionais** – ESPM/Sul, [S.I.], vol. 6, nº 2, pg. 13-33, 2016.

OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. **Revista Carta Internacional, Belo Horizonte**, vol. 12, nº 3, pg. 199-228, 2017.

OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A. Brazil and the BRICS: the trap of short time. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, vol. 22, nº 2, pg. 404-429, 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo de 2002. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf>> Acesso em 12 out 2020.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. **IPEA**, Brasília, [S. I.] 2011, 1-62.

RODRÍGUEZ, O. **El estructuralismo latianamericano**. México: Siglo XXI Editores, 2006.

SAMPAIO JR, A. S. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: VÁSQUEZ, G. H. (Org.). **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. pg. 143-155.

SANTOS, F. P. Evolução da consciência desenvolvimentista: da Cepal à Escola de Campinas. **Revista Textos Econômicos**, Florianópolis, vol. 20, nº 2, pg. 119-135, 2017.

SHAPIRO, M. G. **Novos parâmetros para a intervenção do Estado na economia: persistência e dinâmica na atuação do BNDES em uma economia baseada no conhecimento**. 2009. 326 f. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito Econômico e Financeiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, L.I. “Discurso de posse como presidente do Brasil”. In: Lula da Silva, Amorim, C. e Guimarães, S. P. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IBRI/FUNAG, pg. 25-47, 2003.

TAVARES, M. C. et al. Mudanças nas relações internacionais e na inserção do Brasil. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, pg. 61-118, 2006.

TILLY, C. **Big structures, large processes, huge comparissons**. New York: Russel Sage Foundation, 1984.

VIEIRA, P. A. A economia-mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). In: VIEIRA, P. A. et al. (Org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. pg. 207-264.

VIEIRA, P. A. O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. **Revista do CEPE**, Santa Cruz do Sul, vol., nº 42, pg. 79-95, jul-dez/2015.

WALLERSTEIN, I. M. **O capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.

WALLERSTEIN, I. M. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo-prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. et al (Org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WALLERSTEIN, I. M. **Análises de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI Editores, 2006.

WANG Z.; ZENG. J. From economic cooperation to strategic competition: understanding the US-China trade disputes through the transformed relations. **Journal of Chinese Political Science**, [S. I.] vol. 25, nº 4, p. 49–69, 2020.

VAROUFAKIS, Y. **O minotauro global:** os Estados Unidos, a Europa e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Brasileira, 2016.

ANEXO A – Campeões nacionais do BNDES

<i>Quadro 1 - Principais operações do BNDES entre 2005-2010 (os "campeões nacionais" do BNDES)</i>			
Empresa	Ano	Valor do desembolso	Operação
(Rio Polímeros - Quattor) Braskem	2005	US\$ 287 milhões	Instalação da planta industrial e aquisição pelo banco de 16,7% das ações.
	2005	R\$ 385 milhões	Programa de investimentos.
	2008	R\$ 15 milhões	Inovação.
	2008	R\$ 407 milhões	Programa de investimentos no âmbito do limite de crédito.
	2009	R\$ 566 milhões	Projeto Eteno.
	2010	R\$ 240 milhões	Aumento de capital da Braskem no contexto da aquisição da Quattor (controladora da Rio Polímeros).
	2010	1,12 bilhões	Expansão de unidade industrial, ampliação de planta industrial e aquisição de equipamentos.
(Sadia)	2005	R\$ 974 milhões	Projetos de ampliação e modernização de unidades produtivas.
	2006	R\$ 213 milhões	Implantação de unidades produtivas.
	2007	R\$ 462,4 milhões	Implantação de um complexo agroindustrial.
	2008	R\$ 330 milhões	Suplementação de recursos para implantação de complexo agroindustrial.
(Perdigão)	2005	R\$ 170 milhões	Implantação de unidade industrial.
	2006	R\$ 367 milhões	Investimentos.
	2008	R\$ 342 milhões	Concessão de limite de crédito para plano de investimento.
BRF Brasil Foods S/A	2009	R\$ 750 milhões	Compra de ações ordinárias no âmbito da oferta pública primária de ações de emissão da companhia.
(Brenco)	2008	R\$ 140 milhões	Implantação de quatro unidades bioenergéticas de processamento de cana-de-açúcar (Brenco Holding S/A).
	2009	R\$ 372 milhões	Suplementação de recursos (Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável).
ETH Bioenergia	2009	R\$ 225 milhões	Suplementação de recursos (Brenco Holding S/A).
	2010	R\$ 660 milhões	Suplementação de recursos.
	2010	R\$ 686 milhões	Expansão da capacidade de unidade industrial.
	2010	R\$ 250 milhões	Investimento em ações ordinárias da Brenco Holding S.A., por ocasião da associação com a ETH Bioenergia. O aporte contribuiu para o surgimento de uma nova companhia (com a mesma denominação ETH Bioenergia).
(Aracruz)	2005	R\$ 297 milhões	Modernização e aumento da capacidade de produção.
	2006	R\$ 596 milhões	Ampliação da capacidade de produção.
	2005	R\$ 218 milhões	Financiamento do programa florestal.

(Votorantim Celulose) Fibria	2008	R\$ 76 milhões	Plano de investimentos.
	2009	R\$ 2,4 bilhões	Aumento de capital da Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP) e subscrição de debêntures permutáveis da Votorantim Industrial (VID) no âmbito da aquisição do controle da Aracruz S.A. e da manutenção do plano de investimentos da companhia, que passou a se denominar Fibria S.A..
(Neo Química) Hypermarcas	2008	R\$ 52 milhões	Expansão de unidade produtiva
	2010	R\$ 1,1 bilhão	Aquisição de debêntures acopladas a bônus de subscrição de ações, com objetivo de reforçar sua estrutura de capital, apoiar a estratégia de crescimento e o plano de aquisições, em especial a aquisição da farmacêutica NeoQuímica.
(Bertim) Jbs Friboi	2005	R\$ 284 milhões	Projeto de expansão do Grupo Bertin.
	2008	R\$ 2,5 bilhões	Consolidação do plano de internacionalização através da aquisição de novas empresas, modernização e ampliação de plantas já existentes e implantação de novas unidades industriais.
	2009	R\$ 200 milhões	Financiamento para capital de giro.
	2005	R\$ 187 milhões	Aquisição de 75% do capital da Swift Armour Sociedad Anónima Argentina.
	2007	R\$ 1,46 bilhão	Aquisição da Swift & Co., terceira maior empresa de carnes dos Estados Unidos.
	2008	R\$ 1,11 bilhão	Investimento em internacionalização da empresa.
	2009	R\$ 3,48 bilhões	Investimento em internacionalização da empresa.
	2010	R\$ 200 milhões	Financiamento de capital de giro.
Laticínios Bom Gosto S.A.	2007	R\$ 45 milhões	Plano de crescimento da empresa, que prevê aquisições e investimentos em aumento de capacidade produtiva.
	2008	R\$ 200 milhões	Apoiar o processo de fusão da companhia com outra empresa do setor de laticínios.
	2009	R\$ 45 milhões	Ampliação de unidade industrial.
Marfrig	2008	R\$ 700 milhões	Apoio ao programa de investimentos da empresa mediante subscrição de ações pela BNDESPAR.
	2009	R\$ 400 milhões	Apoio ao programa de crescimento da empresa mediante a subscrição de ações no âmbito da oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia.
	2010	R\$ 2,5 bilhões	Aquisição da Keystone e o reforço da estrutura de capital da companhia.
	2010	R\$ 200 milhões	Financiamento de capital de giro
	2005	R\$ 15 milhões	Financiamento de novo armazém vertical.
	2007	R\$ 71,6 milhões	Implantação de dois novos centros de distribuição e aumento da capacidade

Natura			produtiva.
	2009	R\$ 21 milhões	Implementação do plano de investimentos referente ao período 2007-2009.
	2010	R\$ 52 milhões	Aquisição de debêntures no âmbito da oferta pública de debêntures da empresa.
(Brasil Telecom)	2006	R\$ 2,1 bilhões	Expansão da infraestrutura de rede (voz, dados e imagem) e de tecnologia da informação.
	2008	R\$ 260 milhões	Plano de investimentos.
	2009	R\$ 766 milhões	Plano de investimentos.
	2009	R\$ 623 milhões	Plano de investimentos.
Oi	2009	R\$ 4,4 bilhões	Plano de investimentos.
WEG	2005	R\$ 276 milhões	Modernização, P&D, e internacionalização.
	2007	R\$ 149,9 milhões	Expansão e modernização das unidades industriais.
	2008	R\$ 239 milhões	Expansão e modernização das unidades industriais.
	2009	R\$ 20 milhões	Investimentos.
	2010	R\$ 321 milhões	Investimentos e implantação de fábrica.

Fonte: Almeida, 2012, p. 31-34.